



Governo do Estado do Tocantins
**INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO
TOCANTINS**

PROCESSO Nº
2019/24830/003434

UNIDADE GESTORA:

PROCOLO IGEPREV

DATA DE AUTUAÇÃO:

11/11/2019

INTERESSADOS:

BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DTVM

ASSUNTO:

OUTROS ASSUNTOS REFERENTES À ADMINISTRAÇÃO GERAL

DESCRIÇÃO DO ASSUNTO:

PROCESSO DE CREDENCIAMENTO DO FUNDO BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS MOBILIÁRIOS.



MEMORANDO/Nº 87/2019/DINVEST

SGD: 2019/24839/027670

Em 11 de novembro de 2019.

De: Diretoria de Investimentos
Para: Protocolo

Assunto: Autuar Processo de Credenciamento do Fundo BRAM – BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Senhor Responsável,

Solicitamos autuação de Processo de Credenciamento do Fundo **BRAM – BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, inscrito no CNPJ nº 62.375.134/0001-44.

Atenciosamente,

(Documento Assinado Eletronicamente)
Júlio César Medeiros Lima
Gerente de Controle e Análise de Risco



Av.

Documento foi assinado digitalmente por JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA em 11/11/2019 11:06:13.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 0876897D0072116C.



Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO Documento Nº 2019/24839/027670

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST
Enviado por LÉIA SARAIVA PEREIRA COSTA
Data 11/11/2019 11:17

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade PROTOCOLO IGEPREV
Aos cuidados de ERANDIR DOS SANTOS SILVA

Despacho

Motivo ATENDER
ENCAMINHAMOS MEMORANDO PARA
AUTUAÇÃO DE PROCESSO DIGITAL
DE CRÉDENCIAMENTO DO FUNDO
BRAM ? BRADESCO ASSET
Despacho MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS, INSCRITO NO CNPJ Nº
62.375.134/0001-44.



Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO Processo N° 2019/24830/003434

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade PROTOCOLO IGEPREV
Enviado por ERANDIR DOS SANTOS SILVA
Data 11/11/2019 13:07

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST

Despacho

Motivo ENCAMINHAMENTO
Despacho SEGUE PARA PROVIDÊNCIAS



POLÍTICA DE INVESTIMENTOS IGEPREV-TOCANTINS

2019

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO	2
2.	OBJETIVO.....	3
3.	CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.....	3
4.	CONTROLES INTERNOS.....	6
5.	METAS	7
6.	ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS	8
7.	ALOCÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS.....	15
9.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	21
10.	CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO – GESTOR-ADMINISTRADOR.....	22
11.	DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23



Aos 06 (seis) de maio de 2019, com início às 09h30min (nove horas e trinta minutos), na sala de reunião do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, localizado na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 302 Norte, QI-01, Al 05, Lt. 02 e 03, nesta cidade de Palmas, reuniram-se os componentes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, conjuntamente com o Comitê de Investimentos do RPPS, em Assembleia Geral Extraordinária com fins específicos de análise e deliberação sobre a Política Anual de Investimentos para vigorar em 2019, atendendo ao previsto no artigo 4º da Resolução CMN nº 3.922 de 25 de novembro de 2010 alterada pela Resolução nº 4.604 de 19 de outubro de 2017, na Portaria MPS nº 403/2008, Portaria MPS nº 519/2011 e suas alterações e ao previsto na Portarias MPS nº 185/2015 e 300/2015, bem como na Lei Federal nº 9.717/98 e demais legislações em vigor.

1. INTRODUÇÃO

Este documento tem a finalidade de estabelecer a Política de Investimento do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), definindo os objetivos, as restrições dos investimentos e a gestão dos recursos, através da designação dos segmentos, dos ativos financeiros, das faixas de alocação, das estratégias, das restrições, dos limites e do tipo de gestão, bem como a forma de disponibilização aos segurados e pensionistas que será através do sítio eletrônico do Instituto (<https://igeprev.to.gov.br>).

O Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS foi criado pela Lei Estadual nº 72, de 31 de julho de 1989 e reorganizado pelas Leis nº 1.246, de 06 de setembro de 2001, 1.614, de 4 de outubro de 2005, 1.837, de 11 de outubro de 2007 e 1.940, de 1º de julho de 2008, passando a ser o gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Tocantins – RPPS-TO, assegurando a concessão de benefícios previdenciários aos servidores efetivos do Estado do Tocantins vinculados aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Tribunal de Contas e aos Militares do Estado, seja aposentadoria, reserva, reforma ou pensão por morte, bem como aos seus dependentes e pensionistas.

Atendendo à legislação pertinente aos investimentos dos RPPS, com ênfase na Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, Portaria 440, de 09 de outubro de 2013, Portaria nº 170, de 25 de abril de 2012 e na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e suas alterações posteriores, que determina os limites de alocação dos recursos dos RPPS, o Instituto de Gestão Previdenciária do



Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS elabora e apresenta a Política de Investimentos, para vigor no exercício financeiro de 2019.

2. OBJETIVO

A Política de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS tem como objetivo estabelecer as diretrizes das aplicações dos recursos garantidores dos pagamentos dos segurados e beneficiários do regime, visando atingir a meta atuarial definida para garantir a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, tendo sempre presentes os princípios da boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência. A Política de Investimentos tem ainda, como objetivo específico, zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam as seguintes características: **solidez patrimonial, experiência positiva no exercício da atividade de administração de grandes volumes de recursos e em ativos com adequada relação risco x retorno.**

Para cumprimento do objetivo específico e, observadas as perspectivas do cenário econômico, a política estabelecerá a modalidade e os limites legais e operacionais de investimento, buscando a mais adequada alocação dos ativos considerando o perfil do passivo no curto, médio e longo prazos e os dispositivos da Resolução CMN nº 3.922/2010.

3. CENÁRIO ECONÔMICO PARA O EXERCÍCIO DE 2019¹

3.1 Economia Global

Indicadores recentes da economia global sinalizam moderação da atividade econômica, que, aliados a outros fatores, tem contribuindo para revisão para baixo das projeções de crescimento nas principais economias. Esse movimento tem sido mais intenso do que o esperado, com poucos sinais de recuperação.

O *Federal Reserve*, Banco Central dos Estados Unidos da América, sinalizou, no final de 2018, maior cautela para aumento nas taxas de juros face ao

¹ Fonte: Material de Apresentação – Conference Call RPPS –Abril 2019 – Bradesco Asset management; e Relatório de Inflação - Setembro/2018. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ri/201903/ri201903p.pdf>.



aumento de riscos negativos como a possibilidade de desaceleração global. Os juros devem ficar estáveis em 2019.

Nos Estado Unidos da América (EUA) o crescimento segue robusto, acima do potencial, com expectativa de que a taxa de juros permaneça inalterada no ano. No 1º trimestre de 2019 o Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano superou a expectativa – cresceu 3,2% acima da projeção do mercado (2,3%). No trimestre anterior o crescimento foi de 2,2%.

A China apresenta desaceleração gradual pelo terceiro ano consecutivo. Em 2017 apresentou crescimento de 6,9%, em 2018, 6,6%, e 2019 estima-se crescimento de 6,1%. O governo chinês tem adotado novas medidas de estímulo para atenuar o ritmo moderado de crescimento, com espaço para ampliação de tais medidas nos próximos anos. As perspectivas para um possível acordo comercial com os EUA melhoraram, aliviando as tensões que marcaram 2018.

A economia da Zona do Euro deve seguir ritmo moderado em 2019, com previsão de elevação da taxa de juros em 2020. Apesar de no 4º trimestre de 2018 o PIB ter apresentado crescimento ligeiramente superior ao 3º trimestre (0,22% ante 0,15% na taxa trimestral), teve o pior desempenho desde 2012 para o mesmo período comparativo.

Incertezas políticas, como os debates sobre a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) e a eleição parlamentar europeia (maio), marcam o horizonte regional, não podendo ser descartados cenários mais adversos.

Em suma, a desaceleração da economia global tem-se mostrado mais evidente, com queda de expectativas da atividade nas maiores economias. Assim, a moderação no crescimento é a tônica para 2019, com efeitos da guerra comercial e incertezas políticas.

3.2 Economia Brasileira

A economia brasileira segue em processo de recuperação gradual, todavia indicadores recentes da atividade econômica apontam ritmo abaixo do esperado.

No mercado doméstico, não obstante a elevada ociosidade da economia, a expectativa de aumento da confiança em razão dos ajustes estruturais, a taxa de juros baixa e a previsão de recuperação do emprego e do crédito favorecem à aceleração do crescimento.



Em 2018 o PIB acumulou alta de 1,1% seguindo a mesma variação de 2017. Para 2019 a projeção de crescimento ante 2,4% precisou ser revista para 2%, concorrendo para essa redução o arrefecimento da atividade no último trimestre de 2018. Não obstante, esse cenário de expansão guarda relação com o importante papel da continuidade das reformas bem como dos ajustes necessários na economia brasileira.

Apesar da atividade industrial mostrar-se declinante a partir de meados de 2018, a confiança dos empresários apresenta um caminho de recuperação. No trimestre encerrado em fevereiro do corrente ano, o Índice de Confiança da Indústria (ICI) alcançou 97,6 pontos; 2,3 pontos acima do trimestre encerrado em novembro. No mesmo período comparativo, o Índice de Confiança de Serviços (ICS) aumentou 5,7 pontos e o Índice de Confiança do Consumidor (ICC), da Fundação Getúlio Vargas, aumentou 8,1 pontos.

Em relação à inflação, o cenário segue benigno. A inflação acumulada em doze meses recuou para 3,89% em fevereiro, ante 4,05% em novembro. Elevada ociosidade e expectativa ancoradas devem permitir que a inflação termine o ano novamente abaixo da meta. Esse cenário, aliado à continuidade da recuperação gradual da atividade econômica, tende a beneficiar o processo de retomada do mercado de trabalho.

Para 2019 a inflação prevista é de 3,89% e para 2020 de 4%. Segundo o Comitê de Política Monetária (COPOM), as diversas medidas de inflação subjacente se encontram em níveis apropriados ou confortáveis, inclusive os componentes mais sensíveis ao ciclo econômico e à política monetária. Na sua 221ª reunião, em março deste ano, o Comitê decidiu pela manutenção da taxa básica de juros em 6,5% a.a., devendo permanecer estável configurando o mais longo ciclo de relaxamento monetário.

De acordo com referido Comitê a continuidade do processo de reformas e ajustes necessários na economia é essencial para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, bem como para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia. Enfatiza ainda que a percepção continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes.

No que se refere às metas fiscais, em 2018, as despesas primárias submetidas à Emenda Constitucional nº 95 ("Teto dos Gastos Públicos") realizaram R\$ 1.288 bilhões ficando abaixo do limite estabelecido de R\$ 1.348 bilhões, e as despesas de capitais somaram R\$ 904,1 bilhões, superando as receitas de operações de crédito em R\$ 35,8 bilhões.



De igual modo, o mercado acredita que o governo não terá dificuldade para cumprir a meta fiscal em 2019. A recuperação das receitas e o rigoroso controle de gastos possibilitarão o cumprimento da meta, todavia, a estabilização da dívida bruta só deve ocorrer na próxima década.

Cabe observar que a reversão da trajetória ascendente da dívida pública observada nos últimos anos permanece condicionada ao avanço do processo de reformas estruturais e de ajustes no âmbito da política fiscal, em especial, da reforma da previdência social, que se configura como a principal pauta no Congresso Nacional.

Neste sentido, espera-se a primeira votação da reforma na Câmara dos Deputados para julho, podendo ficar para o segundo semestre caso não haja o aprimoramento da interlocução do Governo junto ao Congresso. Cabe destacar que quanto mais demorar a aprovação da reforma, menor será o efeito fiscal esperado.

Do ponto de vista de investimentos, o abrandamento da incerteza observada durante processo eleitoral associado a um ambiente de taxa de juros baixa e retomada do crescimento pode gerar oportunidades interessantes nos mercados locais. O cenário tende a ser particularmente positivo para Renda Variável (Fundos de Investimentos classificados como Ações), Fundos de Investimentos de Renda Fixa com alocação ativa por parte dos respectivos gestores e Fundos de Investimentos de Renda Fixa lastreados em Títulos Públicos Federal mais longos. Contudo, as incertezas do cenário internacional podem trazer oscilações e que a premissa básica inclui uma desaceleração moderada da atividade global e um aperto gradual das condições monetárias.

4. CONTROLES INTERNOS

Os recursos do IGEPREV-TOCANTINS são avaliados por meio dos relatórios de acompanhamento das aplicações e operações de aquisição e venda de títulos, valores mobiliários e demais ativos alocados nos diversos segmentos de aplicação.

Os relatórios são elaborados mensalmente e têm como objetivo documentar e acompanhar a aplicação dos recursos, os quais são mantidos e colocados à disposição do Ministério da Fazenda/Secretaria de Políticas de Previdência Social, Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Geral do Estado, Conselho de Administração e Conselho Fiscal do IGEPREV-TOCANTINS e demais órgãos fiscalizadores, bem como dos segurados do Regime.



Cabe ao Comitê de Investimentos do RPPS-TO acompanhar a Política de Investimentos e sua aderência à legislação, analisando a efetiva aplicação dos seus dispositivos. As operações realizadas no mercado secundário (compra/venda de títulos públicos) deverão ser realizadas por meio de plataforma eletrônica autorizada, a CetipNet da Cetip, que atende aos pré-requisitos para oferecer as rodadas de negociação nos moldes exigidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central. O Comitê deve, ainda, realizar o acompanhamento de preços e taxas praticados em tais operações e compará-los aos preços e taxas utilizados como referência de mercado (ANBIMA).

5. METAS

5.1 Atuarial

Os recursos financeiros administrados pelo RPPS-TO devem ser aplicados de forma a buscar no longo prazo um retorno superior ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acrescido de uma taxa de juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano), que será denominada Taxa de Meta Atuarial(TMA), observando-se, sempre, a adequação do perfil de risco dos segmentos de investimento. Além disso, devem ser respeitadas as necessidades de mobilidade de investimentos e de liquidez adequadas ao atendimento dos compromissos atuariais.

Os juros de 6% a.a. é a taxa máxima que se pode utilizar no estudo atuarial. O indexador de preços escolhido foi o IPCA pois este é o índice que melhor mede a reposição do poder de compra corroído pela inflação no período imediatamente anterior a esta Política de Investimentos e ainda foi este o índice utilizado pelo Estado do Tocantins para atualizar monetariamente o salário-base dos servidores que farão parte da base de dados a ser utilizada na Reavaliação Atuarial de 2019, que por sua vez, darão ao ente quais alíquotas de contribuições do ente e dos servidores reequilibrarão o Plano de Aposentadorias e Pensões do RPPS. Além disso o IPCA é o índice oficial do Governo Federal para aferição das metas inflacionárias, se tornando o indexador que reflete a evolução real do Patrimônio Líquido do Regime.

Cabe destacar que o IGEPREV-TOCANTINS solicitou estudo de ALM - *AssetLiability Management*, que busca diagnosticar a situação dos Ativos e Passivos, e que pode influenciar na *duration* das aplicações inclusive na taxa juros a ser perseguida.



Ressalta-se, porém, que a TMA é algo a se buscar de maneira responsável e em total consonância com a Resolução CMN nº 3.922/2010, ou seja, não pode ser utilizada como argumento para fazer aplicações em desacordo com as normas e/ou em aplicações que coloquem em risco os recursos necessários à segurança das aposentadorias dos segurados do IGEPREV-TOCANTINS.

Gerencial

- **Segmento de Renda Fixa**

Para o segmento de Renda Fixa, o *benchmark* utilizado será a Taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), podendo ser revisto na vigência desta Política de Investimentos.

- **Segmento de Renda Variável**

Para o segmento de Renda Variável, o *benchmark* utilizado será o Índice IBOVESPA, podendo ser revisto na vigência desta Política de Investimentos.

6. ESTRUTURA DE GESTÃO DOS ATIVOS

6.1 Definição da Aplicação de Recursos

Com base nas determinações da Portaria MPS nº 170, de 26 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foi instituído o Comitê de Investimentos no âmbito do RPPS-TO com a finalidade de participar do processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos, aplicações e resgates dos recursos financeiros resultantes das sobras de repasses de contribuições previdenciárias, bem como de outras receitas do RPPS-TO. Dentro de suas atribuições, é de sua competência:

- I. garantir o cumprimento da legislação e da Política de Investimentos;
- II. avaliar a conveniência e adequação dos investimentos;
- III. acompanhar o grau de risco dos investimentos;



- IV. observar se a rentabilidade dos recursos está de acordo com o nível de risco assumido pela entidade; e
- V. garantir a gestão ética e transparente dos recursos.

A atuação do Comitê de Investimentos será pautada na avaliação das alternativas de investimentos com base nas expectativas quanto ao comportamento das variáveis econômicas e ficará limitada às determinações desta Política. É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira estará sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno, entre eles:

- **Risco de Mercado** –é definido como potencial perda em uma carteira de investimentos, decorrente de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, ou seja, corresponde à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro, em decorrência de mudanças futuras nas condições de mercado, podendo ocorrer variações nas taxas de juros, preços de ações e outros índices;
- **Risco de Crédito** – também conhecido como risco institucional ou de contraparte, é aquele em que há a possibilidade de o retorno de investimento não ser honrado pela instituição que emitiu determinado título, na data e nas condições negociadas e contratadas;
- **Risco de Liquidez** – surge da dificuldade em se conseguir encontrar compradores potenciais de um determinado ativo no momento e no preço desejado. Ocorre quando um ativo está com baixo volume de negócios e apresenta grandes diferenças entre o preço que o comprador está disposto a pagar (oferta de compra) e aquele que o vendedor gostaria de vender (oferta de venda). Quando é necessário vender algum ativo num mercado ilíquido, tende a ser difícil conseguir realizar a venda sem sacrificar o preço do ativo negociado;
- **Risco Operacional** – é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos;
- **Risco Legal** – é o risco relacionado a não conformidade dos procedimentos com os normativos internos e externos; e
- **Risco Sistêmico** – se caracteriza pela possibilidade do sistema financeiro se contaminar por eventos pontuais, como a falência de um banco, de uma empresa, etc.

6.2 Modelo de Gestão



De acordo com as hipóteses previstas na Resolução CMN nº 3.922/2010, a aplicação dos ativos será realizada por gestão própria, terceirizada ou mista. Para a vigência da Política de Investimentos do exercício de 2019 a gestão das aplicações dos recursos do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS será **Própria e/ou Mista, devendo ser direcionada** a instituições com gestão de pelo menos 10 bilhões de reais, sendo verificado no ranking da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA, com destaque, **preferencialmente**, para os Bancos Federais, **especialmente** BANCO DO BRASIL S.A. e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, e/ou outras instituições devidamente ranqueadas de primeira linha.

6.2.1 Gestão Própria e/ou Mista

A adoção deste modelo significa que os recursos poderão ficar sob a gestão administrada por entidade autorizada e credenciada, bem como sob a responsabilidade do RPPS-TO, com profissionais qualificados e certificados por entidade de certificação reconhecida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Previdência, conforme exigência da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, e contando com o Comitê de Investimentos como órgão participativo do processo decisório, com o objetivo de acompanhar e assessorar a aplicação de recursos, escolhendo os ativos, delimitando os níveis de riscos, estabelecendo os prazos para as aplicações, sendo obrigatório o credenciamento de administradores e gestores de fundos de investimentos junto ao RPPS-TO. De acordo com a Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, o Comitê de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS é participante do processo decisório quanto à formulação e execução da Política de Investimentos e é formado por membros que mantenham vínculo com o Estado do Tocantins ou com o RPPS-TO, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração, sendo exigida a certificação para a maioria de seus membros.

O IGEPREV-TOCANTINS poderá contratar consultoria especializada em investimentos para orientação em relação ao seu portfólio, avaliação e emissão de nota técnica correlata aos seus investimentos e principais riscos aos quais está exposto.

6.2.2 Rating Mínimo



Todas as aplicações do Instituto devem ser feitas em fundos de investimentos, nos quais as instituições administradoras e/ou gestoras estejam devidamente ranqueadas e credenciadas, observando-se o *rating* mínimo exigido, conforme quadro a seguir:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE <i>RATING</i> MÍNIMO EXIGIDO		
Instituição	Tipo de <i>Rating</i>	<i>Rating</i> Mínimo Exigido
Fitch Ratings	Nacional de Longo Prazo	AA(bra)
Fitch Ratings	Nacional de Gestores de Recursos	Forte
Austin Rating	Bancos	brAA
Austin Rating	Gestores de Recursos	QG2
Standard & Poor's	Instituições Financeiras	brAA
Standard & Poor's	Administração de Recursos de Terceiros	AMP2
Moody's	Forças Financeiras de Bancos	Aa.br
Moody's	Qualidade de Gestor de Recursos	MQ2
Fonte: Fitch Ratings, Austin Rating, Standard & Poor's, Moody's.		

Instituições emissoras de *rating* não listadas no quadro acima deverão ser submetidas ao Comitê de Investimentos do RPPS-TO para avaliação da classificação e aceitação.

O credenciamento das instituições que irão alocar os recursos do RPPS-TO é um procedimento obrigatório, conforme disposto no art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010 e no art. 3º, inc. I, da Portaria nº 519/2011.

A Instituição que pleitear credenciamento junto ao IGEPREV-TOCANTINS, para administração ou gestão de recursos financeiros do RPPS-TO, deve comprovar por documentos a qualificação jurídica, a regularidade fiscal e previdenciária, a qualificação técnica e a qualificação econômico-financeira, em conformidade com o disposto nas normas acima mencionadas.

A estratégia de investimento prevê a diversificação da carteira, tanto no nível de classe de ativos (renda fixa, renda variável) quanto na segmentação por subclasse de ativos, emissor, vencimentos diversos, indexadores, etc., visando à otimização da relação risco-retorno do montante total aplicado.

6.3 Precificação e Custódia

Os Ativos Mobiliários integrantes da Carteira do RPPS-TO deverão ser marcados e comercializados a valor de mercado, buscando otimizar ganhos e



minimizar a realização de possíveis perdas, observadas as regras e os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Fazenda/Secretaria de Previdência. Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS-TO deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pela Entidade são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de Apreçamento do Custodiante. O controle da marcação dos papéis é feito por meio de acompanhamento dos extratos de aplicações encaminhados mensalmente pelos Fundos.

6.4 Gestão de Risco

A Gestão de Risco objetiva demonstrar a análise dos principais riscos, estabelecendo regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos a que os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal, sistêmico e terceirização. Em consonância com a Resolução CMN nº 3.922/2010, busca-se estabelecer os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos.

6.4.1 Controle do Risco de Mercado

O controle do risco de mercado é feito com a montagem do cenário econômico pela Diretoria de Investimentos, mensalmente, com o apoio e orientação dos consultores econômicos das principais instituições credenciadas e que fazem parte da Carteira de Investimentos do IGEPREV-TOCANTINS, de forma presencial ou por meio eletrônico (áudio/vídeo conferência), cujo cenário é avaliado pelo Comitê de Investimentos e serve de baliza para as alocações ou eventuais realocações com vistas ao reposicionamento da Carteira, dependendo das tendências do mercado financeiro.

6.4.2 Controle de Risco de Crédito

O IGEPREV-TOCANTINS utilizará para essa avaliação do risco os *ratings* atribuídos por agências classificadoras de risco de crédito atuantes no Brasil.



Na hipótese de aplicação de recursos financeiros do RPPS-TO em Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FICFIDC), serão considerados como de baixo risco os que estiverem de acordo com a tabela abaixo:

CLASSIFICAÇÃO MÍNIMA POR AGÊNCIA / PRAZO DE CARÊNCIA E/OU COTIZAÇÃO E PAGAMENTO DE RESGATE			
Prazo / Agência	Standard & Poor's	Moody's	Fitch Ratings
Até 180 dias	brBBB	Baa2.br	BBB(bra)
De 181 até 720 dias	brA+	A1.br	A+(bra)
Acima de 720 dias	brAA	Aa2.br	AA(bra)

As agências classificadoras de risco supracitadas estão devidamente autorizadas a operar no Brasil e utilizam *rating* para classificar o nível de risco de uma instituição, fundo de investimentos e dos ativos integrantes de sua carteira. Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento, observando-se, ainda, as seguintes condições:

- caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, aquela que tiver o melhor *rating*;
- O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos; e
- Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo.

6.4.3 Controle do Risco de Liquidez

Nas aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio fechado e nas aplicações cuja soma do prazo de carência (se houver) acrescido ao prazo de conversão de cotas ultrapassar 360 dias, a aprovação do investimento deverá ser precedida de um estudo que evidencie a capacidade do RPPS-TO em arcar com o fluxo de despesas necessárias ao cumprimento de suas obrigações atuariais, até a data da disponibilização dos recursos investidos.



6.4.4 Controle do Risco Operacional

O controle do risco operacional exige a estrita observância da legislação aplicável e a adoção de alguns procedimentos de controle interno, destacando-se:

- tomar medidas afim de que o RPPS-TO venha a aderir ao Sistema Pró-Gestão;
- a definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos;
- o estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos; e
- o acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento.

6.4.5 Controle do Risco Legal

O controle dos riscos dessa natureza, que está relacionado a eventual não conformidade dos procedimentos com os normativos internos e externos, será feito por meio:

- da elaboração de relatórios periódicos que permitam verificar a aderência dos investimentos às normas legais e às diretrizes da Política de Investimentos;
- do efetivo acompanhamento das ações da Diretoria de Investimentos pelo Comitê de Investimentos e Assessoria Jurídica; e
- do estreito controle e acompanhamento da evolução da Carteira de Investimentos e recuperação de eventual fundo problemático.

6.4.6 Controle do Risco Sistêmico

Este tipo de risco é extremamente difícil de ser reduzido, pois afeta a economia como um todo, como exemplo, um colapso no sistema financeiro ou uma grande variação na taxa de juros ou de câmbio.

O risco sistêmico, porém, costuma apresentar pequenos avisos, como é o caso de uma instituição financeira não ter recursos o suficiente para pagar a outra. Então, esta inadimplência afeta a outra instituição financeira, acarretando uma



reação em cadeia e causando um colapso em toda a estrutura do Sistema Financeiro Nacional.

No caso do IGEPREV-TOCANTINS, em vista de sua Política de Investimentos conservadora, com aplicações direcionadas apenas para instituições financeiras de primeira linha, sólidas e bem ranqueadas, preferencialmente Bancos Oficiais, a exposição a este tipo de risco é amenizada.

7. ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA DOS RECURSOS

Antes das aplicações a gestão do RPPS-TO deverá verificar, no mínimo, aspectos como:

- enquadramento do produto quanto às exigências legais;
- histórico de rentabilidade e riscos desde o início do fundo; e
- perspectivas de rentabilidade satisfatória no horizonte de tempo.

Todos os ativos e valores mobiliários adquiridos pelo RPPS-TO deverão ser registrados nos Sistemas de Liquidação e Custódia: SELIC, CETIP ou Câmaras de Compensação autorizadas pela CVM.

A gestão do RPPS-TO, com o assessoramento do Comitê de Investimentos, sempre deverá fazer a comparação dos investimentos com a sua meta atuarial para identificar aqueles com rentabilidade insatisfatória ou inadequação ao cenário econômico, visando possíveis indicações de solicitação de resgate e/ou realocação para reposicionamento da Carteira de Investimentos.

As alocações de recursos do RPPS-TO poderão ocorrer em fundos com estratégia ativa, que busca superar seu benchmark, e com estratégia passiva, que busca acompanhar seu benchmark, que por sua vez apresenta menor volatilidade.

Esta Política de Investimentos prevê os seguintes segmentos de aplicação:

7.1 Segmento de Renda Fixa

As aplicações dos recursos financeiros do IGEPREV-TOCANTINS em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou fundos de investimentos abertos ou fechados, os quais deverão estar aptos a receber aplicações desta categoria de cotista, segundo a legislação em vigor.



7.2 Segmento de Renda Variável e Investimentos Estruturados

As aplicações dos recursos financeiros do RPPS-TO em ativos de renda variável e estruturados poderão ser feitas por meio de:

- Cotas de Fundos de Investimento constituídos sob a forma de condomínio aberto, cuja Política de Investimentos assegure que o seu patrimônio líquido esteja investido em ativos que acompanham índices de renda variável;
- Cotas de Fundos de Investimento em índice de mercado de renda variável, negociáveis em bolsa de valores, cujas carteiras sejam compostas por ativos financeiros que busquem refletir as variações e rentabilidade de índices de renda variável;
- Cotas de Fundos de Investimento classificados como Multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem; e
- Fundos de Investimento em Participações–FIP e Fundos de Investimento Imobiliário– FII, em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010.

7.3 Segmento de Investimentos no Exterior

No segmento de investimentos no exterior as aplicações dos recursos do RPPS-TO subordinam-se ao limite de até 10% (dez por cento) no conjunto de cotas de fundos de investimentos e cotas de fundos de investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como “Renda Fixa – Dívida Externa”, cotas de fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários, que invistam, no mínimo, 67% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior e, cotas de fundos da classe “ Ações – BDR Nível I”, nos termos da regulamentação estabelecida pela Comissão de Valores Mobiliários.

No caso de aplicação no segmento de investimentos no exterior o RPPS-TO deverá assegurar que os gestores dos fundos de investimentos constituídos no exterior estejam em atividade há mais de cinco anos e administrem montante de recursos de terceiros superior a US\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de dólares dos Estados Unidos da América) na data do investimento. Deve ser assegurado também que os fundos de investimentos constituídos no exterior possuam histórico de performance superior a doze meses.



7.4 Objetivo de Alocação

É importante ressaltar que, seja qual for a alocação de ativos, o mercado poderá apresentar períodos adversos que poderão afetar ao menos parte da Carteira. Portanto, é imperativo observar um horizonte de tempo que possa ajustar essas flutuações e permitir a recuperação da ocorrência de ocasionais perdas. Desta forma, o RPPS-TO deve manter-se fiel à Política de Investimentos definida originalmente a partir do seu perfil de risco e, de forma organizada, remanejar a alocação inicial em momentos de alta (vendendo) ou baixa (comprando), com o objetivo de rebalancear sua Carteira de Investimentos. Três virtudes básicas de um bom investidor são fundamentais: disciplina, paciência e diversificação.

As aplicações realizadas pelo RPPS-TO passarão por um processo de análise para o qual serão utilizadas algumas ferramentas disponíveis no mercado, como o histórico de cotas de fundos de investimentos, abertura de carteira de investimentos, informações de mercado on-line, pesquisa em sites institucionais e outras. Além de estudar o regulamento e o prospecto dos fundos de investimentos, será feita uma análise do gestor/emissor e da taxa de administração cobrada, dentre outros critérios. Os investimentos deverão ser constantemente avaliados por meio do acompanhamento de desempenho, da abertura da composição das carteiras e avaliações de ativos, de forma a incrementar a rentabilidade e minimizar riscos.



Os investimentos do RPPS-TO obedecerão aos limites estabelecidos na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, alterada pela Resolução CMN nº 4.604, de 19 de outubro de 2017, e terão como estratégia de alocação conforme detalhamento no quadro a seguir:

Art.	Inciso-Alínea	Limite de Aplicação	Tipo de Ativo	Regra Específica	Limite Máx. Conjunto	Posição Atual do RPPS em R\$ (mar/2019)*	Posição Atual do RPPS em %	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO – PAI 2019		
								Limite Inferior %	Estratégia Alvo %	Limite Superior %
7º Renda Fixa	I	a	Títulos Públicos Federal	-	100%	676.996.424,36	17,25%	0	17,00%	100
		b	FI Referenciados TPF – Exceto DI	15% PL FI		2.218.481.073,07	56,53%	0	56,00%	100
		c	ETF 100% TPF – Exceto DI			-	0,00%	0	0,00%	100
	II	-	Operações Compromissadas	-		0,00%	0	0,00%	5	
		a	FI Referenciados RF – Exceto DI	15% PL FI		81.894.939,53	2,09%	0	2,50%	60
	III	b	ETF RF – Exceto DI			0,00%	0	0,00%	60	
		a	Fundos de Renda Fixa	15% PL FI		219.912.975,52	5,60%	0	6,00%	40
	IV	b	ETF Renda Fixa			0,00%	0	0,00%	40	
		-	LIG – Letra Imobiliária Garantida	-		0,00%	0	0,00%	20	
	VI	a	CDB	Limite FGC (R\$ 250 mil)		0,00%	0	0,00%	15	
		b	Poupança			0,00%	0	0,00%	15	
	VII	a	FIDC Cota Sênior	5% PL FI		26.248211,37	0,67%	0	0,70%	5
b		FI RF Crédito Privado	5% PL FI	1.637.353,13	0,04%	0	0,04%	5		
c		FI Debentures de Infraestrutura	5% PL FI	-	0,00%	0	0,00%	5		
I e Estruturados	a	30%	FIA – Índices com mínimo de 50 ações	15% PL FI	30%	12.125.523,71	0,31%	0	1,00%	30
			ETF – Índices com mínimo de 50 ações			-	0,00%	0	0,00%	30
	b	FIA (Até 20% ativos no exterior)	15% PL FI	130.220.980,65		3,32%	0	3,50%	20	
II e Estruturados	a	20%	ETF Ações		-	0,00%	0	0,00%	20	
			Multimercado (Até 20% ativos no exterior)	5% PL FI	-	0,00%	0	0,00%	10	
	b	FIP (Requisitos de Governança)	5% PL FI	424.360.194,54	10,81%	0	5,00%	5		
III e Estruturados	a	5%	FII (Presença em 60% dos pregões em 12m)	5% PL FI	TOTAL	132.293.764,44	3,37%	0	3,50%	5
						3.924.171.440,32	100,00	-	95,24%	-

* A Precificação da carteira do IGPREV-TOCANTINS segue o critério de marcação a mercado, cabendo destacar que sua variação sofre com PDD e adventos econômicos diversos.



Regras Específicas:

Crédito Privado: Permitidos apenas os ativos de crédito emitidos por instituições financeiras, companhias abertas, exceto securitizadoras, registradas na CVM, cotas seniores de FIDC classificadas como baixo risco por agência de *rating* e cotas de fundos que respeitem os requisitos anteriores.

FIDC: Permitidos apenas os fundos classificados como baixo risco por agência de *rating*, com concentração máxima de 20% em um mesmo grupo econômico, com comprovação de outras 10 ofertas anteriores encerradas e integralizadas pelo gestor e com máximo de 50% do PL do fundo distribuído para RPPS. Além disso, o devedor ou coobrigado do direito creditório deve possuir demonstração financeira auditada anualmente.

FIP: Valor dos ativos devem ser avaliados por auditor independente, concentração máxima de 25% em uma mesma Cia ou SPE, que devem possuir balanço auditado anualmente. Além disso, o gestor deve comprovar experiência de três sociedades desinvestidas no Brasil via FIP nos últimos 10 anos com recebimento integral do investimento pelos cotistas, investir 5% do PL do Fundo e cobrar performance apenas no desinvestimento final.

7.5 Vedações

1. aplicar os recursos em cotas de fundos de investimentos, cuja atuação em mercados de derivativos gere exposições superiores ao respectivo patrimônio líquido;
2. aplicar recursos, diretamente ou por meio de cotas de fundo de investimento, em títulos ou outros ativos financeiros nos quais ente federativo figure como emissor, devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
3. aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados;
4. praticar diretamente as operações denominadas *day-trade*, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociações de títulos públicos federais realizadas diretamente pelo regime próprio de previdência social;
5. atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010;
6. negociar cotas de fundos de índice em mercado de balcão;
7. aplicar direta ou indiretamente recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento destinado exclusivamente a investidores qualificados ou



- profissionais, quando não atendidos os critérios estabelecidos em regulamentação específica;
8. remunerar quaisquer prestadores de serviço relacionados direta ou indiretamente aos fundos de investimento em que foram aplicados seus recursos, de forma distinta das seguintes:
 - a) taxas de administração, performance, ingresso ou saída previstas em regulamento; ou
 - b) encargos do fundo, nos termos da regulamentação da CVM.
 9. aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujos prestadores de serviço, ou partes a eles relacionadas, direta ou indiretamente, figurem como emissores dos ativos das carteiras, salvo as hipóteses previstas na regulamentação da CVM;
 10. exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do RPPS-TO em cotas de um mesmo fundo de investimento ou fundo de investimento em cotas de fundos de investimento;
 11. aplicar recursos do RPPS-TO em um fundo de investimento que, no total, exceda a 15% (quinze por cento) do patrimônio líquido desse fundo;
 12. exceder a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido dos fundos de investimentos de que tratam os incisos VII do art. 7º, III e IV do art. 8º da Resolução CMN nº 3.922/2010;
 13. aplicar recursos do RPPS-TO em um fundo de investimento que, no total, exceda a 5% (cinco por cento) do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou por gestoras ligadas ao seu respectivo grupo econômico, assim definido pela CVM em regulamentação específica;
 14. realizar novas aplicações em fundos estruturados sem a existência de estudo ALM que comprove a capacidade do Instituto de suportar aplicações de maior *duration* e que não estejam em consonância com o item 6.2 da presente Política de Investimentos;
 15. aplicar em fundos de investimentos de gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis da data do fechamento do mês anterior ao da análise da carteira de investimentos;
 16. aplicar em fundos que constem na lista de fundos vedados divulgados pela Subsecretaria de Regimes Próprios de Previdência Social; e



17. novas aplicações em fundos de investimento em que figurem como Administrador/Gestor instituições envolvidas na Sindicância Administrativa realizada pelo Instituto no ano de 2015, Processo nº 2015 24830 000411;
18. aplicar em fundos de investimentos em que o administrador ou o gestor não seja instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional;
19. aplicar em fundos de investimento em que o administrador detenha mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social.

OBS: Antes de qualquer aplicação o RPPS-TO procederá busca na rede mundial de computadores para verificar se há informação pública de citação/envolvimento do Fundo/prestador de serviços em operações policiais. Havendo indícios, a informação deverá ser repassada ao Comitê de Investimentos que avaliará a aplicação.

8. ENQUADRAMENTO

Os investimentos que foram realizados antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 3.922/2010 e Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, e cujos regulamentos estejam em desacordo com as legislações citadas, poderão ser mantidas em carteiras até o vencimento ou carência, desde que sejam solicitados os resgates e que sejam lançados no CADPREV-DAIR como ativos em enquadramento.

As gestoras e administradoras que receberem aporte de recursos e que no decorrer da vigência desta Política de Investimentos ficarem desenquadradas em relação aos critérios definidos na Resolução nº 3.922 de 25 de novembro de 2010 e alterações posteriores, poderão ser mantidas na carteira de investimentos no que se refere aos produtos que já façam parte do portfólio, ficando vedados novos aportes de recursos.

9. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

As informações contidas na Política de Investimentos e em suas revisões deverão ser disponibilizadas aos interessados, no prazo de trinta dias, contados de sua aprovação, observados os critérios estabelecidos pelo Ministério da



Fazenda/Secretaria da Previdência. À vista da exigência contida no art. 4º, e ainda o art. 5º da Resolução CMN nº 3.922/2010. A Política de Investimentos deverá ser disponibilizada no site do RPPS-TO, no Diário Oficial do Estado ou em local de fácil acesso e visualização, sem prejuízo de outros canais oficiais de comunicação.

10. CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO–GESTOR-ADMINISTRADOR

Seguindo a Portaria MPS nº 170, de 25 de abril de 2012, alterada pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, na gestão própria, antes da realização de qualquer operação, o RPPS-TO, na figura de seu Comitê de Investimentos, deverá assegurar que as instituições escolhidas para receber as aplicações tenham sido objeto de prévio credenciamento. Para tal credenciamento, será publicado no Diário Oficial do Estado, anualmente, o **Edital de Credenciamento** contendo as regras e os requisitos necessários que deverão ser observados e formalmente atestados pelo representante legal do RPPS-TO e submetido à aprovação do Comitê de Investimentos, que exige entre outros requisitos, o seguinte:

- a) atos de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;
- b) observação de elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições que, a critério do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários, ou de outros órgãos competentes, que desaconselhem um relacionamento seguro;
- c) regularidade fiscal e previdenciária; e
- d) Administração/Gestão de recursos de terceiros no País com montante igual ou superior à R\$ 10 bilhões.

Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto recairá sobre a figura do Gestor e do Administrador do fundo.

10.1 Processo de Seleção e Avaliação de Gestores/Administradores

Nos processos de seleção dos Gestores/Administradores devem ser considerados os aspectos qualitativos e quantitativos, tendo como parâmetro de análise, no mínimo: a) histórico e experiência de atuação da gestora e/ou da administradora e de seus controladores; b) volume de recursos sob gestão e/ou



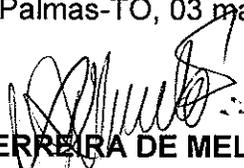
administração; c) solidez patrimonial; d) exposição a risco de reputação; e) padrão ético de conduta; f) aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho. Entende-se que os fundos possuem uma gestão discricionária, na qual o gestor decide pelos investimentos que vai realizar, desde que respeitando o regulamento do fundo e as normas aplicáveis aos RPPS. Encontra-se qualificado para participar do processo seletivo qualquer instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil que seja obrigada a instituir comitê de auditoria e comitê de riscos, nos termos da regulamentação do Conselho Monetário Nacional. O administrador do fundo de investimento poderá ser detentor de, no máximo, 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social.

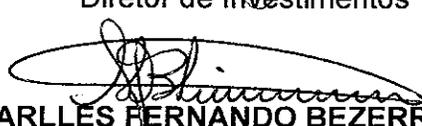
11. DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos poderá ser revista no curso de sua execução e monitorada no curto prazo, a contar da data de sua aprovação pelo órgão superior competente do IGEPREV-TOCANTINS, sendo que o prazo de validade compreenderá o ano de 2019. Reuniões extraordinárias junto ao Conselho de Administração do Instituto serão realizadas sempre que houver necessidade de ajustes nesta Política de Investimentos perante o comportamento/conjuntura do mercado, quando se apresentar o interesse da preservação dos ativos financeiros e/ou com vistas à adequação à nova legislação.

Casos omissos nesta Política de Investimentos remetem-se à Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, e à Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011. É parte integrante desta Política de Investimentos cópia da Ata do Conselho de Administração que aprova o presente instrumento, devidamente assinada por seus membros.

Palmas-TO, 03 maio de 2019.


REYNALDO FERREIRA DE MELO
 Diretor de Investimentos


SHARLLÉS FERNANDO BEZERRA LIMA
 Presidente



Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV - (06/05/2019).

1 Aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2019 (dois mil e dezenove), segunda-feira,
 2 em primeira chamada, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), nesta cidade de
 3 Palmas, na sala de reuniões do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins
 4 (IGEPREV-TOCANTINS), situado à Av. Teotônio Segurado, 302 norte, QI-01, Alameda
 5 05, lotes 02 e 03, Palmas-TO, atendendo à convocação do Presidente em exercício do
 6 Conselho de Administração, **Joaidson Torres de Albuquerque**, com base no disposto no
 7 art. 15º, inciso II, da Lei nº 1.940 de 1º de julho de 2008, compareceram à reunião, na
 8 condição de membros titulares do Conselho de Administração, os Srs. Conselheiros;
 9 **Joaidson Torres de Albuquerque; Edson Cabral de Oliveira; Rolf Costa Vidal;**
 10 **Sergislei de Silva Moura; Juliana Passarin; Senivan Almeida de Arruda; Divino José**
 11 **Ribeiro; Milton Lamenha de Siqueira; João Pedro Alves de Brito; Manoel Pereira de**
 12 **Miranda e Richards Bruno Rodrigues;** na condição de membros suplentes os Srs.
 13 Conselheiros: **Freurismar Alves de Sousa;** na condição de conselheiro convidado o Sr.
 14 **Rorilândio Nunes dos Santos.** Com a palavra o Presidente em exercício do Conselho
 15 iniciou a sessão apresentando o tema em pauta: **Assinatura: Termo de Posse de novo**
 16 **membro** – Com a palavra o Presidente em exercício do Conselho deu boas vindas ao
 17 Secretário de Estado da Fazenda, **Sandro Henrique Armando**, que em seguida tomou
 18 posse como membro titular e Presidente do Conselho, representando o Poder Executivo; na
 19 sequência o Presidente em exercício do Conselho passou o comando da sessão para o
 20 membro recém-empossado como Presidente. Dando sequência à reunião o Presidente do
 21 Conselho passou para o próximo item da pauta: **Deliberação e Assinatura: Ata da 126ª**
 22 **Reunião Ordinária, Ata da 20ª Reunião Extraordinária e Ata da 127ª Reunião**
 23 **Ordinária** – Com a palavra o Presidente do Conselho questionou os membros

Juliana Passarin
Secretária da Governadoria

Senivan Almeida de Arruda
Secretário Chefe da Controladoria
Geral do Estado
Matrícula: 584669-1

Sergislei de Silva Moura
Secretário Executivo de
Planejamento e Orçamento

Divino José Ribeiro
Presidente - IGEPREV

Rolf Costa Vidal
Secretário Chefe



Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV - (06/05/2019).

24 sobre necessidade de alterações no texto das minutas; após algum tempo de leitura e análise
 25 não houve nenhuma manifestação contrária; o **Presidente do Conselho** passou então para a
 26 votação e as Atas em pauta foram aprovadas por unanimidade pelos membros participantes
 27 das respectivas reuniões. Na sequência o **Presidente do Conselho** passou para o próximo
 28 item: **Deliberação: Política de Investimentos – 2019** – Com a palavra o **Presidente do**
 29 **Conselho** informou que a Diretoria de Investimentos do Instituto iria apresentar um
 30 relatório dos investimentos realizados em 2018, conforme solicitado na sessão anterior, e
 31 que em seguida explanaria sobre os parâmetros da Política de Investimentos para o ano de
 32 2019; com a palavra o Gerente de Produtos Estruturados do Instituto, **Júlio César**
 33 **Medeiros Lima**, iniciou apresentando os resultados dos investimentos no período de 2018,
 34 e informou que no site oficial do Instituto estão disponíveis para download os relatórios
 35 mensais de investimentos de janeiro a dezembro; com a palavra o conselheiro **Milton**
 36 **Lamenha** solicitou que os relatórios mensais de investimentos sejam encaminhados aos
 37 conselheiros por e-mail, junto com os balancetes mensais; após mais explicações, **Júlio**
 38 **César Medeiros Lima** considerou que a Política de Investimentos para 2019, assim como a
 39 de 2018, busca rentabilizar os recursos do Igeprev, primando acima de tudo pela solidez das
 40 aplicações, transparência e liquidez dos recursos; com a palavra o conselheiro **Milton**
 41 **Lamenha** considerou que foi constatado que a meta atuarial de 2018 foi atingida, ainda que
 42 com o impacto negativo dos Fundos podres, e que a Política de Investimentos para 2018
 43 aprovada por este Conselho que se revelou eficaz do ponto de vista de objetivo atuarial do
 44 patrimônio do Instituto; na sequência o conselheiro questionou se a Política de
 45 Investimentos para 2019 teria grandes mudanças em relação à de 2018; em resposta **Júlio**
 46 **César Medeiros** informou que a diretriz da busca pela liquidez

Juliana Passarim
Secretária da Governadoria

Serviana Almeida de Arruda
Secretaria Chefe de Controladoria
Geral do Estado
Matricula: 38.4669-1

Sergista Silva de Moura
Secretário Executivo de
Planejamento e Orçamento

Divino José Ribeiro
TERTINS



Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV - (06/05/2019).

47 aplicações não sofrerá mudanças, e que será buscado somente aplicações em instituições
 48 sólidas; na sequência **Júlio César Medeiros** informou que qualquer revisão ou mudança de
 49 diretriz da Política durante a sua vigência deverá ser submetida novamente a este Conselho
 50 de Administração; após uma extensa explanação dos componentes da Política em pauta,
 51 sanando eventualmente dúvidas dos conselheiros, **Júlio César Medeiros** concluiu sua
 52 apresentação; na sequência o **Presidente do Conselho** passou para a votação da matéria;
 53 com a palavra o conselheiro **Rolf Costa Vidal** votou pela aprovação da Política, levando
 54 em consideração a preponderância de investimentos sólidos em instituições robustas, sem
 55 prejuízo de uma futura reanálise; com a palavra o conselheiro **Manoel Pereira** votou pela
 56 aprovação, considerando ser importante manter a segurança das aplicações; com a palavra o
 57 conselheiro **João Pedro Alves** considerou que os balancetes mensais e a Prestação de
 58 Contas anual, bem como o Orçamento anual, deveriam ser deliberados antes da apreciação
 59 da Política de Investimentos para 2019, sendo assim, como as referidas pautas ainda não
 60 foram apreciadas por este Conselho, afirmou que não teria condições de conduzir o seu
 61 voto e pediu que os conselheiros analisassem este fato; com a palavra o conselheiro **Rolf**
 62 **Costa Vidal** esclareceu que este Conselho está fazendo uma leitura perspectiva da Política
 63 de Investimentos para 2019, e as atividades retrospectivas de Prestação de Contas que são
 64 inerentes a este Conselho e ao Conselho Fiscal é um item que não é prejudicial à apreciação
 65 da Política de Investimentos em pauta, podendo ser matéria de uma próxima sessão; com a
 66 palavra o conselheiro **Manoel Pereira** considerou que na próxima reunião a Prestação de
 67 Contas de 2018 deve ser analisada, mas entende que este Conselho não pode paralisar os
 68 investimentos no ano de 2019 em relação à Prestação de Contas de 2018; com a palavra o
 69 conselheiro **Milton Lamenha** reiterou a necessidade de este Conselho analisar com

Juliana Passarin
 Secretária da Governadoria

Leivian Almeida de Arruda
 Secretário Chefe da Controladoria
 do Estado
 Matrícula: 584669-1

Sergio Siqueira de Moura
 Secretário Executivo de
 Planejamento e Orçamento

Divino José Ribeiro
 Presidente - ITERTINS

Rolf Costa Vidal



Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV - (06/05/2019).

70 urgência as matérias citadas pelo conselheiro João Pedro Alves, mas considerou que o fato
 71 não traz prejuízo para a apreciação da presente matéria; em seguida o conselheiro Milton
 72 Lamenha votou pela aprovação da Política, considerando que se mantenha a cautela
 73 necessária na sua execução; com a palavra o conselheiro Edson Cabral votou pela
 74 aprovação da Política; com a palavra o conselheiro Sergislei Silva de Moura votou pela
 75 aprovação; com a palavra a conselheira Juliana Passarin votou pela aprovação da Política;
 76 com a palavra o conselheiro Senivan Almeida votou pela aprovação da Política; com a
 77 palavra o conselheiro Divino José Ribeiro votou pela aprovação da Política; com a palavra
 78 o conselheiro Joaidson Torres votou pela aprovação da Política; com a palavra o
 79 conselheiro Richards Bruno votou pela aprovação da Política; com a palavra o conselheiro
 80 Freurismar Alves votou pela aprovação da Política; com a palavra o Presidente do
 81 Conselho votou pela aprovação da Política; sendo assim, com 11 votos pela aprovação e
 82 uma abstenção, a Política de Investimento para 2019 foi aprovada. Na sequência o
 83 Presidente do Conselho colocou em votação a solicitação de que na pauta da próxima
 84 reunião conste a apreciação da Prestação de Contas anual de 2018, bem como o Orçamento
 85 para 2019; a solicitação foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. E não
 86 havendo mais nenhum assunto a tratar, a reunião foi dada por encerrada e para constar foi
 87 lavrada a presente Ata, que após lida, discutida e aprovada será assinada pelo Presidente e
 88 demais membros do Conselho de Administração, dado passado em Palmas – TO.

Juliana Passarin
Secretária da Governadoria

Sergislei Silva de Moura
Secretário Executivo de Planejamento e Orçamento

Senivan Almeida de Arruda
Secretário Chefe da Controladoria
Geral do Estado
Matricula: 584689-1

Rolf Costa Vidal
Secretário-Chefe
Casa Civil

SANDRO HENRIQUE ARMANDO

Presidente do Conselho de Administração



Ata da 21ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV - (06/05/2019).

93 Sandro Henrique Armando
 94
 95 Edson Cabral de Oliveira
 96
 97 Rolf Costa Vidal
 98
 99 Sergislei Silva de Moura
 100
 101 Juliana Passarin
 102
 103 Senivan Almeida de Arruda
 104
 105 Divino José Ribeiro
 106
 107 Manoel Pereira de Miranda
 108
 109 Milton Lamenha de Siqueira
 110
 111 João Pedro Alves de Brito
 112
 113 Joaidson Torres de Albuquerque
 114
 115 Richards Bruno Rodrigues
 116
 117 Freurismar Alves de Sousa

Rolf Costa Vidal

Secretário-Chefe
Casa Civil

Sergislei Silva de Moura
Secretário Executivo de
Planejamento e Orçamento

Juliana Passarin

Secretária da Governadoria

Senivan Almeida de Arruda
Secretário-Chefe da Controladoria
Geral do Estado
Matricula: 584668-1



EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, ADMINISTRADOR FIDUCIÁRIO, GESTOR DE CARTEIRAS, DISTRIBUIDOR DE FUNDOS E FUNDOS DE INVESTIMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

O Instituto de Gestão de Previdenciária do Estado do Tocantins – Igeprev-To, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 25.091.307/0001-76, com sede na Av. Teotônio Segurado, 302 Norte, QI 01, Al 05, Lts. 02 e 03, Palmas/TO, no uso de suas atribuições legais, torna público o **PROCESSO DE CREDENCIAMENTO** de instituição financeira, administrador fiduciário, gestor de carteiras, distribuidor de fundos e fundos de investimento em que o Igeprev-To mantém recursos aplicados, e outros interessados, em conformidade com a Política de Investimentos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e suas alterações, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações.

1 DO OBJETO

1.1 O presente edital tem por objeto o credenciamento de Instituição Financeira, Administrador Fiduciário, Gestor de Carteiras, Distribuidor de Fundos e Fundos de Investimento que estejam devidamente autorizados, nos termos da legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional - SNF, com fiel observância das normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS no Mercado Financeiro Nacional - MFN, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, Secretaria de Políticas de Previdência Social – SPPS e, no que couber, as Leis Federais e Estaduais de Licitações e Contratos.

2 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Igeprev-To é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na sua Política Anual de Investimentos vigente.

2.2 É requisito prévio para a aplicação de recursos do Igeprev-To que a Instituição Financeira, o Administrador Fiduciário, o Gestor de Carteiras, o Distribuidor de Fundos e os Fundos de Investimento sejam credenciados na forma deste edital, que poderá ser obtido através da internet, no sítio do Igeprev-To (<https://igeprev.to.gov.br>), na aba Gestão de Investimentos, opção: Credenciamento, link “Edital de Credenciamento 2019”.



2.3 O credenciamento é apenas uma habilitação para futuros e prováveis investimentos, não sendo garantia de aporte de recursos.

2.4 Toda Instituição Financeira, Administrador Fiduciário, Gestor de Carteiras e Fundo de Investimento que possuir recursos investidos do Igeprev-To está obrigada a solicitar o credenciamento nos termos deste edital.

2.5 A Instituição Financeira, o Administrador Fiduciário, o Gestor de Carteiras e o Fundo de Investimento não credenciado, ou com o credenciamento expirado, suspenso ou cancelado, ou com solicitação de credenciamento indeferida ficam impedidas de receber recursos e investir valores pertencentes a este Instituto, conforme inciso III, do § 2º, do artigo 15 da Resolução nº 3.922/2010, do Banco Central do Brasil - BACEN, e poderá ter todo o recurso investido pelo RPPS resgatado, de acordo com o interesse do Igeprev-To.

2.6 Quando da decisão de investimento pelo Igeprev-To serão observadas todas as normas aplicáveis aos investimentos de Regime Próprios de Previdência Social.

3 CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

3.1 A solicitação de credenciamento, com o respectivo envio dos documentos, poderá ocorrer a qualquer momento na vigência deste edital.

3.2 Poderão ser credenciados a Instituição Financeira, o Administrador Fiduciário, o Gestor de Carteiras, o Distribuidor de Fundos e os Fundos de Investimento devidamente autorizados a funcionar no país pelo Banco Central do Brasil – BACEN ou pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste edital.

3.3 Não poderá participar de qualquer fase do processo o interessado que se enquadrar em uma ou mais das situações a seguir:

3.3.1 Esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;

3.3.2 Seja declarado inidôneo em qualquer esfera de Governo;

3.3.3 Esteja sob falência, intervenção, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos do Igeprev-To já existir aplicação financeira da instituição;

3.3.4 Em se tratando de Administrador de fundo de investimento aquele que detenha mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos sob sua administração oriundos de regimes próprios de previdência social, conforme dispõe o inciso II do § 2º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010;

3.4 Quando se tratar de Fundos de Investimento:

3.4.1 O credenciamento recairá também sobre a figura do Gestor e do Administrador do fundo;

3.4.2 Caso haja cobrança de Taxa de Performance, o regulamento deve observar ao que dispõe o inciso VII do artigo 3º e art. 4º da Portaria MPS nº 519/2011.

3.5 A participação neste credenciamento implica a aceitação integral, irretratável e irrestrita das condições estabelecidas neste edital, não sendo aceitável qualquer alegação de seu desconhecimento, sendo que eventual inaptidão em razão das vedações deste instrumento



considerar-se-á ocorrência de má-fé do participante e a possibilidade de sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

4. DA HABILITAÇÃO

4.1 Documentos gerais a serem entregues pela Instituição Financeira, Administrador Fiduciário, Gestor de Carteiras e Distribuidor de Fundos:

4.1.1 Declaração conforme o modelo do Anexo I;

4.1.2 Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

4.1.3 Procuração, quando for o caso, com cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF e do Registro Geral – RG do procurador;

4.1.4 Decreto de autorização - em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País -, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil – BACEN ou Comissão de Valores Mobiliários – CVM ou órgão competente;

4.1.5 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

4.1.6 Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);

4.1.7 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Instituição, na forma da lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

4.1.8 Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

4.1.9 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST;

4.1.10 Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, datada de, no máximo, 60 (sessenta) dias anteriores à data de apresentação da documentação, salvo se houver prazo de validade fixada na respectiva certidão;

4.1.11 Balanço Patrimonial dos 3 (três) últimos exercícios, inclusive com o Termo de Abertura e Encerramento, exigível e apresentado na forma da lei, devidamente registrado, que comprovem a solidez da situação econômico-financeira da entidade (vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios);

4.1.12 Demonstrativos constando os índices de liquidez corrente, índices de liquidez geral e índices de solvência geral ou índice de Basileia, extraídos dos balanços dos 3 (três) últimos exercícios, que comprovem a solidez da situação econômico-financeira da entidade, com assinatura do responsável;

4.1.13 Comprovação de filiação à ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas



de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

4.2. Documentos específicos a serem entregues pela Instituição Financeira, Administrador Fiduciário e Gestor de Carteiras:

4.2.1 Relatório de Classificação de Risco (*Rating's*) atualizado e vigente, emitido por Agência Classificadora de Risco com experiência internacional, cujo grau de avaliação estão definidos na Política Anual de Investimentos, conforme a tabela a seguir:

QUADRO DEMONSTRATIVO DE RATING MÍNIMO EXÍGIDO		
Instituição	Tipo de Rating	Rating Mínimo Exigido
Fitch Ratings	Nacional de Longo Prazo	AA(bra)
Fitch Ratings	Nacional de Gestores de Recursos	Forte
Austin Rating	Bancos	brAA
Austin Rating	Gestores de Recursos	QG2
Standard & Poor's	Instituições Financeiras	brAA
Standard & Poor's	Administração de Recursos de Terceiros	AMP2
Moody's	Forças Financeiras de Bancos	Aa.br
Moody's	Qualidade de Gestor de Recursos	MQ2
Fonte: Fitch Ratings, Austin Rating, Standard & Poor's, Moody's.		

4.2.2 O Relatório de Classificação de Risco (*Rating's*) disposto no item anterior poderá ser emitido por Agência Classificadora de Risco com experiência nacional, desde que aprovado pelo Comitê de Investimentos do Instituto, após prévia análise da Equipe de Investimentos.

4.2.3 Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundos de Investimento, conforme previsão na Nota Técnica nº 17/2017/CGACI/DRPSP/SPPS/MF, "Seção 1 – Informações sobre a Empresa" devidamente preenchido e com seus anexos – anexo V, também disponível no sítio anbima.com.br.

4.2.3.1 No Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundos de Investimento, "Seção 1 – Informações sobre a Empresa", no campo 2.2 deve constar o *link* de acesso ao Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria.

4.2.4 Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundos de Investimento, conforme previsão na Nota Técnica nº 17/2017/CGACI/DRPSP/SPPS/MF, "Seção 3 – Resumos Profissionais", devidamente preenchido por todos os representantes da empresa, anexo VII deste edital, também disponível no sítio anbima.com.br.

4.2.5 O Administrador ou Gestor de Fundos de Investimento que cumpre os requisitos previstos no inciso I do § 2º e § 8º do art. 15 da Resolução CMN nº 3.922/2010, conforme relação disponibilizada pela Secretaria de Previdência Social, poderá apresentar, em substituição ao solicitado anterior (questionário Padrão *Due Diligence*), o formulário "Termo de Análise de Credenciamento de Administrador e Gestor de FI – Art. 15, § 2º, I, Resolução CMN nº 3.922/2010", Anexo II deste edital, também disponível no sítio previdencia.gov.br.

4.3. Documentos específicos para Fundos de Investimento:



4.3.1 Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundos de Investimento, conforme previsão na Nota Técnica nº 17/2017/CGACI/DRPSP/SPPS/MF, “Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento”, devidamente preenchido e com seus anexos – anexo VI deste edital; também disponível no sítio anbima.com.br.

4.3.2 Lâmina do Fundo de Investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

4.4 Documentos específicos para Distribuidor de Fundos de Investimento:

4.4.1 Contrato de Distribuição e Mediação do produto ofertado;

4.4.2 Experiência como Distribuidor de Fundos de Investimentos no Mercado Financeiro;

4.4.3 Manual de Código de Ética e Conduta;

4.4.4 Termo de Análise e Cadastramento do Distribuidor – Anexo III, também disponível no sítio previdencia.gov.br;

4.4.5 Certificação CGA ANBIMA ou outra exigida e reconhecida pela CVM para Distribuidor de Fundos dentro do prazo de validade, ficando sujeita à verificação de autenticidade através de consulta *online*.

5 DA QUALIFICAÇÃO

5.1 Serão habilitados somente os interessados que atenderem integralmente ao disposto neste edital.

5.2 A documentação exigida neste edital deverá ser apresentada em 1 (uma) via original ou cópia reprográfica autenticada, unicamente na forma digital, através do correio eletrônico: investimentos.igeprev.to@igeprev.to.gov.br, que será protocolada constituindo processo administrativo único.

5.3 Conforme dispõe o art. 6º-E, III, da Portaria 519/2011, do Ministério da Previdência Social, desde que contenha a identificação de data de emissão e validade, a instituição interessada poderá disponibilizar a documentação exigida neste edital em página na rede mundial de computadores – *Internet*, cujo acesso seja livre a qualquer interessado.

5.4 Os documentos de Órgãos Oficiais expedidos pela *internet* ficarão sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta *online*.

5.5 Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos em substituição aos documentos exigidos.

5.6 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro do prazo de validade quando da entrega prevista no item 5.2.

5.7 O documento em que o prazo de validade não esteja expresso, será considerado prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua emissão.

6 DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO



6.1. A análise da documentação será processada em conformidade com as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.

6.2. A Diretoria de Investimentos verificará se os documentos apresentados cumprem os requisitos de habilitação e qualificação e submeterá parecer ao Comitê de Investimentos para Deferimento ou Indeferimento do pedido.

6.3 Instruída a solicitação de credenciamento a Diretoria de Investimentos do Igeprev-TO terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data do recebimento integral da documentação, para atuação do processo, análise e emissão do parecer técnico.

6.4 A atuação do Processo de Credenciamento ocorrerá apenas digitalmente, seguindo os procedimentos do Sistema de Gestão de Documentos – SGD;

6.5 Não será autuado processo com documentação incompleta, não preenchida corretamente, ilegível, sem data, identificação e/ou assinatura do responsável, sendo o interessado informado através do *e-mail* eletrônico dentro do prazo estabelecido no item 6.3.

6.6 Será autuado processo para instituições que possuam fundos presentes na carteira do Instituto, em exceção ao que dispõe o item 6.5, para fins de lançamento de análise no Demonstrativo de Aplicações e Investimentos de Recursos – DAIR;

6.7 Durante a instrução o Igeprev-TO poderá solicitar esclarecimentos adicionais e/ou complementação de documentação, situação em que o interessado deverá resolver no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do processo de credenciamento.

6.8 Emitido o parecer técnico pela Diretoria de Investimento o processo será submetido à apreciação do Comitê de Investimentos que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, deliberará sobre o Deferimento ou Indeferimento do pedido, juntando a ata da reunião aos autos do processo.

6.9 Após apreciação do Parecer Técnico da Diretoria de Investimentos, o Comitê de Investimentos submeterá a respectiva ata ao Presidente do Instituto para homologação do resultado e publicidade no sítio do Instituto, encerrando o processo de credenciamento.

7 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

7.1 A impugnação deste edital poderá ser feita antes da solicitação de credenciamento, através do correio eletrônico investimentos.igeprev.to@igeprev.to.gov.br.

7.2 Não serão conhecidas impugnações e recursos meramente protelatórios ou subscritos por pessoa não habilitada legalmente como representante do interessado.

7.3 Das decisões do Igeprev-To que versarem sobre o indeferimento do pedido de credenciamento caberá recurso fundamentado e motivado, dirigido ao Coordenador do Comitê de Investimentos, no prazo de 5 (cinco) dias da sua publicação, submetido através do correio eletrônico investimentos.igeprev.to@igeprev.to.gov.br.

7.4 O recurso de que dispõe o item 7.3 não terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.5 O interessado cuja solicitação de credenciamento houver sido indeferida não poderá solicitar novo credenciamento no período de 6 (seis) meses a partir da decisão de indeferimento.



8 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

8.1 O credenciamento objeto deste edital terá validade de 12 (doze) a partir de sua homologação.

8.2 A Instituição Financeira, o Administrador Fiduciário, o Gestor de Carteiras e o Fundo de Investimento em que o Igeprev-To detém investimento deverá solicitar novo credenciamento pelo menos 30 (trinta) dias antes do fim da vigência de seu último credenciamento, a fim de dar cumprimento ao § 3º do art. 3º da Portaria MPS nº 519/2011.

9 DO DESCREDENCIAMENTO

9.1 A qualquer tempo o Igeprev-To poderá decidir sobre alteração, suspensão ou cancelamento do credenciamento com Instituição Financeira, Administrador Fiduciário, Gestor de Carteiras, Distribuidor de Fundos e Fundo de Investimento sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título quando o fizer motivadamente ou o credenciado:

9.1.1 Descumprir total ou parcialmente quaisquer das normas que regem os RPPS, inclusive este edital e a Política de Investimentos do Igeprev-To, bem como os ditames da legislação aplicável emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, Banco Central do Brasil - BACEN ou Ministério da Economia (Secretaria de Previdência) e demais órgãos que regulam o Sistema Financeiro Nacional;

9.1.2 Estiver inadimplente quanto a Regularidade Fiscal e Previdenciária;

9.1.3 For declarado inidôneo em qualquer esfera do Governo;

9.1.4 Estiver sob intervenção, falência, dissolução ou liquidação;

9.1.5 Não apresentar resultados satisfatórios na administração/gestão de fundo de investimento;

9.1.6 Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estabelecidos no Regulamento dos Fundos ou infringirem qualquer disposição do Termo de Adesão;

9.2 Na ocorrência do item 9.1.5 a instituição estará impedida de requerer novo credenciamento no prazo de 6 (seis) meses a contar da decisão prevista no item 9.1.

9.3 A decisão prevista no item 9.1 deverá ser precedida de processo administrativo, no qual serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.4 Nas hipóteses previstas no item 9.1 o Instituto emitirá termo próprio, independentemente de aplicação de quaisquer sanções legais.

9.5 Faculta ao credenciado que não realiza a gestão ou administração de recursos do Igeprev-To requerer o seu descredenciamento a qualquer tempo.

10 OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 Caberá ao Igeprev-To:

10.1.1 Estabelecer as rotinas para o cumprimento do objeto deste edital;

10.1.2 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços conforme atribuições da Diretoria de Investimentos e do Comitê de Investimentos;



10.1.3 Comunicar formalmente à instituição credenciada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços;

10.2 Caberá ao Credenciados:

10.2.1 Adotar, de imediato, as medidas determinadas pelo Igeprev-To, observados os princípios que regem a Administração Pública, respondendo pelos prejuízos decorrentes de demora na execução das ordens, especialmente quando das aplicações e resgates;

10.2.2 Responsabilizar-se para que todas suas as ações estejam de acordo com este edital, com a Política de Investimentos do Igeprev-To em vigor, com as normas que regulamentam os investimentos dos Regimes de Prórios Previdência Social, especialmente, as Instruções da Comissão de Valores Mobiliários, a Resolução CMN 3.922/2010 e Portaria MPS nº 519/2011, e suas alterações;

10.2.3 Zelar pela promoção de elevados padrões éticos na condução das operações relativas às aplicações dos recursos do Igeprev-To, bem como pela eficácia dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle dos investimentos;

10.2.4 Enviar mensalmente, até o quarto dia útil do mês subsequente, ou em outro prazo a ser defidino pela Diretoria de Investimentos visando o cumprimento das obrigações do Instituto junto aos demais Órgãos da Administração Pública, extrato do fundo de investimentos que apresente a posição do Instituto: quantidade de cotas, valor da cota, patrimônio líquido referentes ao último dia do mês anterior;

10.2.5 Enviar, no mínimo trimestralmente ou quando solicitado, relatório detalhado informando a carteira do fundo devidamente aberta, análise do cenário econômico, a estratégia de gestão, os resultados alcançados sobre o *benchmark* do fundo, rentabilidade acumulada mensal, anual e dos últimos 12 (doze) meses, risco e volatilidade;

10.2.6 Informar a superveniência de fato impeditivo ou suspensivo para manutenção do credencialmento, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

11 DAS PENALIDADES

11.1 Sem prejuízos das demais sanções previstas em lei, os credenciados ficarão sujeitos às penalidades impostas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 O presente Edital, seus anexos, atualizações e os processos ficarão à disposição dos Conselheiros, Membros do Comitê de Investimentos, Segurados, Aposentados e pensionistas para consulta na sede do Instituto e no sítio de internet do Instituto: igeprev.to.gov.br.

12.2 Todo e qualquer esclarecimento em relação ao presente edital deverá ser feito por escrito através do correio eletrônico investimentos.igeprev.to@igeprev.to.gov.br, em atenção à Diretoria de Investimentos.

12.3 A Instituição Financeira, o Administrador Fiduciário, o Gestor de Carteiras, o Distribuidor de Fundos e o Fundo de Investimento credenciado que realizar quaisquer das ações de intermediar investimentos, realizar administração, realizar a gestão, ou receber aporte de recursos do Igeprev-To poderá ser submetido a outros quesitos e/ou solicitados outros documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados.



12.4 Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

12.5 As Instituições são responsáveis, em qualquer época, pela atualização, fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

12.6 Toda a documentação ficará à disposição dos Conselheiros, Membros do Comitê de Investimentos, Segurados, Aposentados e pensionistas para consulta.

12.7 Aos casos omissos neste edital aplicam-se a Política de Investimentos do Instituto bem como os dispositivos da Resolução CMN nº 3.922/2011 e da Portaria MPS nº 519/2011, sendo, em último recurso, dirimidos pelo Comitê de Investimentos do Igeprev-To.

12.8 O credenciamento das Instituições não estabelece obrigação do Igeprev-To em alocar ou manter recursos eventualmente nela aplicados.

12.9 Ao Igeprev-To reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as sessões e/ou conferências e utilizar como meio de prova.

12.10 O Instituto poderá incluir outros documentos ao processo para subsidiar a confecção do Parecer Técnico da Diretoria e a análise do Comitê de Investimentos.

12.11 O presente credenciamento será regido pelos dispositivos contidos neste edital, pela Política de Investimentos do Igeprev-To, e por toda legislação brasileira em vigor que normatizam a Administração Pública, os RPPS's e os Investimentos.

12.12 Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

13 ANEXOS

Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

13.1 Anexo I: Declaração para Fins de solicitação de Credenciamento;

13.2 Anexo II: Termo de análise de credenciamento - Administrador ou Gestor de Fundos de Investimento;

13.3 Anexo III: Termo de Análise e Cadastramento do Distribuidor;

13.4 Anexo IV: Termo de Análise e Cadastramento do Fundo de Investimento;

13.5 Anexo V: Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1: Informações Sobre a Empresa;

13.6 Anexo VI: Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 2: Informações sobre o Fundo de Investimento;

13.6 Anexo VII: Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 3: Resumos Profissionais.

Palmas - TO, aos 25 dias do mês de outubro de 2019.

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA



Presidente do Igeprev-To
ATO Nº 196 - NM



DECLARAÇÃO PARA FINS DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

A BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 62.375.134/0001-44, com sede na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1309, 2º e 3º andares, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Capital, neste ato representada por seus representantes legais, solicita o seu credenciamento nos termos do Edital de Credenciamento 001/2019 e declara que:

1. está ciente de todos os termos do Edital de Credenciamento nº 01/2019 e seus anexos, bem como da legislação em vigor que normatiza a Administração Pública, os RPPS's e os Investimentos;
2. não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração média ou grave por eles consideradas nos últimos 5 (cinco) anos;
3. os regulamentos e termos de adesão dos fundos de investimento abaixo mencionados estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 alterada pela Resolução CMN 4.695/2018 e Portaria MPS nº 519/2011 e suas alterações:

Bradesco FIC FI RF Referenciado DI Poder Público	07.187.570/0001-81
Bradesco FI RF Referenciado DI Premium	03.399.411/0001-90
Bradesco FI RF Referenciado DI Federal Extra	03.256.793/0001-00
Bradesco FI RF IDKA Pré 2	24.022.566/0001-82
Bradesco FI RF IRF-M 1 Títulos Públicos	11.484.558/0001-06
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B Títulos Públicos	10.986.880/0001-70
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-Geral	08.246.318/0001-69
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B	08.702.798/0001-25
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5	20.216.216/0001-04
Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5 +	13.400.077/0001-09
Bradesco FIC Renda Fixa Alocação Dinâmica	28.515.874/0001-09
Bradesco H FIC de FI Multimercado Macro Institucional	21.287.421/0001-15

Bradesco FIA Dividendos	06.916.384/0001-73
Bradesco FIA Small Cap Plus	06.988.623/0001-09
Bradesco FIA Selection	03.660.879/0001-96
BRADESCO FIC FIA Institucional IBrX Alpha	14.099.976/0001-78
BRADESCO H Regimes de Previdência Ibovespa FIC Ações	11.232.995/0001-32
BRADESCO Estratégia Dividendos FIC FIA	32.312.071/0001-16
Bradesco FI RF Maxi Poder Público	08.246.263/0001-97
Bradesco FIA Ibovespa Plus	03.394.711/0001-86
BRADESCO FIA Sustentabilidade Empresarial	07.187.751/0001-08
Bradesco FIM Plus I	02.998.164/0001-85
Bradesco H FIA Dividendos	02.138.442/0001-24
BRADESCO H FI RF NILO	15.259.071/0001-80
Bradesco FIC FI Curto Prazo Poder Público	13.397.466/0001-14
Bradesco H FIC FIA Ibovespa Valuation	11.675.309/0001-06
Bradesco H FIA Small Caps	07.986.196/0001-84
Bradesco FIM S&P 500 Mais	18.079.540/0001-78
Bradesco Institucional FIA BDR Nível I	21.321.454/0001-34

4. até a presente data inexistem fatos impeditivos para administrar, realizar a gestão ou receber aporte de recursos de Regime Próprio de Previdência Social, e está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5. para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não temos em nosso quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos.

6. reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do **Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREVTO**, e que não irá reter Impostos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

Solicitamos que o **IGEPREVTO** nos informe qualquer modificação que possa levar a um eventual não enquadramento da atual condição.

Ressaltamos que, na hipótese de entendimento contrário da Receita Federal do Brasil acerca da Imunidade Tributária, o **IGEPREVTO** deverá arcar, na condição de contribuinte, com os valores eventualmente devidos, depois de esgotadas todas as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis.

São Paulo, 13 de novembro de 2019.



BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. - DTVM

Maria Isabel Cruz de Paula Mattos

Ricardo Augusto Mizukawa



CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (CNPJ 62.375.134/0001-44) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie.

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 11:48:56 do dia 11/7/2019, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: BQVGvBsWSn0LlxaMkAgU

Certidão emitida gratuitamente.

AGE – 30.4.2018

DUCE SP
19 05 18

**Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários
Estatuto Social**

Título I - Da Organização, Duração e Sede

Artigo 1º) A Bram - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, doravante chamada Sociedade, rege-se pelo presente Estatuto.

Artigo 2º) O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 3º) A Sociedade tem sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 7º andar, Jardim Paulistano, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-000, e foro no mesmo Município.

Artigo 4º) Poderá a Sociedade instalar ou suprimir Filiais, Escritórios, ou Dependências de qualquer natureza no País e no Exterior, a critério da Diretoria.

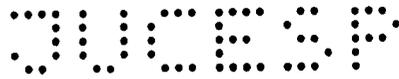
Título II - Dos Objetivos Sociais

Artigo 5º) A Sociedade tem como objeto:

- a) praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários, por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios;
- b) comprar e vender participações societárias;
- c) participar como sócia ou acionista de outras Sociedades.

Parágrafo Único - É vedado à Sociedade:

- a) adquirir bens imóveis não destinados a uso próprio, salvo nas hipóteses permitidas em lei ou regulamentos;
- b) emitir debêntures ou partes beneficiárias;
- c) exercer quaisquer atividades que não lhe sejam permitidas pela legislação e pela regulamentação aplicáveis.



**Bram - Bradesco Asset Management S.A Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários
Estatuto Social - 2 -**

Título III - Do Capital Social

Artigo 6º) O Capital Social é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 9.322.059 (nove milhões, trezentas e vinte duas mil e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Nos aumentos de capital, a parcela de, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) será realizada no ato da subscrição e o restante será integralizado mediante chamada da Diretoria, observados os preceitos legais.

Parágrafo Segundo - Todas as ações da Sociedade são escriturais, permanecendo em contas de depósito no Banco Bradesco S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, podendo ser cobrado dos acionistas o custo do serviço de transferência da propriedade das referidas ações.

Título IV - Da Administração

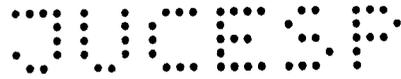
Artigo 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, estendendo-se até a posse dos novos administradores eleitos, composta de 5 (cinco) a 7 (sete) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral, Diretor Gerente, Diretor Superintendente, Diretor de Renda Fixa e de Renda Variável e Diretor.

Parágrafo Único - Não obstante o disposto no “caput” deste Artigo, os membros da Diretoria exercerão seus mandatos até a data em que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Artigo 8º) Aos Diretores compete administrar e representar a Sociedade, com poderes para obrigá-la em quaisquer atos e contratos de seu interesse, podendo, ainda, transigir e renunciar direitos e adquirir, alienar e onerar bens, observando o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo.

Parágrafo Primeiro - Dependerá de prévia autorização do Conselho de Administração do acionista controlador:

- a) a aquisição, alienação ou oneração de bens integrantes do ativo não circulante e de participações societárias de caráter não permanente, quando de valor superior a 1% (um por cento) do patrimônio líquido da Sociedade,



**Bram - Bradesco Asset Management S.A Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários
Estatuto Social - 3 -**

nos casos de operações com empresas não integrantes da Organização Bradesco;

- b) a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- c) associações envolvendo a Sociedade, inclusive participação em acordo de acionistas.

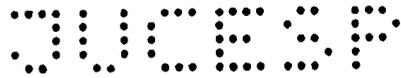
Parágrafo Segundo - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste Estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) Diretores, devendo 1 (um) deles estar no exercício do cargo de Diretor Geral.

Parágrafo Terceiro - A Sociedade poderá também ser representada por no mínimo 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador, ou por no mínimo 2 (dois) procuradores, em conjunto, especialmente constituídos, devendo do respectivo instrumento de mandato constar os seus poderes, os atos que poderão praticar e o seu prazo.

Parágrafo Quarto - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos:

- a) mandatos com cláusula “ad judicia”, hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida;
- b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais;
- c) participação em leilões e licitações públicas e privadas;
- d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada;
- e) perante órgãos, repartições e instituições públicas ou privadas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade;
- f) em depoimentos judiciais;
- g) perante as entidades certificadoras para obtenção de certificados digitais.

Parágrafo Quinto - Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer Diretor, inclusive do Diretor Geral, a própria Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. Em caso de vaga, a eleição do substituto se fará de acordo com o que dispõe o Artigo 7º, deste Estatuto.



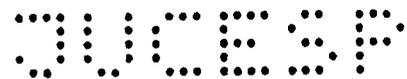
**Bram - Bradesco Asset Management S.A Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários
Estatuto Social - 4 -**

Artigo 9º) Compete à Diretoria, reunida e deliberando de conformidade com o presente Estatuto:

- a) deliberar sobre as condições das operações ativas e passivas;
- b) estabelecer o limite de endividamento da Sociedade;
- c) zelar para que os Diretores estejam, sempre, rigorosamente aptos a exercer suas funções;
- d) cuidar para que os negócios sociais sejam conduzidos com probidade, de modo a preservar o bom nome da Sociedade;
- e) sempre que possível, preservar a continuidade administrativa, altamente recomendável à estabilidade, prosperidade e segurança da Sociedade;
- f) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- g) limitado ao montante global anual aprovado pela Assembleia Geral, realizar a distribuição das verbas de remuneração e previdenciária aos Administradores;
- h) autorizar a concessão de qualquer modalidade de doação, contribuição ou auxílio, independentemente do beneficiário;
- i) aprovar a aplicação de recursos oriundos de incentivos fiscais;
- j) submeter à Assembleia Geral propostas objetivando aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações, operações de fusão, incorporação ou cisão e reformas estatutárias da Sociedade.

Artigo 10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete especificamente a cada membro da Diretoria:

- a) ao Diretor Geral:
 - I. presidir as reuniões da Diretoria;
 - II. coordenar a atuação dos Diretores sob sua supervisão, acompanhando os respectivos desempenhos;
 - III. orientar as atividades sociais e fazer executar a política estabelecida pela própria Diretoria;
 - IV. distribuir entre os demais Diretores atribuições nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade;
 - V. gerir operacional e administrativamente a Sociedade;
 - VI. dirimir dúvidas ou controvérsias surgidas na administração executiva da Sociedade;
- b) ao Diretor Gerente, o desempenho das funções que lhe forem atribuídas, colaborando com o Diretor Geral;



**Bram - Bradesco Asset Management S.A Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários
Estatuto Social - 5 -**

- c) ao Diretor Superintendente, o desempenho das funções que lhe forem atribuídas nas diversas áreas operacionais e administrativas da Sociedade, nos termos da legislação vigente da Comissão de Valores Mobiliários, relativamente à Administração de Carteira de Valores Mobiliários reportando-se ao Diretor Geral e ao Diretor Gerente;
- d) ao Diretor de Renda Fixa e de Renda Variável, responder pelos segmentos de renda fixa e de renda variável, multimercado e produtos estruturados, reportando-se ao Diretor Geral, Diretor Gerente e Diretor Superintendente;
- e) aos Diretores, responder pelas atividades relacionadas, direta ou indiretamente, ao funcionamento e à manutenção de carteiras de valores mobiliários, especialmente as seguintes atividades: 1) cumprimento de regras, políticas, procedimentos e controles internos; 2) distribuição de valores mobiliários; 3) verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil dos clientes.

Parágrafo Único - As funções previstas nos números 2 e 3 da letra “e”, deste artigo, poderão ser exercidas cumulativamente pelo mesmo Diretor ou pelo Diretor Superintendente, sempre que não houver restrição regulatória.

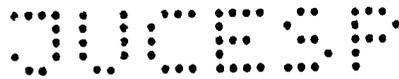
Artigo 11) A Diretoria fará reuniões sempre que convocadas pelo seu Diretor Geral ou, ainda, pela metade dos demais Diretores, deliberando validamente desde que presente mais da metade dos seus membros em exercício, com a presença obrigatória do titular do cargo de Diretor Geral ou seu substituto, que terá voto de qualidade, no caso de empate.

Artigo 12) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse;

Titulo V – Da Superintendência de Gestão de Risco

Artigo 13) A Sociedade terá um componente organizacional denominado Superintendência de Gestão de Risco, composta de 1 (um) Superintendente Executivo, designado e destituível pela Assembleia Geral, o qual se reportará diretamente ao Diretor Geral.

Paragrafo Primeiro - O Superintendente Executivo responsável pela Gestão de Risco da Sociedade:



**Bram - Bradesco Asset Management S.A Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários
Estatuto Social - 6 -**

- a) exercerá suas funções com independência; e
- b) não atuará em funções relacionadas à administração de carteiras de valores mobiliários, à intermediação e distribuição ou à consultoria de valores mobiliários, ou em qualquer atividade que limite a sua independência, na Sociedade ou fora dela.

Parágrafo Segundo - Em caso de vacância do cargo de Superintendente Executivo responsável pela Gestão de Risco, a designação do substituto se fará de acordo com o que dispõe o “caput” deste Artigo.

Artigo 14) Compete a Superintendência de Gestão de Risco implementar e manter política escrita de gestão de riscos que permita o monitoramento, a mensuração e o ajuste permanentes dos riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários administradas pela Sociedade, observado o disposto na legislação pertinente.

Artigo 15) O Superintendente Executivo responsável pela Gestão de Risco deve:

- a) verificar o cumprimento da política escrita de gestão de risco;
- b) encaminhar relatório da exposição a risco de cada carteira de valores mobiliários sob gestão para as pessoas indicadas na política de gestão de riscos em frequência, no mínimo, mensal; e
- c) supervisionar diligentemente, se houver, terceiro contratado para mensurar os riscos inerentes a cada uma das carteiras de valores mobiliários.

Título VI - Do Conselho Fiscal

Artigo 16) O Conselho Fiscal, não-permanente, compor-se-á, quando instalado, de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e de igual número de suplentes.

Título VII - Das Assembleias Gerais

Artigo 17) As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão presididas por um Presidente e um Secretário, escolhidos pelos acionistas presentes.

Título VIII - Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados

Artigo 18) O ano social coincide com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro.

BRAM

**Bram - Bradesco Asset Management S.A Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários
Estatuto Social - 7 -**

Artigo 19) Serão levantados balanços ao fim de cada semestre, nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, facultado à Diretoria determinar o levantamento de outros balanços, em menores períodos, inclusive mensais.

Artigo 20) O Lucro Líquido, como definido no Artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem, a seguinte destinação:

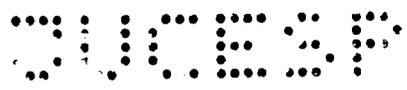
- I. constituição da Reserva Legal;
- II. constituição das Reservas previstas nos Artigos 195 e 197 da mencionada Lei nº 6.404/76, mediante proposta da Diretoria, deliberada pela Assembleia Geral;
- III. pagamento de dividendos propostos pela Diretoria que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio declarados, de que tratam os parágrafos primeiro e segundo deste artigo, assegurem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório, 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos itens I, II e III do Artigo 202 da referida Lei nº 6.404/76.

Parágrafo Primeiro - A Diretoria fica autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros Existentes.

Parágrafo Segundo – Poderá a Diretoria, ainda, autorizar a distribuição de lucros aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação específica, em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo parágrafo anterior ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Terceiro - Os juros eventualmente pagos aos acionistas serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício de 1% (um por cento), de acordo com o Inciso III do “caput” deste Artigo.

Artigo 21) O saldo do Lucro Líquido, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado 100% (cem por cento) à Reserva de Lucros - Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o



**Bram - Bradesco Asset Management S.A Distribuidora
de Títulos e Valores Mobiliários
Estatuto Social - 8 -**

desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado

Parágrafo Único - Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao Lucro Líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório estabelecido no Artigo 20, Inciso III, e/ou retenção de lucros nos termos do Artigo 196 da Lei nº 6.404/76, o saldo do Lucro Líquido para fins de constituição da reserva mencionada neste Artigo será determinado após a dedução integral dessas destinações.

Declaramos que o presente é cópia fiel do Estatuto Social desta Empresa, contendo a deliberação aprovada na AGE de 30.4.2018.

**Bram - Bradesco Asset Management S.A.
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

André Rodrigues Cano
Diretor Geral

Denise Pauli Pavarina
Diretora Gerente

JUCESP



JUCESP PROTOCOLO
0.553.489/18-5



Cartório Tabelião Notarial
Rodrigues (Cruz) PROT. SANT.
Antonio Augusto Rodrigues
R. Pedro Procópio, 117
Edifício Lézaia Rodrigues

Valor pago por Autenticação R\$ 3,46

06 JUN 2018

Tel (11) 4622-7700

AUTENTICAÇÃO - Autentico e presente a mim apresentado, conforme o original Luiz Carlos Saldanha Gomes Junior ESCRIVENTE AUTORIZADO

Valido somente com o selo emitido

Bram – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
CNPJ nº 62.375.134/0001-44 - NIRE 35.300.192.575
Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas cumulativamente em 30.4.2018

Data, Hora, Local: Em 30.4.2018, às 13h, na sede social, Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 7º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP 01451-000.

Mesa: Presidente: Antonio José da Barbara; Secretário: Ismael Ferraz.

Quórum de Instalação: Totalidade do Capital Social.

Presença Legal: Administrador da Sociedade e representante da empresa KPMG Auditores Independentes.

Publicações Prévias: Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31.12.2017, foram publicados em 15.3.2018 nos jornais “Diário Oficial do Estado de São Paulo”, páginas 28 a 30, e “Valor Econômico”, páginas E3 e E4.

Disponibilização de Documentos: os documentos citados no item “Publicações Prévias”, as propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigidas pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista.

Edital de Convocação: Dispensada a publicação de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76.

Deliberações:

Assembleia Geral Extraordinária:

- aprovadas, sem qualquer alteração ou ressalva, as propostas da Diretoria, registradas na Reunião daquele Órgão de 20.4.2018, dispensadas suas transcrições, por se tratar de documentos lavrados em livro próprio, para:

- 1) aumentar o capital social no valor de R\$60.000.000,00, elevando-o de R\$190.000.000,00 para R\$250.000.000,00, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo das contas “Reserva de Lucros – Reserva

[Handwritten signatures and initials]

RESOLUÇÃO
01 00 01

Alfabetizado em 1974, cursando o curso de Letras em São Paulo, com o objetivo de obter o diploma em Letras, a respeito dos estudos realizados, a fim de obter o diploma de curso de Letras em São Paulo.

NEIL RICKO TAME
COORDENADORA

CANTORAS PROTÊSTAS DE LETRAS
SANTANA DE PARNAÍBA
Antonio Augusto Rodrigues Cruz - 06
Edifício Lazara Rodrigues Cruz
06 JUN 2018
Tel: (11) 4622-7700
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme o original
em mim apresentado, do que dou fé
Luiz Carlos Saldanha Gomes Junior
ESCRIVENTE AUTORIZADO



DUCEAP
19 06 18

CARTÓRIO NOTARIAL
Rodrigues Cruz SANTANA
Antonio Augusto
R. Pedro Procópio
Edifício Lázara Roc

06 JUN 2018

Valor pago por Autenticação R\$ 3,45

Tel: (11) 4622-7700

AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente cópia reprográfica, conforme a mim apresentado, do que dou fe

Luiz Carlos Saldanha Gomes Junior
ESCREVENTE

06 JUN 2018

Valido somente com o selo autenticado

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária da Bram – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários realizadas cumulativamente em 30.4.2018 - CNPJ nº 62.375.134/0001-44 - NIRE 35.300.192.575. .2.

Legal” – R\$6.000.000,00; e “Reserva de Lucros - Estatutária” – R\$54.000.000,00, de acordo com o disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76, com a consequente alteração do “caput” do Artigo 6º do Estatuto Social;

- 2) alterar o estatuto social, no artigo 7º, modificando o prazo de mandato da Diretoria de 1 (um) para 2 (dois) anos e incluindo parágrafo único que trata do limite de idade para exercer cargo na Diretoria; no parágrafo quarto do artigo 8º, incluindo a letra “g”, relativamente à representação da Sociedade perante entidades certificadoras; e, no artigo 12, excluindo a letra “b”.

Em consequência, as redações dos mencionados dispositivos passarão ser as seguintes, após a homologação do processo pelo Banco Central do Brasil: “Artigo 6º) O Capital Social é de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), dividido em 9.322.059 (nove milhões, trezentas e vinte duas mil e cinquenta e nove) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal. Artigo 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, estendendo-se até a posse dos novos administradores eleitos, composta de 5 (cinco) a 7 (sete) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral, Diretor Gerente, Diretor Superintendente, Diretor de Renda Fixa e de Renda Variável e Diretor. **Parágrafo Único** - Não obstante o disposto no “caput” deste Artigo, os membros da Diretoria exercerão seus mandatos até a data em que completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade. Artigo 8º) **Parágrafo Quarto** - A Sociedade poderá ainda ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria ou por procurador com poderes específicos, nos seguintes casos: a) mandatos com cláusula “ad judícia”, hipótese em que a procuração poderá ter prazo indeterminado e ser substabelecida; b) recebimento de citações ou intimações judiciais ou extrajudiciais; c) participação em leilões e licitações públicas e privadas; d) em Assembleias Gerais de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Sociedade participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada; e) perante órgãos, repartições e instituições públicas ou privadas, desde que não implique na assunção de responsabilidades e/ou obrigações pela Sociedade; f) em depoimentos judiciais; g) perante as entidades

DUCEAP
19 06 18

Cartório Tabelião de Notas e de Protestos de Letras e Títulos
SANTANA DE PARNAIBA - SP
Antonio Augusto Rodrigues Cruz - Tabelião
R. Pedro Procópio, 100 - Centro - 13800-000
Edifício Lázaro Rodrigues Cruz

Valor pago por Autenticação R\$ 3,46

06

Tel: (11) 4621-1111

AUTENTICAÇÃO - Autenticação de cópia reprográfica, conferida a mim apresentado, do qual Luiz Carlos Salgarina é PROSEVENTO

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária da Bram – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários realizadas cumulativamente em 30.4.2018 - CNPJ nº 62.375.134/0001-44 - NIRE 35.300.192.575. 3.

certificadoras para obtenção de certificados digitais. Artigo 12) Para o exercício do cargo de Diretor é necessário dedicar tempo integral aos serviços da Sociedade, sendo incompatível o exercício do cargo de Diretor desta com o desempenho de outras funções ou atividades profissionais, ressalvados os casos em que a Sociedade tenha interesse.”

Assembleia Geral Ordinária:

- I. tomaram as contas dos Administradores e aprovaram integralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2017;
- II. aprovada a proposta da Diretoria, sem qualquer alteração ou ressalva, registrada na Reunião daquele Órgão de 31.1.2018, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2017 no valor de R\$80.135.405,12, conforme segue: R\$4.006.770,25 para a conta “Reserva de Lucros - Reserva Legal”; R\$75.367.348,52 para a conta “Reserva de Lucros - Estatutária”; e R\$761.286,35 para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 30.6.2018;
- III. reeleitos, para compor a Diretoria da Sociedade, os senhores: **Diretor Geral: André Rodrigues Cano**, brasileiro, casado, bancário, RG 8.487.985-3/SSP-SP, CPF 005.908.058/27; **Diretora Gerente: Denise Pauli Pavarina**, brasileira, divorciada, bancária, RG 11.974.549-5/SSP-SP, CPF 076.818.858/03, ambos com domicílio no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; **Diretor Superintendente: Ricardo Pereira de Almeida**, brasileiro, casado, economista, RG 08143874-9/IIFP-RJ, CPF 001.603.287/05, com domicílio na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.064, 7º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, SP, CEP 01451-000; **Diretores: Marlos Francisco de Souza Araujo**, brasileiro, casado, bancário, RG 25.746.972-2/SSP-SP, CPF 274.447.478/90, com domicílio no Núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; e eleito o senhor: **André Ferreira Gomes**, brasileiro, casado, bancário, RG 17.726.946-7/SSP-SP, CPF 059.012.418/86, com domicílio na Avenida Paulista, 1.450, 5º andar, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-917.

REQUERIMENTO
01 00 01

REQUERIMENTO que tem por objeto a regular a e manifestação a respeito dos atos praticados com a devida a parte.

DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I
Neil Rito de Almeida
Neil Rito de Almeida
COORDENADORA

CARTELA TABELÃO DE PROTESTOS DE LETRAS
 SANTANA DE PARANAGUÁ
 Antonio Augusto Rodrigues Cruz - 700
 R. Pedro Procopio, 100 - Centro - 06881-000
 Edifício Lázara Rodrigues Cruz

06 JUN 2018
 Tel: (11) 4622-7700
 AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
 cópia reprográfica, conforme o original
 e mim apresentado, do que dou fé
 Luiz Carlos Saldanha Gomes Junior
 ESCRIVENTE AUTORIZADO

Valido somente
 como selo de
 autenticação

DUCEP
19 06 18

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária da Bram – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários realizadas cumulativamente em 30.4.2018 - CNPJ nº 62.375.134/0001-44 - NIRE 35.300.192.575. .4.

Os Diretores reeleitos e eleito: 1) arquivaram na sede da Sociedade declaração, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal; 2) terão: a) seus nomes levados à aprovação do Banco Central do Brasil, após o que tomarão posse de seus cargos; b) mandato de 2 (dois) anos, estendendo-se até a posse dos novos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2020;

IV. fixados, para o exercício de 2018: a) o montante global anual de até R\$3.000.000,00 para a remuneração (remuneração fixa e, eventualmente, remuneração variável); b) a verba anual de até R\$3.500.000,00 destinada a custear o Plano de Previdência dos Administradores. A distribuição das mencionadas verbas será deliberada em reunião da Diretoria, conforme determina a letra “g” do Artigo 9º do Estatuto Social.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado, e encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, sendo aprovada por todos e assinada. aa) Presidente: Antonio José da Barbara; Secretário: Ismael Ferraz; Administradora: Denise Pauli Pavarina; Acionista: Banco Bradesco BBI S.A., por seus procuradores, senhores Antonio José da Barbara e Ismael Ferraz; Auditor: André Dala Pola.

Declaração: Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas.

Handwritten signature on the left.

Stamp: **Cartório Titular de Notas e de Registro de Imóveis e Títulos**
SABIANA DE BARBOSA
 Antonio José da Barbara
 R. Pedro Procópio, 100 - Centro - 06401-100
 Edifício Lázara Rodrigues Cruz

Stamp: **Notarial**
Brasileiro

Stamp: **06 JUN 2018**

Stamp: **Valor pago por Autenticação R\$ 3,46**

Stamp: **Autenticação**

Stamp: **ESCREVENTE AUTORIZADO**

Stamp: **Luiz Carlos Saldanha Gomes Junior**

Handwritten signature on the right.

ATA DA REUNIÃO
DE 06 JUN 2018

Atenciosos que este documento foi submetido a
exame do Banco Central do Brasil em processo
regular e a manutenção a respeito dos atos
praticados consta de carta emitida à parte.
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO
Gerência Técnica em São Paulo - I

Neli Rioko Tame
Neli Rioko Tame
COORDENADORA

**ANTÔNIO TABELÃO DE NOTAS
PROTESTOS DE LETRAS
RODRIGUES CRUZ SANTANA DE PARNAÍBA**
Antonio Augusto Rodrigues Cruz-Tabe
R. Pedro Procópio, 100 - Centro - 06501-450
Edifício Lazara Rodrigues Cruz

06 JUN 2018

Tel: (11) 4622-7700
AUTENTICAÇÃO - Autentico a presente
cópia reprográfica, conforme o original
a mim apresentado, do que dou fé
Luiz Carlos Saldanha Gomes Junior
ESCREVENTE AUTORIZADO

JUCESP

19 JUN 2018

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP

CERTIFICADO DE REGISTRO
326 91 00000000

Flávia R. Brito
FLÁVIA R. BRITO
SECRETARIA GERAL

285.801/18-1



JUCESP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DAS CIDADES
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁNSITO
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
RICARDO AUGUSTO MIZUKAWA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
18342057 SSP/SP

CPF **148.206.018-30** DATA NASCIMENTO **16/12/1972**

FILIAÇÃO
JUN MIZUKAWA
VITÓRIA SIZUE MIZUKAWA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
 B

Nº REGISTRO **02096420019** VALIDADE **04/03/2022** HABILITAÇÃO **21/03/1991**

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **SÃO PAULO, SP** DATA EMISSÃO **06/03/2017**

20642142030
 SP847143287

ASSINATURA DO EMISSOR
SÃO PAULO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1432870120

PROIBIDO PLASTIFICAR 1432870120

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
 ANDIRA CRISTINA CASSOLI ZABIN BONINI

DCC IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
 32890955 SSP/SP

CPF **DATA NASCIMENTO**
 286.064.288-92 07/07/1980

FILIAÇÃO
 LUIZ CARLOS ZABIN
 VERA CRISTINA CASSOLI ZABIN

PERMISSÃO **ACC.** **CAT. HAB.**
 [] [] **B**

MP REGISTRO **VALIDADE** **1ª HABILITAÇÃO**
 00811189583 29/08/2018 13/08/1998

OBSERVAÇÕES

Andira Bonini

 ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL **DATA EMISSÃO**
 LIMEIRA, SP 19/11/2014

Daniel Ammerberg
 Daniel Ammerberg - Coordenador Regional de Registro - SP 69058595347
 _____ 8P721022553

DETRAN - SP (SAO PAULO)

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 1036535006

VISTO
Carmen Zanetti
Dep. Jurídico

Silvana Kraide

VISTO
Claudia Xavier
Dep. Jurídico

Visto
Secretaria Geral

PROCURAÇÃO

Por este instrumento particular de procuração, a **BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 3º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, inscrita no CNPJ sob o nº 62.375.134/0001-44, doravante denominada "**OUTORGANTE**", neste ato, representada por seus diretores abaixo assinados, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **CLASSE A: 1. RICARDO PEREIRA DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 08143874-9 IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 001.603.287-05; **2. RICARDO AUGUSTO MIZUKAWA**, brasileiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.342.057-3 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 148.206.018-30; **3. MARCELO GASPARI CIRNE DE TOLEDO**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.131.017-5 e inscrito no CPF sob o nº 289.479.558-09; **4. SERGIO QUIRINO FERREIRA MAGALHÃES**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 24.547.840-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 165.973.368-52; **5. RICARDO ELEUTERIO DA SILVA**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.995.939-X-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 175.912.998-40; **CLASSE B: 6. MARCELO NANTES DE SOUZA**, brasileiro, divorciado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº M3389534 - SSP/MG e inscrito no CPF sob o nº 002.099.947-03; **7. ANDIRÁ CRISTINA CASSOLI ZABIN BONINI**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP sob o nº 208.994, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.890.955-5-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 286.064.288-92 e; **8. ADILSON DONISETTE FERRAREZI**, brasileiro, solteiro, bancário, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.664.355-6 -SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 277.981.408-08; **9. JOSÉ ALBERTO BALTIERI FILHO**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.308.137-5-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 116.005.218-27; **10. ANA LUISA RODELA**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 35.378.960-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 332.495.138-06; **11. MARIA ISABEL CRUZ DE PAULA MATTOS**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 24.122.293-X-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 148.422.428-09; e **CLASSE C: 12. CAMILO HENRIQUE DE SYLLOS**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.251.686-0-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 148.195.928.07; **13. ANDRÉ EDUARDO RANGEL D AVILA**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 8023396-8-IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 005.619.107-31; **14. CHRISTIANE BOTAN NEVES FERNANDES**, brasileira, casada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27.124.651-0-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 266.716.248-01 e **15. IARA LOUREIRO DA SILVA**, brasileira, solteira, bancária, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.621.306-7-SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº 163.687.578-50, doravante denominados "**OUTORGADOS**", todos com endereço comercial na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.309, 2º e 3º andares, CEP 04543-011, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, e terão os poderes de representar a Outorgante conforme especificado a seguir: **Assinam sempre em conjunto de 2 (dois) procuradores da CLASSE A, ou 1 (um) procurador da CLASSE A com 1 (um) procurador da CLASSE B:** Em todos os contratos em que a Outorgante figure como contratante ou contratada, inclusive: (i) contratos de Administração de Carteiras de

Títulos e Valores Mobiliários, termos aditivos a esses Contratos, distrato, termos de resilição, Contratos de Gestão, Contratos de Intermediação, Custódia e Controladoria, Contrato de Prestação de Serviços, Contratos de Subcustódia e de Repasse de Operações realizadas na B3 – Brasil Bolsa Balcão, firmados com Corretoras, podendo para tanto, assinar contratos de swap, futuros, derivativos em geral e qualquer contrato financeiro; contratos de prestação de serviços administrativos, tais como assinatura de revistas, jornais, eventos e afins; (ii) Assinar termos de adesão de fundos investidos, declarações de investidores qualificado e profissional; (iii) Assinar cadastro de abertura de contas e clearings das corretoras, e ainda qualquer documentação necessária para o cadastramento do fundo ou carteira administrada em corretoras; (iv) Assinar termo de compromisso com órgãos reguladores e auto reguladores; (v) Assinar Termos de Quitação; (vi) assinar em nome da Outorgante, agindo em nome dos fundos e/ou carteiras por ela geridos, boletins de subscrição; ordens de subscrição e seus respectivos formulários; (vii) Representar a Outorgante junto ao Banco Central ou a CVM (Comissão de Valores Mobiliários); (viii) Assinar reembolsos administrativos; (ix) Representar a Outorgante junto a quaisquer empresas públicas ou privadas, sociedades de economia mista, B3 – Brasil Bolsa Balcão, Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, Caixa Econômica Federal, Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos CETIP, Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos - SELIC, Sociedades Corretoras e Instituições Financeiras em Geral, exercendo todos os direitos que a lei lhes confere como acionista, cotista, debenturista ou proprietária de títulos e valores mobiliários em circulação no mercado financeiro, sejam à vista, a termo, opções, futuros e semelhantes; (x) promover transferências, retirar cautelas e firmar acordos de ações nominativas, serviços, boletins de subscrição, recibos de quitação, cadastros, procuração para venda e para depósito nas bolsas de valores ou ordem de transferência, compra e/ou venda de títulos, ações, ouro, ativo financeiro e outros valores mobiliários ou direitos a eles inerentes, requerer desdobro, agrupamento e conversão de títulos múltiplos ou cautelas, custodiar títulos em instituições financeiras, na B3- Brasil Bolsa Balcão, ou retirá-los de custódia, receber juros, prêmios, correção monetária e todas as demais vantagens a que tenham direito os títulos e valores integrantes do seu patrimônio; (xi) abrir e movimentar contas correntes e (xii) ainda, representar ou substabelecer poderes específicos para que terceiro represente a Outorgante, na qualidade gestora de fundos e carteiras administradas, em assembleias gerais de acionistas, cotistas, condôminos, debenturistas, e todas aquelas representativas de do exercício do direito de voto dos fundos ou carteiras administradas originadas dos ativos investidos, podendo votar os assuntos constantes da ordem do dia submetidos à deliberação, assinando os livros de presença e atas.

Assinam sempre em conjunto de 2 (dois), procuradores da CLASSE B: (i) Contratos de prestação de serviços, tais como assinatura de revistas, jornais, eventos e afins; (ii) Termos de adesão de fundos investidos, declarações de investidores qualificado e profissional; (iii) Cadastro de abertura de contas e clearings das corretoras, e ainda qualquer documentação necessária para o cadastramento do fundo ou carteira administrada em corretoras; (iv) Termos de quitação; (v) Reembolsos administrativos, (vi) Representar a Outorgante junto a quaisquer empresas públicas ou privadas, sociedades de economia mista, B3 - Brasil Bolsa Balcão, Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC, Caixa Econômica Federal, Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos CETIP, Sistema Especial de Liquidação e Custódia de Títulos - SELIC, Sociedades Corretoras e

Instituições Financeiras em Geral, exercendo todos os direitos que a lei lhes confere como acionista, cotista, debenturista ou proprietária de títulos e valores mobiliários em circulação no mercado financeiro, sejam à vista, a termo, opções, futuros e assemelhados; (vii) Promover transferências e retirar cautelas de ações nominativas; de serviços, boletins de subscrição, recibos de quitação, cadastros, procuração para venda e para depósito nas bolsas de valores ou ordem de transferência de títulos, ações, ouro, ativo financeiro e outros valores mobiliários ou direitos a eles inerentes, requerer desdobro, agrupamento e conversão de títulos múltiplos ou cautelas, custodiar títulos em instituições financeiras, na B3 - Brasil Bolsa Balcão ou retirá-los de custódia, receber juros, prêmios, correção monetária e todas as demais vantagens a que tenham direito os títulos e valores integrantes do seu patrimônio; (viii) para que na qualidade de gestora, representando os fundos geridos firme contratos de câmbio junto a instituições competentes; (ix) ainda, representar ou substabelecer poderes específicos para que terceiro represente a Outorgante, na qualidade gestora de fundos e carteiras administradas, em assembleias gerais de acionistas, cotistas, condôminos, debenturistas, e todas aquelas representativas de do exercício do direito de voto dos fundos ou carteiras administradas originadas dos ativos investidos, podendo votar os assuntos constantes da ordem do dia submetidos à deliberação, assinando os livros de presença e atas. **Assinam sempre em conjunto de 2 (dois) procuradores da CLASSE C, ou 1 (um) procurador da CLASSE B com 1 (um) procurador da CLASSE C:** (i) Cadastro de abertura de contas e clearings das corretoras e qualquer documentação ou documentação necessária para o cadastramento do fundo ou carteira administrada em corretoras; e (ii) Assinar reembolsos administrativos. **Os procuradores outorgados praticarão enfim todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, podendo ratificar todos os atos anteriormente praticados no limite dos poderes ora outorgados, que é válido em todo o território nacional pelo prazo de 1 (um) ano, a contar desta data, podendo ser substabelecido no todo ou em parte, com reserva de iguais poderes.**

Osasco-SP, 30 de outubro de 2019.

2º CARTÓRIO
OSASCO

Marcelo de Araújo Noronha

[Handwritten signature]

BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

2º CARTÓRIO
OSASCO

Renato Ejnisman

[Handwritten signature]

CARTÓRIO DO 2º TABELIÃO DE NOTAS DE OSASCO
TABELIÃO DESIGNADO: ANTONIO CARLOS ZANOTTI
RUA CIPRIANO TAVARES, 95 - OSASCO - SP - CEP 06010-100 - FONE: (11) 3681-0532 / 3681-7246

RECONHECO por SEMELHANÇA C/ VALOR ECONÔMICO e firma(s) de:
MARCELO DE ARAÚJO NORONHA E RENATO EJNISMAN
Osasco, 05 de novembro de 2019.
Em test. da verdade. P: 121
Vlr: R\$ 18,80. C: 144870. Selo(s): 752661-0673AA
Válido somente com o selo de Autenticidade.

2º Tabelião de Notas de Osasco
Poliana Rosa de Oliveira
Escrevente





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 62.375.134/0001-44 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 07/01/1969
NOME EMPRESARIAL BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 66.12-6-02 - Distribuidoras de títulos e valores mobiliários		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada		
LOGRADOURO AV PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHK	NÚMERO 1.309	COMPLEMENTO ANDAR 2 E 3
CEP 04.543-011	BAIRRO/DISTRITO VILA NOVA CONCEICAO	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP	ENDEREÇO ELETRÔNICO	
TELEFONE (11) 3684-5122		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **08/11/2019** às **12:26:08** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E
VALORES MOBILIARIOS**
CNPJ: 62.375.134/0001-44

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

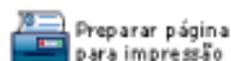
Emitida às 08:39:19 do dia 26/09/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/03/2020.

Código de controle da certidão: **861E.F807.78DD.A4F9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)





PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 62.375.134

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 24017214

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 22/10/2019 11:23:41

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
FAZENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários

Certidão Número: 0373751 - 2019

CPF/CNPJ Raiz: 62.375.134/

Contribuinte: BRAM-BRADESCO ASSET MANAGEMENT SA DISTRIBUIDORA TIT E VAL MOB

Liberação: 13/06/2019

Validade: 10/12/2019

Tributos Abrangidos: Imposto Sobre Serviços - ISS
Taxa de Fiscalização de Localização Instalação e Funcionamento
Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA
Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE
Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)
Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

Unidades Tributárias:

CCM 1.095.682-4- Início atv :11/10/1968 (AV BRASIL, 01299 - CEP: 01431-001 - Cancelado em: 22/09/1981)

CCM 3.210.901-6- Início atv :13/09/2002 (AV PAULISTA, 01450 - CEP: 01310-100)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR.**

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>.
Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010.

Certidão emitida às 14:56:12 horas do dia 03/07/2019 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 692099BB

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 62.375.134/0001-44

Razão

BRAM BRADESCO ASSET MANAG SA DIST TIT VALORES IMOBIL

Social:

Endereço:

AV PAULISTA 1450 6 E 7 ANDARES / BELA VISTA / SAO PAULO /
SP / 01310-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 01/11/2019 a 30/11/2019

Certificação Número: 2019110102130538220868

Informação obtida em 06/11/2019 10:33:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS

(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 62.375.134/0001-44

Certidão nº: 173845598/2019

Expedição: 10/06/2019, às 11:22:48

Validade: 06/12/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **62.375.134/0001-44**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

08/10/2019

5816037

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 7292757**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 07/10/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

BRAM BRADESCO ASSET MANAGEMENT S/A DTVM, CNPJ: 62.375.134/0001-44, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 8 de outubro de 2019.

PEDIDO Nº:

**5816037**



BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ nº 02.375.134/0001-44

Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, maior gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 70 anos do Banco Bradesco em seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No encerramento do primeiro semestre de 2017, a BRAM possuía sob gestão R\$ 619.688,5 milhões distribuídos em 1.213 fundos de investimento e 337 carteiras administradas, atendendo um total de 3.179.939 investidores.

No primeiro semestre de 2017, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 44,0 milhões, correspondente a R\$ 4.722,45 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 415,1 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,61%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2017	2016		
ATIVO			PASSIVO	
CIRCULANTE	464.855	375.324	CIRCULANTE	46.778
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	423	320	OUTRAS OBRIGAÇÕES	46.778
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	439.224	357.511	Sociais e Estatutárias	418
Carteira Própria	439.224	357.511	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	23.983
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	25.208	17.493	Diversas (Nota 11b)	22.377
Rendas a Receber	19.567	14.109		
Diversos	5.641	3.384		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.590	6.020	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.897
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	10.590	6.020	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.897
Diversos	10.590	6.020	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	264
PERMANENTE	3.293	3.519	Diversas (Nota 11b)	16.633
INVESTIMENTOS (Nota 7)	192	222		
Participações em Coligadas e Controladas:			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	415.063
- No País	70	100	Capital:	
Outros Investimentos	334	334	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	190.000
Provisões para Perdas	(212)	(212)	- Reservas de Lucros (Nota 12c)	225.063
IMOBILIZADO DE USO (Nota 8)	1.503	1.894		
Outras Imobilizações de Uso	7.428	7.352		
Depreciações Acumuladas	(5.925)	(5.458)		
INTANGÍVEL (Nota 9)	1.598	1.403		
Ativos Intangíveis	5.707	4.745		
Amortização Acumulada	(4.109)	(3.342)		
TOTAL	478.738	384.863	TOTAL	478.738

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil					
	2017	2016	Reservas de Lucros			Lucros	
			Capital Social	Legal	Estatutária	Acumulados	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.398	23.602	Saldos em 31.12.2015	148.000	14.087	169.461	-
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5c)	24.398	23.602	Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	19.000	-	(19.000)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24.398	23.602	Lucro Líquido	-	-	18.440	18.440
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	54.874	11.328	Destinações - Reservas	-	922	17.343	(18.265)
Receitas de Prestação de Serviços (Notas 13 e 21b)	131.815	68.047	- Dividendos Propostos	-	-	-	(175)
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(48.965)	(32.639)	Saldos em 30.6.2016	167.000	15.009	167.804	-
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(15.362)	(12.893)	Saldos em 31.12.2016	167.000	17.182	187.276	-
Despesas Tributárias (Nota 16)	(10.930)	(6.546)	Aumento de Capital com Reservas (Nota 12b)	23.000	-	(23.000)	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 7)	(20)	(22)	Lucro Líquido	-	-	44.023	44.023
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	284	44	Destinações - Reservas	-	2.201	41.404	(43.605)
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(1.748)	(4.621)	- Dividendos Propostos	-	-	-	(418)
RESULTADO OPERACIONAL	79.272	34.272	Saldos em 30.6.2017	190.000	19.383	205.680	-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	79.272	34.272					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 20a e b)	(35.249)	(16.482)					
Provisão para Imposto de Renda	(14.976)	(6.496)					
Provisão para Contribuição Social	(12.219)	(5.216)					
Ativo Fiscal Diferido	(8.054)	(8.770)					
LUCRO LÍQUIDO	44.023	18.440					
Número de ações (Nota 12a)	9.322.059	9.322.059					
Lucro por lote de mil ações em R\$	4.722,45	1.978,10					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil	
	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	79.272
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos	1.491
Depreciações e Amortizações	515
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	206
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	20
Perda na Alienação de Bens e Investimentos	2
Outros	750
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	80.763
(Aumento/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)	(18.840)
(Aumento/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens)	377
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(19.483)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(41.678)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.139
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	
Alienação de Imobilizado de Uso	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3)
Aquisição de Intangível	(26)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(716)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	423
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	145
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	423
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	423

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	79.272	34.922
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos impostos	1.491	637
Depreciações e Amortizações	515	447
Despesas com Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	206	160
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	20	22
Perda na Alienação de Bens e Investimentos	-	8
Outros	750	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos impostos	80.763	35.559
(Aumento/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)	(18.840)	3.634
(Aumento/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens)	377	(4.480)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(19.483)	(10.524)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(41.678)	(23.303)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.139	886
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Imobilizado de Uso	-	(3)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(3)	(3)
Aquisição de Intangível	(26)	(404)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(716)	(711)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	423	175
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	145	145
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	423	320
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	423	175

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
1) CONTEXTO OPERACIONAL	
A BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("BRAM" ou "Instituição") tem como objetivo praticar operações e atividades afins às legislações legais e regulamentares aplicáveis às sociedades de espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras de fundos, clubes de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionadas à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades. É parte integrante da Organização Bradesco "Organização", sendo suas operações conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas, que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.	

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.830/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), incluem estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 26 de julho de 2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisões para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadraram para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais são serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias". Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Em decorrência da alteração da alíquota, a Instituição constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário de contribuição social, considerando as expectativas atuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisões para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

h) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e não divulgadas; e, sistemas de desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

i) Intangível
Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Compostos por software, que são registrados ao custo, deduzidos da amortização pelo método linear durante a vida útil-estimada (20% ao ano), a partir da data de sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.923/09 do CMN, sendo:
• Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes, obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
• Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

l) Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes
Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

No encerramento do primeiro semestre de 2017, a BRAM possuía sob gestão R\$ 619.688,5 milhões distribuídos em 1.213 fundos de investimento e 337 carteiras administradas, atendendo um total de 3.179.939 investidores.

No primeiro semestre de 2017, a BRAM registrou Lucro Líquido de R\$ 44,0 milhões, correspondente a R\$ 4.722,45 por lote de mil ações, Patrimônio Líquido de R\$ 415,1 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 10,61%. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil				
	2017	2016		
ATIVO			PASSIVO	
CIRCULANTE	464.855	375.324	CIRCULANTE	46.778
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	423	320	OUTRAS OBRIGAÇÕES	46.778
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	439.224	357.511	Sociais e Estatutárias	418
Carteira Própria	439.224	357.511	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	23.983
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	25.208	17.493	Diversas (Nota 11b)	22.377
Rendas a Receber	19.567	14.109		
Diversos	5.641	3.384		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.590	6.020	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	16.897
OUTROS CRÉDITOS (Nota 6)	10.590	6.020	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16.897
Diversos	10.590	6.020	Fiscais e Previdenciárias (Nota 11a)	264
PERMANENTE	3.293	3.519	Diversas (Nota 11b)	16.633
INVESTIMENTOS (Nota 7)	192	222		
Participações em Coligadas e Controladas:			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	415.063
- No País	70	100	Capital:	
Outros Investimentos	334	334	- De Domiciliados no País (Nota 12a)	190.000
Provisões para Perdas	(212)	(212)	- Reservas de Lucros (Nota 12c	



BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 62.375.134/0001-44 Sede: Avenida Paulista, 1.450 - 6º Andar - Bela Vista - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

b) Diversas

Table with 2 columns: 2017, 2016. Rows include Provisão para participações nos lucros e resultados, Provisão para pagamentos a efetuar, etc.

12) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 190.000 mil (2016 - R\$ 167.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Saldo em 1º de janeiro, Aumento de capital com reserva AGO/AGE (1), Saldo em 30 de junho.

(1) Em 30 de maio de 2017, o BACEN homologou a ATO/AGE de 28 de abril de 2017 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias no montante de R\$ 23.000 mil, sem emissão de ações (em 20 de maio de 2016, o BACEN homologou a ATO/AGE de 29 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social, mediante a utilização de parte do saldo de Reservas de Lucros - Estatutárias no montante de R\$ 19.000 mil, sem emissão de ações).

c) Reservas de lucros

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Reservas de lucros, Reserva legal (1), Reserva estatutária (2).

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 35% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião da Diretoria deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

As acionistas estão asseguradas juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos. O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir.

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Lucro líquido, Reserva legal - 5% sobre o lucro, Base de cálculo, Dividendos propostos, etc.

13) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O valor de R\$ 131.615 mil (2016 - R\$ 68.047 mil) corresponde às receitas auferidas na gestão de recursos de terceiros, calculado com base em percentual definido em contrato de intermediação de negócios (Nota 21b).

14) DESPESAS DE PESSOAL

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Proventos, Participação dos empregados nos lucros, Benefícios (1), Encargos sociais, Treinamento.

(1) Inclui Contribuição de Previdência Privada no montante de R\$ 4.290 mil (2016 - R\$ 4.841 mil).

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Comunicações, Serviços técnicos especializados, Processamento de dados, Propaganda, promoções e publicidade, etc.

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Contribuição à COFINS, Impostos sobre serviços - ISS, Contribuição ao PIS, Impostos e taxas.

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Reversão de outras provisões operacionais, Outras receitas financeiras.

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Provisão para outras contingências, Despesas financeiras, Atualização de impostos e contribuições, etc.

(1) Ressarcimentos a clientes por perdas incorridas; e (2) Reclassificado para "Outras Despesas Operacionais" Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen.

19) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (DIRETAS E INDIRÉTAS)

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

Table with 4 columns: 2017, 2016, 2017, 2016. Rows include Ativo, Disponibilidades, Passivo, Dividendos a pagar, Resultado, Despesas de alugueis, Despesas com serviços prestados.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado: • O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e • A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar abertos dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição. Para 2017, foi determinado o valor máximo de R\$ 4.700 mil (2016 - R\$ 2.500 mil) para remuneração dos Administradores (proventos) e de R\$ 4.900 mil (2016 - R\$ 1.500 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida. Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores de instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

Table with 3 columns: 2017, 2016, 2017. Rows include Proventos, Total.

Benefícios pós-emprego

Table with 3 columns: 2017, 2016, 2017. Rows include Planos de previdência complementar de contribuição definida, Total.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, qualquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Table with 3 columns: 2017, 2016, 2017. Rows include Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, Encargo total do imposto de renda e contribuição social, Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos, Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis, Imposto de renda e contribuição social do semestre.

(1) Aliquotas vigentes: (i) de 25% para o imposto de renda; (ii) de 15% para a contribuição social e de 20%, de setembro de 2016 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

Table with 3 columns: 2017, 2016, 2017. Rows include Impostos correntes, Impostos diferidos, Total dos impostos diferidos, Imposto de renda e contribuição social do semestre.

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

Table with 4 columns: Saldo em 31.12.2016, Constituição, Realização, Saldo em 30.6.2017. Rows include Provisão para participação nos lucros/bonificações, Provisões fiscais, Provisões civis, etc.

(1) Os valores correspondem basicamente a provisão de propaganda/publicidade.

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

Table with 4 columns: 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, Total. Rows include Diferenças temporárias, Imposto de renda, Contribuição social, Total.

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 11.405 mil (2016 - R\$ 6.538 mil) de diferenças temporárias, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração. O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

A BRAM como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) A BRAM administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2017, somaram R\$ 573.781.437 mil (2016 - R\$ 442.397.446 mil), cuja receita de taxa de administração desses fundos no período foi de R\$ 131.615 mil (2016 - R\$ 68.047 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até o ano de 2015, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir todos os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

e) Não houve outros eventos subsequentes que, requeriram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

A DIRETORIA

Luiz Felipe Lopes Soares - Contador - CRC 1SP208127/O-5

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamos-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 24 de agosto de 2017



KPMG Auditores Independentes CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola Contador CRC 1SP214007/O-2

Advertisement for Valor Digital, featuring a smartphone displaying the Valor app interface and the text 'Com o VALOR DIGITAL, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser. ACESSO: VALOR.COM.BR'.



Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



Main financial statement table: BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil. Columns include BRADESCO MÚLTIPLO (2017, 2016), BRADESCO CONSOLIDADO (2017, 2016), and BRADESCO CONSOLIDADO (2017, 2016). Rows list assets (ATIVO) and liabilities/equity (PASSIVO).

Table: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil. Columns include BRADESCO MÚLTIPLO (2º Semestre, 2016) and BRADESCO CONSOLIDADO (2016). Rows list income and expense items.

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO
BANCO BRADESCO S.A. 2

Table of contents for the financial statement, listing various sections and their page numbers.



Volume 128 • Número 23
São Paulo, terça-feira, 6 de fevereiro de 2018





Banco Bradesco S.A. Companhia Aberta CNPJ 60.746.948/0001-12 Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Table showing changes in equity components: CAPITAL SOCIAL, RESERVAS DE CAPITAL, RESERVAS DE LUCROS, AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, AÇÕES EM TESOOURARIA, LUCROS ACUMULADOS, and TOTAIS for periods from 2015 to 2017.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Table showing cash flows for BRADESCO MÚLTIPLO and BRADESCO CONSOLIDADO, categorized by 2º Semestre and 2017, 2016, and 2015. Includes sections for Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos, and Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

Table showing value added components for BRADESCO MÚLTIPLO and BRADESCO CONSOLIDADO, categorized by 2º Semestre and 2017, 2016, and 2015. Includes sections for Receitas, Despesas, Insumos, and Valor Adicionado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO BANCO BRADESCO S.A. 2



Volume 128 • Número 23 São Paulo, terça-feira, 6 de fevereiro de 2018

Imprensa Oficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

documento assinado digitalmente

continuação



Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO		PASSIVO	BRADESCO MÚLTIPLO		BRADESCO CONSOLIDADO	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
CIRCULANTE	592.819.158	539.676.344	826.566.484	803.792.092	CIRCULANTE	671.458.400	680.153.391	823.816.599	823.737.283
DISPONIBILIDADES (Nota 5).....	18.931.103	14.738.357	19.612.827	15.028.725	DEPÓSITOS (Notas 3n e 15a).....	228.948.499	189.701.572	213.287.684	167.187.129
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 3d e 6).....	190.849.411	197.288.212	102.836.707	153.101.283	Depósitos à Vista.....	35.708.082	33.549.874	35.318.292	34.088.616
Aplicações em Mercado Aberto.....	96.206.082	144.359.244	96.304.583	144.736.786	Depósitos de Poupança.....	111.170.912	103.332.697	111.170.912	103.332.697
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	94.645.697	52.934.861	6.534.492	8.370.390	Depósitos Interfinanceiros.....	15.375.571	23.317.885	386.006	1.698.875
Provisões para Perdas.....	(2.368)	(5.893)	(2.368)	(5.893)	Depósitos a Prazo (Notas 15a e 34a).....	66.693.934	29.501.116	66.412.474	28.066.941
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 3e, 3f, 7 e 34a)	115.617.280	94.259.311	375.634.167	342.647.431	CAPTACÕES NO MERCADO ABERTO (Notas 3n e 15b).....	284.526.440	318.954.150	189.972.665	227.346.812
Carteira Própria.....	17.380.486	26.432.962	268.198.376	266.827.130	Carteira Própria.....	185.180.861	169.414.655	120.256.644	94.879.329
Vinculados a Compromissos de Recompra.....	72.697.680	45.754.467	71.508.737	44.445.387	Carteira de Terceiros.....	90.689.260	140.825.872	61.059.702	123.753.860
Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 3f, 7d II e 34a).....	13.157.791	13.143.479	13.853.040	13.559.969	Carteira Livre Movimentação.....	8.656.319	8.713.623	8.656.319	8.713.623
Vinculados à Prestação de Garantias.....	8.204.316	8.339.569	17.897.007	17.226.111	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Notas 15c e 34a)	66.222.525	83.107.043	66.217.948	83.107.043
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação.....	4.177.007	588.834	4.177.007	588.834	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	64.932.016	81.959.214	64.927.439	81.959.214
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	91.558.918	66.725.598	87.618.566	66.738.383	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....	786.514	970.705	786.514	970.705
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....	4.012.910	65.320	-	-	Certificados de Operações Estruturadas.....	503.995	177.124	503.995	177.124
Creditos Vinculados (Nota 8):.....					RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	2.211.318	2.125.064	20.342.357	20.823.027
- Depósitos no Banco Central.....	87.525.291	66.637.298	87.596.916	66.714.226	Recebimentos de Pagamentos a Liquidar.....	854.610	798.092	18.975.602	19.464.867
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	19.887	21.760	21.760	21.760	Correspondentes.....	1.356.708	1.326.972	1.366.755	1.358.160
Correspondentes.....	830	1.220	1.763	2.397	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	5.564.451	5.714.923	5.770.644	5.855.275
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	143.826	262.739	144.041	262.954	Recursos em Trânsito de Terceiros.....	5.564.451	5.714.923	5.770.644	5.855.275
Transferências Internas de Recursos.....	143.826	262.739	144.041	262.954	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Notas 16a e 34a)	27.505.005	16.974.049	27.873.125	17.278.885
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3g, 9 e 34a)	108.618.616	104.809.579	136.522.352	129.923.666	Empréstimos no País - Outras Instituições.....	-	-	101	936
Operações de Crédito:					Empréstimos no Exterior.....	27.505.005	16.974.049	27.873.024	17.277.949
- Setor Público.....	38.882	158.168	38.882	158.168	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Notas 16b e 34a)	7.625.553	11.037.386	7.631.435	11.052.779
- Setor Privado.....	122.396.321	119.232.300	154.764.185	149.449.544	Tesouro Nacional.....	105.725	97.200	97.200	97.200
Operações de Crédito Vinculadas à Cessão.....	909.392	1.031.500	909.392	1.031.500	BNDES.....	2.419.524	5.039.056	2.419.524	5.039.056
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Notas 3g, 9f, 9g e 9h).....	(14.725.979)	(15.612.389)	(19.190.107)	(20.715.546)	FINAME.....	5.100.179	5.900.940	5.104.742	5.915.013
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Notas 2, 3g, 9 e 34a)	(51)	(78)	884.853	1.034.188	Outras Instituições.....	125	190	1.444	1.510
Operações de Arrendamento a Receber:					INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 3f, 7d II e 34a)	14.454.629	13.158.700	15.602.600	13.835.102
- Setor Privado.....	95	242	1.695.817	2.054.501	Instrumentos Financeiros Derivativos.....	14.454.629	13.158.700	15.602.600	13.835.102
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(85)	(224)	(765.959)	(936.215)	PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO (Notas 3o e 2o)	-	-	226.745.540	218.409.626
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa (Notas 3g, 9f, 9g e 9h).....	(61)	(96)	(45.005)	(84.098)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	34.399.980	39.380.504	50.372.601	58.841.605
OUTROS CRÉDITOS	64.598.555	57.867.210	100.074.880	91.624.860	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....	498.076	981.942	642.998	1.114.068
Créditos por Avais e Fianças Honoradas (Nota 9a-3).....	167.777	128.392	167.777	128.392	Carteira de Câmbio (Nota 10a).....	5.554.384	7.654.619	5.554.384	7.654.625
Carteira de Câmbio (Nota 10a).....	20.459.806	17.469.599	20.459.806	17.469.599	Sociais e Estatutárias.....	4.921.324	4.431.314	4.966.982	4.524.457
Rendas a Receber.....	5.645.661	3.778.175	1.692.766	1.819.481	Fiscais e Previdenciárias (Nota 19a).....	1.049.751	818.910	4.166.334	3.897.930
Negociação e Intermediação de Valores.....	370.038	521.108	1.975.509	1.484.227	Negociação e Intermediação de Valores.....	804.321	290.701	3.321.219	2.317.155
Créditos Específicos.....	-	-	36.490	24.483	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento.....	-	-	1.299	1.299
Créditos com Seguros e Resseguros e Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas.....	-	-	3.982.783	3.916.828	Dívidas Subordinadas (Notas 18 e 34a).....	6.471.549	10.821.546	6.462.139	10.808.461
Diversos (Nota 10b).....	39.138.795	37.027.521	73.702.564	68.607.667	Diversas (Nota 19b).....	15.100.575	14.381.472	25.257.246	28.523.610
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 3g, 9f, 9g e 9h).....	(1.183.522)	(1.057.585)	(1.942.815)	(1.825.798)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	319.521.682	262.404.103	341.309.617	276.103.825
OUTROS VALORES E BENS (Nota 11)	2.501.500	3.725.416	3.430.602	3.430.602	DEPÓSITOS (Notas 3n e 15a).....	132.707.767	106.620.820	129.011.216	98.020.233
Outros Valores e Bens.....	2.519.423	2.421.242	3.068.089	2.933.208	Depósitos Interfinanceiros.....	2.642.706	8.805.495	24.969	469.750
Provisões para Desvalorizações.....	(1.459.073)	(1.113.782)	(1.689.004)	(1.388.899)	Depósitos a Prazo (Notas 15a e 34a).....	130.065.061	97.815.325	128.986.247	97.550.483
Despesas Antecipadas (Notas 3i e 11b).....	1.441.150	2.417.956	1.869.006	1.886.293	CAPTACÕES NO MERCADO ABERTO (Notas 3n e 15b)	939.212	6.503.654	939.212	6.120.732
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	397.308.682	396.648.840	430.859.241	376.478.540	Carteira Própria.....	939.212	6.503.654	939.212	6.120.732
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Notas 3d e 6).....	26.548.355	23.895.603	1.397.869	1.245.341	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Notas 15c e 34a)	97.630.575	67.389.171	81.502.782	51.904.265
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....	26.548.355	23.895.603	1.397.869	1.245.341	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	94.151.881	65.069.787	78.044.443	49.605.520
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 3e, 3f, 7 e 34a)	172.251.295	197.734.663	187.858.604	157.961.633	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....	3.326.073	3.205.073	3.305.718	2.107.384
Carteira Própria.....	60.804.720	61.926.581	144.130.354	139.513.854	Certificados de Operações Estruturadas.....	152.621	191.361	152.621	191.361
Vinculados a Compromissos de Recompra.....	110.148.280	128.899.686	41.956.209	10.827.575	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Notas 16a e 34a)	1.815.581	1.241.998	1.808.215	1.242.828
Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 3f, 7d II e 34a).....	887.255	641.008	917.554	679.455	Empréstimos no País - Outras Instituições.....	-	-	-	1.883
Moedas de Privatização.....	4.495	5.049	39.273	44.127	Empréstimos no Exterior.....	1.815.581	1.241.998	1.808.215	1.240.945
Vinculados à Prestação de Garantias.....	168.281	1.840.157	576.950	2.474.440	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Notas 16b e 34a)	17.537.375	19.710.804	17.538.623	19.716.515
Títulos Objeto de Operações Compromissadas com Livre Movimentação.....	238.264	4.422.182	238.264	4.422.182	BNDES.....	8.315.761	8.753.797	8.315.761	8.753.797
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	1.263.430	1.195.577	1.263.430	1.195.577	FINAME.....	9.221.614	10.957.007	9.222.862	10.962.718
Creditos Vinculados (Nota 8):.....					INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Notas 3f, 7d II e 34a)	519.298	426.390	549.487	439.897
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....	1.263.430	1.195.577	1.263.430	1.195.577	Instrumentos Financeiros Derivativos.....	519.298	426.390	549.487	439.897
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Notas 3g, 9 e 34a)	151.221.320	138.122.026	172.447.921	157.376.898	PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS, PREVIDÊNCIA E CAPITALIZAÇÃO (Notas 3o e 2o)	-	-	32.009.667	28.242.939
Operações de Crédito:					OUTRAS OBRIGAÇÕES	68.371.874	60.511.266	77.950.415	70.416.416
- Setor Público.....	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000	Fiscais e Previdenciárias (Nota 19a).....	1.108.117	1.793.516	4.084.597	4.547.409
- Setor Privado.....	152.736.738	139.215.307	174.951.766	159.674.868	Dívidas Subordinadas (Notas 18 e 34a).....	12.188.392	16.241.102	12.188.392	16.241.102
Operações de Crédito Vinculadas à Cessão.....	7.149.860	7.424.110	7.149.860	7.424.110	Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital (Notas 18a-3 e 34a).....	34.992.913	23.129.838	34.992.913	23.129.838
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa (Notas 3g, 9f, 9g e 9h).....	(12.665.278)	(12.517.391)	(13.653.705)	(13.722.080)	Diversas (Nota 19b).....	20.082.452	19.346.810	26.684.513	26.498.067
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Notas 2, 3g, 9 e 34a)	(146)	(191)	1.076.445	1.068.859	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	100.494	102.158	379.510	409.733
Operações de Arrendamento a Receber:					Resultados de Exercícios Futuros.....	100.494	102.158	379.510	409.733
- Setor Privado.....	200	157	2.264.289	2.341.397	PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS (Nota 21)	-	-	665.510	563.401
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil.....	(200)	(157)	(1.104.285)	(1.209.824)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 22)	121.120.869	110.457.476	121.120.869	110.457.476
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa (Notas 3g, 9f, 9g e 9h).....	(146)	(191)	(83.559)	(62.714)	Capital:				
OUTROS CRÉDITOS	45.822.712	35.086.546	66.475.882	56.795.094	- De Domiciliados no País.....	66.668.912	58.361.598	66.66	

continuação



Banco Bradesco S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 60.746.948/0001-12
Sede: Cidade de Deus, Osasco-SP



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil								
Eventos	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL AGIO POR SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (963.649)	AÇÕES EM TESOURARIA (440.514)	LUCROS ACUMULADOS	TOTAIS
			LEGAL	ESTATUTÁRIA				
Saldos em 30 de junho de 2018	67.100.000	11.441	7.989.741	39.341.704	-	-	-	113.038.723
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	1.725.221	-	-	1.725.221
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	10.090.445	10.090.445
Destinações: - Reservas	-	-	504.522	5.852.403	-	-	(6.356.925)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	-	(3.733.520)	(3.733.520)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	67.100.000	11.441	8.494.263	45.194.107	761.572	(440.514)	-	121.120.869
Saldos em 31 de dezembro de 2016	51.100.000	11.441	6.807.128	43.641.474	(677.116)	(440.514)	-	100.442.413
Aumento de Capital Social com Reservas	8.000.000	-	-	(8.000.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	2.561.652	-	-	2.561.652
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	14.657.755	14.657.755
Destinações: - Reservas	-	-	732.888	6.720.523	-	-	(7.453.411)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-	-	-	-	-	-	(7.204.344)	(7.204.344)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	59.100.000	11.441	7.540.016	42.361.997	1.884.536	(440.514)	-	110.457.476
Aumento de Capital Social com Reservas	8.000.000	-	-	(8.000.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(1.122.964)	-	-	(1.122.964)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	-	19.084.953	19.084.953
Destinações: - Reservas	-	-	954.247	10.832.110	-	-	(11.786.357)	-
- Juros sobre o Capital Próprio Pagos e/ou Provisionados	-	-	-	-	-	-	(7.298.596)	(7.298.596)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	51.100.000	11.441	6.807.128	43.641.474	(677.116)	(440.514)	-	100.442.413

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil						
	BRADESCO MÚLTIPLO			BRADESCO CONSOLIDADO		
	2º Semestre	2018	2017	2º Semestre	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:						
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.520.948	16.993.828	12.444.599	15.256.082	23.946.996	20.029.024
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	12.220.150	25.529.686	36.987.462	27.973.834	56.137.325	66.593.880
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-	(306.012)	(778.248)	(330.068)	(751.769)	(806.312)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.061.729	13.733.112	19.689.720	9.296.701	18.225.479	25.084.259
Depreciação e Amortização	2.230.147	4.847.866	5.014.909	2.856.245	6.027.267	6.068.631
Perdas por Impairment de Ativos	658.051	1.058.807	2.310.957	1.159.294	1.566.354	2.658.923
Despesas(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1.813.183	3.341.354	2.363.097	2.195.715	4.306.043	2.471.287
Despesas com Atualização e Juros de Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	-	-	-	7.662.910	13.365.526	18.174.550
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	(7.416.957)	(22.595.929)	(13.352.076)	(843.028)	(1.618.817)	(1.505.270)
(Ganho)/Perda na Venda de Investimentos	-	-	-	-	-	(270.977)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	44.130	64.374	57.072	73.303	98.182	106.722
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	234.842	483.773	498.369	235.777	516.713	577.212
Variação Cambial de Ativos e Passivos no Exterior/Outros	7.901.037	25.211.197	21.183.662	5.666.985	14.402.347	14.034.855
Lucro Líquido antes dos Impostos após Ajustes	23.741.098	42.523.514	49.432.061	43.229.916	80.084.321	86.622.904
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(35.117.952)	(46.293.906)	(1.010.608)	3.593.387	(300.866)	(2.397.585)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	7.097.355	58.343.691	41.206.778	(6.675.823)	(1.304.576)	(23.446.469)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.998.146	(3.958.485)	239.703	3.283.355	(511.734)	2.029.774
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(10.248.557)	(31.356.263)	(305.144)	(13.812.958)	(40.801.413)	(2.983.398)
(Aumento)/Redução em Créditos com Seguros e Resseguros e Ativos de Resseguros	-	-	-	(53.643)	(65.954)	1.228.825
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(1.589.017)	(16.683.570)	(14.322.054)	(4.263.559)	(22.444.457)	(11.953.132)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central	(16.184.641)	(20.887.993)	(8.623.667)	(16.196.682)	(20.882.690)	(8.677.695)
(Aumento)/Redução em Depósitos	40.928.331	65.333.874	34.073.489	43.154.644	77.091.538	30.971.684
(Aumento)/Redução em Captações no Mercado Aberto	20.502.823	(39.992.152)	(45.093.152)	(11.749.543)	(42.555.667)	(8.511.387)
(Aumento)/Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.572.325	5.519.277	(8.591.207)	3.483.749	5.560.391	(8.904.995)
(Aumento)/Redução em Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	-	-	-	(978.841)	1.262.884	5.135.858
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações	(13.489.528)	(517.471)	3.136.004	(16.180.974)	(9.216.741)	2.195.677
(Aumento)/Redução em Resultados de Exercícios Futuros	(16.361)	(1.664)	(24.342)	(8.548)	(30.223)	(67.452)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	(860.679)	(2.891.345)	(2.490.358)	(7.086.237)	(8.575.438)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	21.194.022	11.168.173	47.226.516	24.334.122	16.272.808	52.667.171
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:						
Vencimento e Juros de Títulos Mantidos até o Vencimento	786.798	2.453.884	1.716.925	1.834.396	4.537.659	7.617.240
Alienação/Vencimento e Juros de Títulos Disponíveis para Venda	70.712.533	119.064.879	79.576.793	86.393.249	144.897.206	89.338.138
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	220.450	466.862	481.036	375.955	696.498	802.722
Alienação de Investimentos	19.586	113.401	190.498	-	-	441.849
Alienação de Imobilizado de Uso	45.593	303.775	314.983	147.590	432.589	445.347
Aquisição de Subsidiárias, Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa, Paga	-	-	-	(442.122)	(442.122)	-
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(51.979.572)	(137.956.245)	(106.285.622)	(67.402.929)	(167.095.304)	(128.557.960)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento	(35.768.558)	(35.768.558)	(33.798)	(35.768.558)	(35.868.833)	(204.557)
Aquisição de Investimentos	(45.571)	(65.606)	(2.167.037)	(52.934)	(54.020)	(525.665)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(1.300.858)	(1.726.688)	(1.151.455)	(1.527.081)	(2.389.433)	(1.897.645)
Aquisição de Intangível	(1.506.809)	(3.671.656)	(3.378.172)	(2.652.154)	(3.278.314)	(3.743.708)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	5.541.934	5.562.480	2.612.188	920.253	1.463.448	845.134
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	(13.274.474)	(51.223.472)	(28.123.661)	(18.174.335)	(57.100.626)	(35.439.105)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:						
Emissão de Recursos de Emissão de Títulos	43.364.383	97.063.511	71.678.284	34.495.132	85.822.189	62.237.380
Liquidação e Pagamentos de Juros de Recursos de Emissão de Títulos	(55.302.118)	(94.970.625)	(102.983.472)	(44.871.429)	(82.978.490)	(91.230.401)
Emissão de Dívidas Subordinadas	10.890.606	10.890.606	6.594.610	10.890.606	10.890.606	6.594.610
Liquidação e Pagamentos de Juros de Dívidas Subordinadas	(1.856.478)	(12.947.074)	(14.303.148)	(1.853.574)	(12.941.124)	(14.301.613)
Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(1.690.172)	(6.483.196)	(6.397.874)	(1.690.172)	(6.483.196)	(6.397.874)
Participações dos Acionistas Minoritários	-	-	-	575	(62.748)	(112.465)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamento	(4.593.779)	(6.446.778)	(45.411.600)	(3.028.862)	(5.752.763)	(43.210.363)
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.325.769	(46.502.077)	(26.308.745)	3.130.925	(46.580.581)	(25.982.297)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	105.645.238	155.164.228	180.694.275	106.764.637	156.054.442	181.230.427
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	306.012	614.868	778.248	330.068	751.769	806.312
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	109.277.019	109.277.019	155.164.228	110.225.630	110.225.630	156.054.442
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.325.769	(46.502.077)	(26.308.745)	3.130.925	(46.580.581)	(25.982.297)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil												
Descrição	BRADESCO MÚLTIPLO				BRADESCO CONSOLIDADO							
	2º Semestre	%	2018	%	2017	%	2º Semestre	%	2018	%		
1 - Receitas	48.930.186	212,4	89.426.482	231,5	111.186.158	309,9	69.384.220	236,8	131.005.274	260,3	147.288.425	305,9
1.1) Intermediação Financeira	51.159.911	222,1	92.186.270	238,7	117.792.441	328,3	67.165.556	229,2	125.611.761	249,6	148.262.127	307,9
1.2) Prestação de Serviços	8.036.980	34,9	15.872.718	41,1	15.192.552	42,3	12.855.156	43,9	25.219.997	50,1	24.027.966	49,9
1.3) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7.061.729)	(30,7)	(13.733.112)	(35,6)	(19.689.720)	(54,9)	(9.296.701)	(31,7)	(18.225.479)	(36,2)	(25.084.259)	(52,1)
1.4) Outras	(3.204.976)	(13,9)	(4.899.394)	(12,7)	(2.109.115)	(5,9)	(1.340.791)	(4,6)	(1.601.005)	(3,2)	82.591	0,2
2 - Despesas de Intermediação Financeira	(25.524.996)	(110,8)	(57.838.640)	(149,8)	(73.184.218)	(204,0)	(30.012.303)	(102,4)	(60.778.542)	(120,8)	(79.057.036)	(164,2)
3 - Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.557.209)	(24,1)	(10.714.123)	(27,7)	(10.457.181)	(29,1)	(8.058.933)	(27,5)	(15.497.842)	(30,8)	(15.519.966)	(32,2)
Serviços de Terceiros	(1.326.928)	(5,8)	(2.529.267)	(6,5)	(2.396.678)	(6,7)	(2.452.694)	(8,4)	(4.776.441)	(9,5)	(4.794.580)	(10,0)
Processamento de Dados	(709.185)	(3,1)	(1.390.813)	(3,6)	(1.342.338)	(3,7)	(1.257.527)	(4,3)	(2.398.676)	(4,8)	(2.275.251)	(4,7)
Comunicação	(517.992)	(2,2)	(1.045.110)	(2,7)	(1.116.802)	(3,1)	(761.821)	(2,6)	(1.541.742)	(3,1)	(1.684.153)	(3,5)
Manutenção e Conservação de Bens	(551.177)	(2,4)	(1.101.550)	(2,9)	(1.120.318)	(3,1)	(557.622)	(1,9)	(1.112.508)	(2,2)	(1.158.840)	(2,4)
Serviços do Sistema Financeiro	(446.046)	(1,9)	(855.938)	(2,2)	(819.296)	(2,3)	(538.864)	(1,8)	(1.009.209)	(2,0)	(1.033.017)	(2,1)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(490.573)	(2,1)	(841.043)	(2,2)	(696.745)	(1,9)	(661.640)	(2,3)	(1.136.062)	(2,3)	(942.851)	(2,0)
Segurança e Vigilância	(364.111)	(1,6)	(746.878)	(1,9)	(816.819)	(2,3)	(364.901)	(1,2)	(748.577)	(1,5)	(818.221)	(1,7)
Transporte	(340.592)	(1,5)	(674.366)	(1,7)	(705.437)	(2,0)	(377.659)	(1,3)	(749.685)	(1,5)	(782.444)	(1,6)
Materiais, Água, Energia e Gás	(271.524)	(1,2)	(535.083)	(1,4)	(532.055)	(1,5)	(312.748)	(1,1)	(629.557)	(1,3)	(669.042)	(1,4)
Viagens	(100.873)	(0,4)	(186.458)	(0,5)	(152							



São Paulo - SP, 21 de maio de 2019.

BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
CNPJ 62.375.134/0001-44

31.12.2018 - R\$ Mil

Índice de Liquidez Geral = LG				
ILG	=	$\frac{AC+RLP}{PC+ELP}$	=	$\frac{688.558 + 15.605}{119.799 + 14.572} = 5,24$
Índice de Solvência Geral = SG				
ISG	=	$\frac{AT}{PC+ELP}$	=	$\frac{707.395}{119.799 + 14.572} = 5,26$
Grau de endividamento Geral = GEG				
GEG	=	$\frac{PC+ELP}{AT}$	=	$\frac{119.799 + 14.572}{707.395} = 0,19$
Índice de Liquidez Corrente = LC				
ILC	=	$\frac{AC}{PC}$	=	$\frac{688.558}{119.799} = 5,75$

AC - Ativo Circulante
 RLP - Realizável a Longo Prazo
 PC - Passivo Circulante
 ELP - Exigível a Longo Prazo
 AT - Ativo Total



Antonio Marcos Sapata
 Contador - CRC 1SP212776/O-9

Ao

BRAM – Bradesco Asset Management S/A DTVM.

Ref.: Declaração de vínculo associativo à Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA

A ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS, vem, por este instrumento, declarar que a BRAM – Bradesco Asset Management S/A DTVM, faz parte de seu quadro de associados e é participante das regras de regulação e melhores práticas dos seguintes Códigos ANBIMA:

- Código ABVCAP/ANBIMA FIP e FIEE
- Código de Administração de Recursos de Terceiros
- Código de Distribuição de Produtos de Investimento
- Código de Ética
- Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas

A associação à ANBIMA por parte da BRAM – Bradesco Asset Management S/A DTVM., demonstra o compromisso desta instituição com o cumprimento e observância das regras e procedimentos previstos nos Códigos ANBIMA.

A associação pode ser verificada em nosso site na internet em http://www.anbima.com.br/pt_br/autorregular/autorregulacao-e-adesao/instituicoes-autorreguladas.htm.

São Paulo, 17 de junho de 2019.



**A ANBIMA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES
 DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS**


**Jurídico ANBIMA
 JG**



Relatório de Análise Econômica e Financeira

3º

Trimestre
2019

► Sumário

1 - Press Release	3
Principais Informações	4
Lucro Líquido Recorrente x Lucro Líquido Contábil	5
Análise Resumida do Resultado Recorrente	5
Digital em Números	10
Principais Indicadores Econômicos	12
<i>Guidance</i>	12
2 - Análise Econômico Financeira	13
Margem Financeira	14
Principais Indicadores da Carteira de Crédito	15
Carteira de Crédito	17
Carteira de Crédito Expandida	17
Principais Fontes de Captação	21
Seguros, Previdência e Capitalização	22
Receitas de Prestação de Serviços	27
Despesas Operacionais	28
Informações Adicionais	29
Informações Seleccionadas – Histórico	30
Demonstração do Resultado – Gerencial x Recorrente	31
Balanco Patrimonial – Consolidado	33
3 - Informações Adicionais	35
Retorno aos Acionistas	36
Demais Informações	37
Gerenciamento de Riscos	39
Gestão de Capital	40
Capital Mínimo Requerido – Grupo Bradesco Seguros	40
Índice de Basileia	41
Governança Corporativa	41
<i>Compliance</i> , Ética e Integridade	42
Área de Relações com Investidores – RI	42
Ações Sociais	42
Sustentabilidade	43
4 - Relatório dos Auditores Independentes	45
Relatório de asseguuração limitada dos auditores independentes sobre as informações contábeis consolidadas suplementares intermediárias incluídas no Relatório de Análise Econômica e Financeira	46
5 - Demonstrações Contábeis Completas	49



► Carteira de Crédito Expandida

Concentração da Carteira de Crédito Expandida – Por Setor de Atividade

R\$ milhões	Set19	%	Jun19	%	Set18	%
Setor de Atividade						
Setor Público	14.225	2,5	14.615	2,6	12.575	2,4
Petróleo, Derivados e atividades agregadas	10.173	1,8	10.045	1,8	10.339	2,0
Energia Elétrica	3.181	0,6	3.708	0,7	1.017	0,2
Demais Setores	871	0,2	862	0,2	1.219	0,2
Setor Privado	564.092	97,5	545.923	97,4	510.856	97,6
Pessoas Jurídicas	342.650	59,2	336.056	60,0	324.697	62,0
Atividades Imobiliárias e Construção	31.236	5,4	31.874	5,7	32.978	6,3
Varejo	36.865	6,4	36.035	6,4	33.761	6,4
Transportes e Concessão	28.316	4,9	27.717	4,9	25.138	4,8
Serviços	30.127	5,2	29.806	5,3	29.840	5,7
Atacado	16.594	2,9	14.572	2,6	14.851	2,8
Automobilística	17.909	3,1	18.216	3,2	16.074	3,1
Alimentícia	12.141	2,1	12.994	2,3	14.141	2,7
Demais Setores	169.462	29,3	164.842	29,4	157.914	30,2
Pessoas Físicas	221.442	38,3	209.867	37,4	186.159	35,6
Total	578.317	100,0	560.538	100,0	523.431	100,0

Movimentação da Carteira Expandida por Rating

Em 12 meses, 96,6% das operações realizadas com novos clientes foram classificadas nos *ratings* AA a C, o que reflete a qualidade das novas safras e dos processos de concessão de crédito.

Movimentação da Carteira de Crédito Expandida Por Rating entre Setembro de 2018 e 2019	Crédito total em Setembro de 2019		Novos clientes entre Outubro de 2018 e Setembro de 2019		Clientes remanescentes de Setembro de 2018	
	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%	R\$ milhões	%
Rating						
AA - C	520.771	90,0	47.105	96,6	473.666	89,4
D	10.322	1,8	363	0,7	9.959	1,9
E - H	47.224	8,2	1.294	2,7	45.930	8,7
Total	578.317	100,0	48.762	100,0	529.555	100,0

Abertura da Carteira Expandida por Rating e Porte de Cliente (em %)

Destacamos, que em setembro de 2019 nossa carteira total apresentou o melhor *rating* histórico nos últimos 3 anos.

Característica de Cliente	Set19			Jun19			Set18		
	Por Rating			Por Rating			Por Rating		
	AA-C	D	E-H	AA-C	D	E-H	AA-C	D	E-H
Grandes Empresas	89,0	1,6	9,4	88,2	1,8	10,0	89,0	2,0	9,0
Micro, Pequenas e Médias Empresas	88,6	2,3	9,1	88,1	2,7	9,3	87,1	3,0	10,0
Pessoas Físicas	91,9	1,7	6,4	91,4	1,8	6,8	90,8	1,9	7,3
Total	90,0	1,8	8,2	89,4	2,0	8,6	89,3	2,2	8,5



► Demais Informações

Ratings

Fitch Ratings

Escala Internacional						Escala Nacional	
Viabilidade	Suporte	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	
		Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
bb	4	BB	B	BB	B	AAA(bra)	F1+(bra)

Moody's Investors Service

Escala Global								Escala Nacional	
Contraparte Moeda Local		Contraparte Moeda Estrangeira		Depósito Moeda Local		Depósito Moeda Estrangeira		Moeda Local	
Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Ba1	NP	Ba1	NP	Ba2	NP	Ba3	NP	Aa1.br	BR-1

S&P Global

Escala Global - Rating de Crédito de Emissor				Escala Nacional		Austin Rating	
Moeda Estrangeira		Moeda Local		Rating de Crédito de Emissor		Escala Nacional	
Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
BB-	B	BB-	B	brAAA	brA-1+	brAAA	brA-1

► Gerenciamento de Riscos

Exercemos o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Promovemos, ainda, a atualização dos funcionários em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

A estrutura da atividade de gerenciamento de riscos possui políticas, normas e procedimentos, assegurando que a nossa Organização mantenha um controle compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos. Nossa estrutura de gerenciamento de riscos também é composta por comitês, comissões e departamentos que subsidiam o Conselho de Administração, o Diretor-Presidente, o Diretor de Riscos (*Chief Risk Officer* - CRO) e a Diretoria Executiva da Organização na tomada de decisões estratégicas. Destacam-se o

Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho das suas atribuições relacionadas às políticas de gerenciamento e limites de exposição a riscos e assegurar no nosso âmbito, o cumprimento dos processos, políticas, normas relacionadas e o cumprimento de regulamentações e legislações aplicáveis à nossa Organização; e o Comitê de Riscos, cujo objetivo principal é avaliar o arcabouço de gerenciamento dos nossos riscos e, eventualmente, propor aperfeiçoamentos. Ambos, assessoram o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições na gestão e controle dos riscos, do capital, controles internos e *compliance*.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, patrimônio de referência, bem como da nossa exposição aos riscos podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos – Pilar 3, disponível no site de Relações com Investidores, em bradescori.com.br.

► Sustentabilidade

Buscamos inserir a sustentabilidade nos negócios e nas operações, com o objetivo de aumentar nossa capacidade de prosperar no longo prazo diante de um ambiente competitivo e dinâmico. A percepção de que caminhamos em direção à transição para uma nova economia mais alinhada aos desafios de desenvolvimento que enfrentamos, nos leva a incorporar aspectos sociais e ambientais na gestão de riscos e de oportunidades, a fim de garantir resultados positivos e a geração de valor compartilhado.

O compromisso com a sustentabilidade também é reforçado no estabelecimento de diálogos com diversos públicos de interesse, através da adesão a iniciativas empresariais e compromissos voluntários, como: UNEP FI (Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Pacto Global, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Princípios do Equador, Princípios para o Investimento Responsável (PRI), Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI), Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB), Empresas pelo Clima (EPC),

Women's Empowerment Principles (WEPs), Task force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), entre outros.

As principais decisões e o acompanhamento da estratégia de sustentabilidade são conduzidos pelo Comitê de Sustentabilidade e Diversidade que se reúne trimestralmente e conta com membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, incluindo o Diretor-Presidente. As decisões do Comitê são assessoradas pela Comissão de Sustentabilidade, uma instância executiva composta por diretores e gestores de diversas áreas, que garantem a aplicação integrada do tema aos negócios e operações, auxiliam a execução de planos e fazem o acompanhamento dos projetos. Nosso desempenho é reconhecido nas avaliações dos principais índices e *ratings* de sustentabilidade, tais como: o *Dow Jones Sustainability Indices (DJSI)* nas carteiras Mundo e Mercados Emergentes, da Bolsa de Valores de Nova York, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e o Índice Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3.

Bradesco integra Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Fomos selecionados mais uma vez para integrar o Índice *Dow Jones* de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova York, nas carteiras Mundo e Mercados Emergentes. Neste ano, mais de 2 mil empresas em âmbito mundial participaram do processo de avaliação. No setor financeiro, 175 bancos foram avaliados e figuramos entre os 25

selecionados para compor o *ranking* mundial. Ao integrar o índice pelo 14º ano consecutivo, reforçamos nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável, de forma a garantir resultados positivos e a gerar valor a longo prazo para clientes, funcionários, investidores e sociedade.

Princípios para Responsabilidade Bancária, da UNEP FI

Nos tornamos signatário dos Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB) da Organização das Nações Unidas (ONU). Um guia para o setor bancário responder, impulsionar e se beneficiar de uma economia focada no desenvolvimento sustentável. Além de ser um dos primeiros signatários, fomos o único banco brasileiro que fez parte do grupo de 30 instituições financeiras que, desde março de 2018, se dedicaram a construção

desse projeto em aliança com a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI, na sigla em inglês). Mais do que um compromisso com a sustentabilidade, essa iniciativa reforça a essência da nossa missão: contribuir para o crescimento das pessoas, das empresas e o desenvolvimento sustentável.

Relatório da Administração

Prevalece na Organização uma cultura de saúde e bem-estar baseada na prevenção e na promoção de hábitos, atitudes e comportamentos saudáveis, alicerçados em equilíbrio (saúde emocional), autocuidado (saúde do corpo) e movimento (atividade física). Essa consciência é evidenciada por mais de 17 mil participações nas diversas ações relacionadas à qualidade de vida, saúde e bem-estar, com destaque para o nosso programa VIVA BEM.

Em 2.9.2019, lançamos o Programa de Desligamento Voluntário, ao qual podem aderir, até 31.10.2019, espontaneamente, os funcionários da Organização Bradesco que atendam aos requisitos estabelecidos no Regulamento do Programa. O PDV 2019 tem como objetivos contemplar àqueles funcionários que contribuíram significativamente para a Organização ao longo de suas carreiras com um conjunto de benefícios para auxiliá-los em seus novos movimentos de carreira fora da Organização, otimizar e flexibilizar nossa estrutura de equipe nos melhores padrões de mercado e obter melhoria em nossos indicadores de produtividade, preservando o compromisso com os fundamentos da carreira interna e a maximização de geração de valor para nossos acionistas.

10. Sustentabilidade na Organização

A sustentabilidade está presente na forma de fazermos negócios e, também, no comprometimento que temos em fomentar o desenvolvimento do País. Buscamos o crescimento contínuo respeitando os públicos com os quais nos relacionamos, as comunidades onde estamos presentes e o meio ambiente.

A percepção de que caminhamos em direção à transição para uma nova economia, com oportunidades e desafios de desenvolvimento, nos leva a incorporar, cada vez mais, aspectos sociais e ambientais na gestão corporativa, a fim de garantir perenidade e o sucesso de longo prazo da Organização.

Para contribuir com a agenda global e promover negócios sustentáveis, apoiamos compromissos voluntários e participamos de diversas iniciativas socioambientais. Destacamos alguns projetos e reconhecimentos:

- **Task force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)** - em 2019, o Bradesco participa de duas iniciativas setoriais com foco no desenvolvimento de metodologias e ferramentas de gestão de riscos climáticos para a indústria bancária, em linha com as recomendações do TCFD. No âmbito internacional, somos parte do segundo projeto-piloto da UNEP FI, com 32 bancos de diferentes países e, no Brasil, compomos o grupo de trabalho da Febraban relacionado ao tema;
- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)** - em 2018, pelo 14º ano consecutivo, fomos selecionados para compor o ISE da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão; e
- **Outros índices e ratings** - o Bradesco também faz parte do *Vigeo Eires - Emerging Market Performers Ranking*, *FTSE4Good*, *MSCI Emerging Markets Index*, Índice de Igualdade de Gênero da Bloomberg e *Sustainalytics ESG Ratings*.

11. Governança Corporativa

Em 1944, foi instituído o Regulamento Interno do Banco, do qual se originou, em 2003, o Código de Conduta Ética da Organização Bradesco.

Dentre as práticas adotadas pela Sociedade, destacamos a listagem ao Nível 1 de Governança Corporativa da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 2001, e, a partir de 2011, a adesão ao Código de Autorregulação e Boas Práticas das Companhias Abertas da Abrasca.

A Administração do Banco é formada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Estatutária, sendo o Conselho composto por 8 membros, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com reeleição permitida. O Conselho é assessorado por 7 comitês: a) estatutários: (i) Auditoria; e (ii) Remuneração; e b) não estatutários: (iii) Integridade e Conduta Ética; (iv) Riscos; (v) Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital; (vi) Sustentabilidade e Diversidade; e (vii) Sucessão e Nomeação. Diversos comitês executivos auxiliam as atividades da Diretoria Executiva, sendo todos normatizados por regimentos próprios. Na função de Órgão

Relatório da Administração

Fiscalizador, temos o Conselho Fiscal, que atua permanentemente desde 2015 e, atualmente, é composto por 5 membros efetivos e seus respectivos suplentes.

12. Controle Integrado de Riscos

Diante da crescente complexidade dos produtos e serviços financeiros e da globalização dos nossos negócios, o gerenciamento de riscos é fundamental na estratégia da Organização. Realizamos o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Cultura essa que é disseminada para todos os funcionários, em todos os níveis hierárquicos e está alinhada às diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração e pela estrutura de Comitês que definem os objetivos globais, expressos em metas e limites para as unidades de negócio gestoras de riscos.

A adoção de mecanismos e implementação de ações que antecipem e minimizem eventuais impactos adversos, caso ocorram, são imprescindíveis. Com a nossa ampla atuação, estamos expostos a vários riscos, que podem decorrer de diversos fatores, assim, são mitigados por meio de processos consistentes de controles internos, prevenção à lavagem de dinheiro, segurança da informação, validação independente de modelos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital.

Ataques cibernéticos são tratados no mais alto nível estratégico, questões de segurança da informação e segurança cibernética são considerados temas críticos. Por isso, mantemos um conjunto de controles, procedimentos, processos, estruturas, políticas, normas e soluções de TI capazes de atender aos princípios de proteção relativos à confidencialidade, à disponibilidade e à integridade das informações. Ainda consideramos assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas e a situação econômica e fiscal brasileira, mudanças climáticas, ingresso das fintechs e tensões comerciais como alguns exemplos de riscos emergentes.

Dentre os principais riscos, destacamos: crédito, crédito de contraparte, mercado, operacional, subscrição, liquidez, concentração, socioambiental, estratégia, reputação, modelo, contágio, conduta corporativa, conformidade ou *compliance*.

Validação independente de modelos

Os nossos modelos são desenvolvidos a partir de teorias estatísticas econômicas, financeiras, matemáticas e do conhecimento de especialistas, com finalidade de facilitar a estruturação de assuntos, padronização e agilidade nas decisões e gerir riscos e capital.

Com o objetivo de identificar, mitigar e controlar os riscos inerentes aos modelos internos, existe o processo de validação independente que avalia, criteriosamente, todos os aspectos, desafiando a metodologia, as premissas adotadas, os dados utilizados, o uso dos modelos, bem como a robustez do ambiente em que estão implantados, reportando aos gestores, auditoria interna e aos Comitês.

13. Compliance e Ética

Os Programas de *Compliance* e de Integridade englobam nossos administradores, funcionários, fornecedores, prestadores de serviços, sociedades controladas e empresas integrantes e conduzem as interações e decisões diárias na Organização Bradesco, tornando, ainda mais, evidente os princípios de altos padrões de conduta e ética que possuímos.

Esses princípios são apoiados por políticas, normas, procedimentos, programas de capacitação dos profissionais e controles. Buscam detectar tempestivamente eventuais ações que se configurem como violações aos Códigos de Conduta Ética e/ou operações e situações com indícios de relação com atividades ilegais, visando à adoção de medidas cabíveis. Esse sistema de mecanismos de controle é avaliado e

Relatório da Administração

aperfeiçoado constantemente, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes, bem como as melhores práticas de mercado e é apoiado por Comitês ligados ao Conselho.

14. Auditoria Interna

A Auditoria Interna, realizada pelo Departamento de Inspeção Geral, avalia com independência os processos a fim de mitigar os riscos e garantir a adequação dos processos aos controles internos, políticas, normas, padrões e regulamentações internas e externas. A metodologia e execução dos trabalhos da área é certificada pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil, que considera em suas premissas as recomendações técnicas do *The Institute of Internal Auditors - IIA*. Em julho de 2019, recebemos a *recertificação Quality Assessment*, do IIA, mantendo a Organização na lista das 19 empresas certificadas no Brasil.

15. Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, a Organização Bradesco, no trimestre, contratou e teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Outros serviços prestados pelos auditores externos foram relatórios de asseguarção e de procedimentos previamente acordados. O montante das contratações totalizou, aproximadamente, R\$ 1,8 milhão, que representa 5,4% do total dos honorários de auditoria das demonstrações contábeis de 2019 da Organização Bradesco. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Ressalta-se que eventuais serviços não relacionados à auditoria externa são submetidos previamente à autorização do Comitê de Auditoria.

16. Investimentos Sociais

Destacamos, dentre nossos diversos atos socioambientais, a **Fundação Bradesco** que é a principal ação social da Organização e o maior programa socioeducacional privado do Brasil. Com 40 escolas próprias, instaladas prioritariamente em regiões de acentuada carência socioeconômica, em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, proporciona ensino formal, gratuito e de qualidade para crianças, jovens e adultos, investindo na formação educacional e assistencial, sendo influência positiva nas localidades onde atua. Aos alunos da Educação Básica, são assegurados, sem custos, uniformes, material escolar, alimentação e assistência médico-odontológica.

O orçamento deste ano está previsto em R\$ 652,2 milhões, sendo R\$ 582,9 milhões destinados ao custeio das Despesas das Atividades e R\$ 69,3 milhões aos investimentos em infraestrutura e tecnologia educacional, que permite oferecer ensino a:

a) 92.468 alunos da Educação Básica - Educação Infantil ao Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de Nível Médio -, Educação de Jovens e Adultos e na Formação Inicial e Continuada voltada à geração de emprego e renda;

b) 670 mil alunos que deverão concluir ao menos um dos cursos oferecidos em sua programação na modalidade EaD - Educação a Distância, por meio do seu portal *e-learning* "Escol@ Virtual"; e

c) 12.065 mil beneficiados em projetos e ações em parcerias, como o Programa Educa+Ação, e em cursos e palestras educacionais e de tecnologia da informação.

Enfatizamos ainda o **Programa Bradesco Esportes e Educação**, projeto que incentiva, por meio do ensino de vôlei e basquete femininos, o esporte como atividade de apoio ao desenvolvimento de crianças e jovens. Promove a saúde e a valorização de talentos em todas as escolas da Fundação Bradesco, centros esportivos municipais, escolas estaduais e particulares e em seu Centro de Desenvolvimento Esportivo, todos em Osasco, SP. Cerca de 1,5 mil meninas, a partir de 8 anos, são atendidas anualmente.

Relatório da Administração

17. Reconhecimentos

No terceiro trimestre, a Organização Bradesco recebeu importantes reconhecimentos, dos quais destacamos:

- Bradesco é o *Melhor Banco de Cash Management do Brasil*, na pesquisa 2019 da revista Euromoney, ficando em primeiro lugar nas categorias *Market Leader* e *Best Service*;
- No Prêmio Empresas Mais, do jornal O Estado de S.Paulo, o Bradesco foi vencedor na categoria Bancos. O reconhecimento, elaborado em parceria com a Fundação Instituto de Administração – FIA e a *Austin Ratings*, distinguiu as empresas com melhores resultados financeiros;
- Eleito como o Melhor PMO das Américas e do Mundo 2019, na premiação PMO *Global Awards*, promovido pela *Alliance Global PMO*;
- O Bradesco é destaque na edição 2019 do Anuário Melhores & Maiores, da revista Exame, no *ranking* que lista as 1000 maiores empresas do País. A Organização é a primeira dos 200 Maiores Grupos e integra a lista dos 50 Maiores Bancos por Patrimônio. Também, é a instituição financeira privada campeã em número de correntistas. O Grupo Segurador ficou com três posições em destaque nas 10 Maiores Seguradoras do País;
- Vencedor como a Empresa+Inovadora no uso da Tecnologia e na categoria Bancos da premiação 100+Inovadoras em TI 2019, promovido pela IT Mídia, em parceria com a *PricewaterhouseCoopers*;
- O Bradesco foi eleito como uma das 150 Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, segundo pesquisa realizada pela consultoria *Great Place to Work*;
- Com o *case* BIA – Bradesco Inteligência Artificial, o Bradesco foi reconhecido no 7º *Premio a La Innovación Financiera*, promovido pela Felaban – *Federacion Latioamericana de Bancos*;
- O Next foi eleito, pelo segundo ano consecutivo, o Melhor Banco Digital do Brasil, no *Best Digital Awards*, da revista *Global Finance* e, também, reconhecido como Destaque Nacional em *Business Digital Transformation no Prêmio Learning & Performance Brasil*, promovido pela empresa *MicroPower*;
- A BRAM conquistou o primeiro lugar nas categorias: Maior Gestora de Seguradoras e Maior Gestora de Corporate, no *ranking Top Asset 2019*, da revista *Investidor Institucional*; e
- A Losango foi eleita como uma das Melhores Empresas para Trabalhar no Rio de Janeiro, na categoria Grandes, da premiação promovida pela consultoria *Great Place to Work*.

18. Agradecimentos

Os resultados apresentados reafirmam o compromisso e as estratégias adotadas pela Organização para atender a todos, buscando sempre superar as expectativas, com eficiência e qualidade nos seus produtos, serviços e soluções. Pelas realizações e avanços alcançados, agradecemos aos nossos acionistas e clientes, pelo apoio e confiança, e aos nossos funcionários e demais colaboradores, pelo empenho e trabalho dedicado.

Cidade de Deus, 30 de outubro de 2019.

Conselho de Administração e Diretoria

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas

c) Recursos de emissão de títulos

	Em 30 de setembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019	2018
Títulos e valores mobiliários – País:						
- Letras financeiras	728.734	23.872.478	20.036.463	69.338.158	113.975.833	106.068.205
- Letras de crédito imobiliário	1.316.883	7.602.601	14.494.602	1.823.514	25.237.600	26.457.703
- Letras de crédito do agronegócio	1.180.251	4.275.658	6.691.223	1.562.240	13.709.372	12.526.429
- Letras imobiliárias garantidas (2)	-	-	-	5.409.021	5.409.021	-
Subtotal	3.225.868	35.750.737	41.222.288	78.132.933	158.331.826	145.052.337
Títulos e valores mobiliários – Exterior:						
- Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamentos recebidas do exterior	11.536	574.395	686.668	1.142.501	2.415.100	2.045.874
- MTN <i>Program Issues</i> (1)	17.100	-	220.714	1.239.261	1.477.075	1.271.151
- Custo de emissões sobre captações	-	(95)	(2.305)	(14.770)	(17.170)	(17.914)
Subtotal	28.636	574.300	905.077	2.366.992	3.875.005	3.299.111
Certificados de operações estruturadas	38.007	176.937	220.765	485.787	921.496	575.148
Total geral em 2019	3.292.511	36.501.974	42.348.130	80.985.712	163.128.327	
%	2,0	22,4	26,0	49,6	100,0	
Total geral em 2018	7.568.494	26.833.845	35.234.693	79.289.564		148.926.596
%	5,1	18,0	23,7	53,2		100,0

(1) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo; e

(2) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R\$ 5.837.084 mil, que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução nº 4.598/17 do BACEN, sendo: Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 1 e 2 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 240 e 256 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 29 e 34 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 0,51% do total de ativos e 39,56% do valor de garantia dos imóveis. Atualmente a carteira de crédito dos ativos garantidores está concentrado nos ratings AA e A, sendo o percentual de 86,52% e 10,67% respectivamente. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos, na forma do artigo 11 da Resolução nº 4.598/17 do BACEN, estão localizados no site do Bradesco RI.

Diligência

Questionário ANBIMA de due diligence para contratação de Gestor de Recursos de Terceiros

Contratado:

BRAM – BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM

Contratante:

Questionário preenchido por:

BRAM

Data:

Outubro - 2019

(Todos os campos devem ser preenchidos. Caso algum campo não seja aplicável à sua instituição, este deve ser preenchido com "N/A").

Versão: [-]

Apresentação

Este questionário é baseado no Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Administração de Recursos de Terceiros (“Código”). Ele tem o objetivo de auxiliar o administrador fiduciário no processo de contratação de gestores de recursos de terceiros para os fundos de investimento.

O questionário busca abordar, minimamente, a adoção de práticas consistentes, objetivas e passíveis de verificação que sejam suficientes não só para entender e mensurar os riscos associados à prestação de serviço como também para garantir um padrão aceitável da instituição a ser contratada.

O anexo ao questionário trata de informações específicas dos fundos de investimento.

O administrador fiduciário poderá adicionar outras questões julgadas relevantes na forma de anexo a esse questionário.

Este questionário deve ser respondido por profissional com poderes de representação, e qualquer alteração em relação às respostas enviadas e aos documentos encaminhados após o preenchimento deste questionário deve ser enviada à instituição que contratou a prestação de serviço em até cinco dias úteis da referida alteração.

Este questionário entrará em vigor em 11 de janeiro de 2019.

Sumário

Apresentação	1
1. Informações cadastrais	4
2. Informações institucionais	5
3. Receitas e dados financeiros	8
4. Recursos humanos	10
5. Informações gerais.....	11
6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito.....	12
7. Gestão de recursos	15
8. Distribuição	17
9. Risco	18
10. Compliance e controles internos	23
11. Jurídico.....	26
12. Anexos ou endereço eletrônico	26
1. Alterações desde a última atualização	29
2. Perfil	32
3. Equipe de gestão do fundo.....	33
4. Estratégias e carteiras	33
5. Uso de derivativos.....	34
6. Compra de cotas de fundos de investimento.....	34
7. Informações adicionais	34
8. Gestão de risco.....	35
9. Comportamento do fundo em crises.....	38
10. Três períodos de maior perda do fundo	39
11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos	39
12. Relacionamento com distribuidores/alocadores.....	40
13. Atendimento aos cotistas.....	40
14. Investimento no exterior	42
15. Anexos (quando aplicável).....	43

1. Informações cadastrais -

1.1 Razão social

BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos Imobiliários.

1.2 Nome fantasia

Não se aplica.

1.3 É instituição financeira ou instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”)?

Sim.

1.4 Quais são as autoridades regulatórias em que a gestora possui registro? Fornecer detalhe sobre os registros, tais como nome, data e nº de registro da atividade.

A Bram possui registro na CVM conforme Credenciamento para administrador de Carteira, processo CVM nº RJ93/1515, e ato declaratório CVM N° 2669, de 06 de dezembro de 1993 e no Bacen.

1.5 Membro de associações de classe e/ou autorreguladoras? Quais?

Sim, a BRAM é associada à ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e AMEC (Associação de Investidores no Mercado de Capitais).

1.6 É instituição nacional ou estrangeira?

Nacional.

1.7 Possui filial? Em caso positivo, quantas e onde estão localizadas?

Não possui filial.

1.8 Endereço

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 2º e 3º andares, Vila Nova Conceição, São Paulo.

1.9 CNPJ

62.375.134/0001-44

1.10 Data de Constituição

Julho de 2001.

1.11 Telefones

11-3847-9083

1.12 Website

<https://www.bradescoasset.com.br/SiteBram/pt>

1.13 Nome e cargo do responsável pelo preenchimento do questionário

Adriana Mantovani de Paula Silveira – Analista de Risco

1.14 Telefone para contato

(11) 21694474 (Adriana Mantovani)

1.15 E-mail para contato

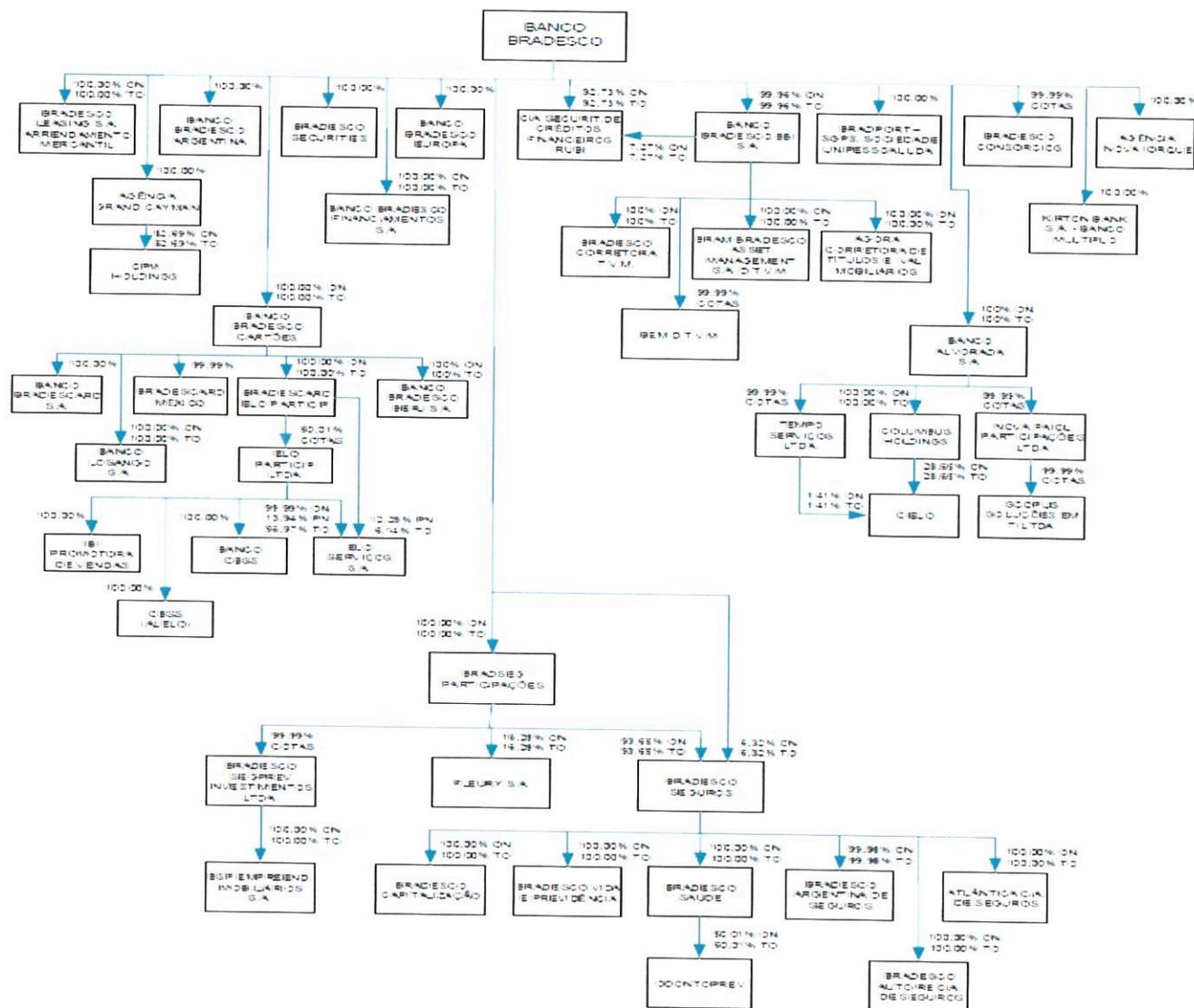
regulatorio@bram.bradesco.com.br

2. Informações institucionais -

2.1

Informar o quadro societário da gestora, incluindo os nomes dos principais sócios e respectivas participações (informar no mínimo, os sócios que possuem percentual de participação acima de 5%).

Quadro Societário do Banco Bradesco:



Data Base: 31/03/2019

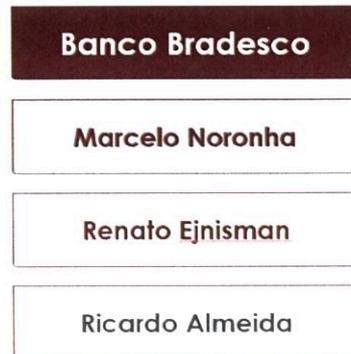
- Em abril/2018, o Sr. Ricardo Pereira de Almeida foi nomeado Diretor Superintendente da BRAM;
- Em janeiro/2019, a Sra. Denise Pavarina apresentou pedido de renúncia ao cargo de Diretor Gerente.
- Em janeiro/2019, o Sr. Renato Ejnisman foi eleito como Diretor Gerente da BRAM.
- Em janeiro/2019, o Sr. Marcelo de Araújo Noronha passou a compor a Diretoria Executiva da BRAM, como Diretor Vice-Presidente, pois o Sr. André Rodrigues Cano passou a assumir outros departamentos do Banco Bradesco

2.2 Qual a estrutura empresarial do conglomerado ou grupo econômico? (Quando aplicável).

A BRAM pertence ao Conglomerado Bradesco, conforme se pode verificar na questão 2.1.

2.3 Fornecer o organograma da gestora (anexar resumo profissional dos principais executivos).

ESTRUTURA BRADESCO ASSET MANAGEMENT



ESTRUTURA BRADESCO ASSET MANAGEMENT



2.4

A gestora é signatária dos Códigos de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA? Em caso afirmativo, citar o(s) Código(s).

A Bradesco Asset Management é signatária dos seguintes códigos da Anbima:

- Código ABVCAP/ Anbima FIP e FIEE (atividades de distribuição, administração e gestão)
- Código de Administração de Recursos de Terceiros
- Código de Distribuição de Produtos de Investimentos
- Código de Ética
- Código dos Processos da Regulação e Melhores Práticas.

2.5

A gestora é signatária do Código de Ética da ANBIMA?

Sim, a BRAM é aderente as normas estabelecidas pela ANBIMA.

2.6 A gestora é signatária do PRI – Principles for Responsible Investment?

Sim, a BRAM é signatária do PRI.

2.7 A gestora é signatária de outros Códigos ou assemelhados? Caso seja, citar as instituições.

Sim, a BRAM adere aos códigos de Ética da Organização Bradesco.

Os principais executivos, conforme o item 2.3, detêm participação em outros negócios no mercado financeiro e de capitais ou atividades relacionadas à gestora? (Exceto no caso de participação em empresas ligadas). Em caso positivo, informar:

2.8

- I. CNPJ da empresa;
- II. percentual detido pelo executivo na empresa; e
- III. qual a atividade por ele desempenhada.

Não.

Informar se o conglomerado ou grupo econômico da gestora presta serviços de administração fiduciária, distribuição, consultoria, controladoria e custódia. Em caso positivo, descrever:

2.9

- I. a estrutura funcional de segregação e
- II. o relacionamento com a gestora.

A BRAM é a empresa do Conglomerado Bradesco especializada na gestão de fundos de Investimento. O Conglomerado Bradesco possui outras empresas para prestação de outros serviços como por exemplo: A BEM DTVM e o Banco Bradesco S.A. tem como atividade a administração fiduciária. A distribuição dos fundos é feita pela Corretora Bradesco S.A. CTVM e Ágora CTVM S.A. As atividades de Consultoria, Controladoria e Custódia são realizadas pelo Banco Bradesco S.A. Assim a BRAM garante a segregação total de suas atividades em relação as demais empresas do grupo.

2.10 Outras informações institucionais que a gestora julgue relevante (opcional).

A BRAM não possui outras informações.

3. Receitas e dados financeiros -

Preencha a tabela abaixo com os valores correspondentes aos números da gestora. Informar os últimos 5(cinco) anos.				
3.1	Ano	Patrimônio sob gestão (posição em 31/Dez)	Número de pessoas que trabalham na gestora	Número de portfólios sob gestão
	2014	R\$ 348.547,30 milhões	117	967

	2015	R\$ 395.816,50 milhões	114	1.148
	2016	R\$ 609.667,22 milhões	157	1.467
	2017	R\$ 666.652,72 milhões	178	1.403
	2018	R\$ 673.209,16 milhões	183	1.497
	2019	653.601,93 milhões	195	1521
	Tipologia dos portfólios sob gestão (sem dupla contagem – excluir estrutura Master Feeder).			
	FUNDOS	Nº	% Carteira	
	Domicílio local	1139	74,88%	
	Domicílio em outro país	24	1,58%	
3.2	Clubes de Investimento	Nº	% Carteira	
		--	--	
	Carteiras	Nº	% Carteira	
	Domicílio Local	257	23,47%	
	Carteira de Investidor Não Residente	1	0,07%	
	Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento:			
	Tipo	Nº	Exclusivos/Reservados	% Total
	Renda Fixa	375	118	24,65%
3.3	Multimercado	476	197	31,30%
	Cambial	13	0	0,85%
	Ações	162	11	10,65%
	FIDC	22	0	1,45%

	FIP	0	0	0,00%
	FIEE	0	0	0,00%
	FII	1	0	0,07%
	Fundo de Índice (ETF)	11	1	0,72%
	Outras categorias	357	-	23,47%
3.4	Atualmente, qual é o percentual do montante sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria gestora (incluindo controladores, coligadas, subsidiárias, seus sócios e principais executivos)?			

O percentual do montante sob gestão que são originados especificamente de aplicações da própria gestora é de 20,26%.

4. Recursos humanos –

4.1 Quais são as regras de remuneração ou comissionamento dos profissionais e associados?

A remuneração dos profissionais é baseada em salário fixo acrescida de bônus por desempenho tomando como base a pesquisa de mercado para o segmento de Assets. A pesquisa é realizada “anualmente” pelo Departamento de Recursos Humanos da Organização. O Bônus pago é atrelado a um valor alvo por funcionário e o funcionário pode receber desde 50% do seu valor alvo a no máximo 150% do valor alvo, dependendo do desempenho atingido pelo conjunto de metas.

4.2 Quais são os mecanismos de retenção de talentos usados pela gestora?

A organização Bradesco adota a política de reter e valorizar os profissionais da casa, os quais passam por diversas posições de forma crescente. Para isso, oferece diversos benefícios a seus funcionários, treinamento e incentivo na realização de curso e MBA.

4.3 Existe programa para treinamento, desenvolvimento e certificação profissional dos profissionais/associados? Descreva, de forma sucinta, inclusive, com relação ao controle e monitoramento dos profissionais certificados.

Sim. A BRAM segue o programa de treinamento da Organização Bradesco e, adicionalmente possui programa de treinamento regulatório. A área de Risco Regulatório monitora as certificações de seus profissionais.

4.4 De que forma o desempenho dos gestores é avaliado?

O desempenho dos gestores é avaliado por meio de Ranking.

4.5 A instituição adota treinamento dos colaboradores e empregados em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo (“PLDFT”)? Em caso positivo, descreva a metodologia e periodicidade aplicadas.

Sim. A instituição possui cursos online que são realizados pelos funcionários sobre o conceito de prevenção à lavagem de dinheiro e sua aplicação. Além disso são realizados treinamentos presenciais com periodicidade anual.

4.6 Descreva os treinamentos elaborados junto aos colaboradores para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

Os funcionários envolvidos no processo de gestão são treinados anualmente de forma presencial por especialista no assunto.

5. Informações gerais –

5.1 Existem planos de expansão ou mudança de estratégia? Descreva.

Sim. Em virtude da maior especialização do mercado e do crescimento das estratégias de maior complexidade (Fundo Mobiliário, Investimento no Exterior, ETF e FOF).

5.2 Qual o limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da gestora (instalações, profissionais hardware e software).

O limite para o crescimento dos ativos sob gestão suportado pela atual estrutura da gestora é de 20%.

5.3 A gestora é objeto de avaliação por agência de rating? Qual a nota atribuída? (Anexar relatório mais recente).

Sim. O rating Fitch classificou a Bram como sendo excelente, baseando-se em uma análise do processo de investimentos, Recursos de Investimentos, Gestão de Risco e Companhia & Atendimento a clientes. O rating da S&P classificou a Bram como AMP1 (Muito Forte) atribuída às práticas de administração de recursos de terceiros da Bram – Bradesco Asset Management S.A. A Moody’s classificou como MQ1(excelente), isso reflete a visão da Moody’s de que a gestora tem características de gestão excelentes.

5.4 Com base nos últimos 05 (cinco) anos, a gestora já recebeu alguma premiação por publicações ou entidades no que tange à qualidade e ao histórico de gestão? Quais?



6. Análise econômica, de pesquisa e de crédito –

6.1 Descreva a estrutura de análise econômica, de pesquisa e de crédito da gestora, conforme segmento, quando aplicável (anexar resumo profissional).

A BRAM possui áreas próprias de pesquisa conforme abaixo:

Macroeconomia: cada membro é dedicado à cobertura de uma região global e a determinado tópico da economia brasileira;

Análise de Investimento – Renda Variável: possui analistas especializados em setores, e suas recomendações são voltadas exclusivamente para a BRAM;

Análise de Crédito: avalia os riscos envolvidos e a capacidade de pagamento dos papéis privados que a ela são ofertados.

A estrutura de análise econômica e de pesquisa inclui pesquisa de temas ASG – ambientais,

6.2 sociais e de governança corporativa? Como estas questões são consideradas durante o processo de decisão de investimento? Descreva.

Sim. A BRAM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável das Nações Unidas (PRI, na sigla em inglês), a Bradesco Asset Management (BRAM) apresenta processos e metodologias que consideram a avaliação de riscos, oportunidades e impactos potenciais das questões ASG (ambiental, social e de governança corporativa) sobre o desempenho de seus ativos desde 2013. A BRAM possui metodologia de análise ASG para títulos privados e públicos. No caso dos títulos privados, são considerados os temas materiais de cada setor para identificar os riscos e as oportunidades que as companhias enfrentam. Para os títulos públicos, a metodologia considera indicadores que mensurem a qualidade regulatória e as políticas públicas para um bom atendimento à população em serviços básicos, conservação da natureza e redução de desigualdade social.

6.3 Descreva as principais mudanças na equipe de análise nos últimos 05 (cinco) anos.

Em abril de 2016 Marcelo Toledo tornou-se Economista Chefe da BRAM em substituição ao Sr. Fernando Honorato Barbosa;

Em outubro de 2018 Marcelo Nantes assumiu a gestão de fundos Multimercados da BRAM;

6.4 Utiliza research próprio ou de terceiros? Em que proporções?

A BRAM utiliza research próprio. A área de research desenvolve pesquisa própria para a avaliação das operações de crédito. Na pesquisa externa contrata-se instituições especializadas no fornecimento de bancos de dados (Economatica, Broadcast, Bloomberg), informações setoriais (Riskbank) e agência de rating (Fitch). Também recebemos análise das empresas elaboradas pelas corretoras sell-sides.

Caso utilize research próprio, quais ferramentas de análise são utilizadas no processo

6.5 decisório? Esta equipe trabalha exclusivamente para o *buy side* ou também produz relatórios e informações para outros (sell side)?

A BRAM possui áreas de Análise de Crédito e de Renda Variável para buy side.

A área de Análise de Crédito que avalia os riscos envolvidos e a capacidade de pagamento dos papéis privados que a ela são ofertados. Faz parte do procedimento de análise a verificação junto à área Jurídica da qualidade das garantias oferecidas.

A metodologia de avaliação do risco de crédito se caracteriza por três etapas básicas:

Análise fundamentalista da empresa (a) visando principalmente analisar a capacidade de gerar fluxo de caixa suficiente para fazer face aos compromissos da companhia ou capacidade de pagamento da instituição; (b) avaliação do rating (quando houver); (c) análise do spread para identificar se o preço do título justifica os riscos associados.

O procedimento de aprovação das operações ocorre da seguinte forma:

- 2) realiza-se o estudo descrito acima e se emite um parecer técnico;
- 3) O estudo com parecer técnico é submetido à aprovação da Comissão de Crédito e ao Comitê de Gestão

O processo de análise de Renda variável inclui análise macroeconômica, análise fundamentalista e construção e gerenciamento do portfólio.

6.6 Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

Que serviços ou sistemas são contratados para apoio na análise?

Sistemas Gerenciais de Terceiros:

- Sistema de apoio à gestão do relacionamento com o cliente: CRM.
- Sistema de análise de Compliance e Enquadramento que permite o monitoramento das regras relacionadas ao enquadramento legal e gerencial dos Fundos e Carteiras de Investimento: Nexxus – Enquadramento;
- Sistema de análise de Compliance e Enquadramento que permite o monitoramento on-line das regras relacionadas ao enquadramento legal e gerencial dos Fundos e Carteiras de Investimento: Nexxus – EOL (Enquadramento On-line);
- Sistema voltado a apurar os resultados dos ativos dos Fundos / Carteiras de Investimento: Nexxus – SAP (Sistema de Apuração de Performance);
- Sistema de conversão de arquivos utilizado como tradutor de informações para layouts padronizados: Nexxus – Upload;
- Sistema de apoio à gestão de risco de mercado e liquidez: Mitra;
- Sistemas de mercado de apoio à gestão: Reuters, Quantum,
- Sistema de processamento de relatórios para clientes: ABS.
- **Agência Estado:** Informações Broadcast - Cotações, Bolsas de Notícias Nacionais e Internacionais: Ae-News Realtime, AE-Taxas, BM&F, Bovespa, Spot Metais e Moedas, Spot Rates;
- **ANBIMA SI:** Sistema de Informação da Indústria de Fundos. Concebido inicialmente para agilizar as operações de captura dos dados pela ANBIMA, e de acesso ao banco de dados de fundos pelos administradores com qualidade de informação, flexibilidade, rapidez e integração com seus sistemas próprios de controle, gerenciamento e análise;
- **CMA:** Consultoria, Métodos Assessoria Mercantil S/A: Informações TELECHART - Bolsas e Notícias Nacionais/Internacionais, Cotações do Mercado RF, Moedas e software de análises gráficas;
- **ComDinheiro:** Sistema que possibilita acompanhar ativos financeiros, criar e simular portfólios, gerar relatórios, abrir posição acionária de empresas, entre outros;
- **Bloomberg:** Informações - Bolsas e Notícias internacionais: Títulos Governamentais, Money Marketing; Ações e Commodities; Índices e Indicadores macroeconômico e ferramentas de Análise;
- **Economática:** Informações - Empresas negociadas em Bolsa de Valores do Brasil, Argentina, Venezuela, Chile, México, Peru e Colômbia;
- Ae-News Realtime, AE-Taxas, BM&F, Bovespa, Spot Metais e Moedas, Spot Rates;
- **Fundação Getúlio Vargas:** Monitor da Inflação;
- **FGV Confiança:** Módulo Consumidor e Módulo Indústria;
- **FGV Premium:** Acesso indicadores FGV Dados Premium; Quantum Axis Online: Análise quantitativa e qualitativa de Fundos.

Sistemas Gerenciais Próprios:

- Caixa on-line
- Voltado para a gestão do caixa dos Fundos e Carteiras de Investimento: Ficha Técnica
- Base de dados de informações cadastrais dos produtos: SAR
- Sistema de Aplicação e Resgate: Bram Rotinas - Base de Dados de Fundos Administrados pela BRAM.

7. Gestão de recursos -

7.1 Descreva as principais mudanças na equipe de gestão nos últimos 05 (cinco) anos.

- Em abril de 2016 Marcelo Toledo Tornou-se Economista Chefe da BRAM em substituição ao Sr. Fernando Honorato Barbosa;
- Em outubro de 2018 Marcelo Nantes assumiu a gestão de fundos Multimercados da BRAM.

7.2 Descreva procedimentos e/ou políticas formais de seleção e acompanhamento de fornecedores e/ou prestadores de serviço relacionados à atividade de gestão de recursos/distribuição, incluindo as corretoras.

A BRAM possui uma governança para a contratação de terceiros que inclui Due Diligence inicial, aprovação em comissões, monitoramento e reavaliação periódica.

7.3 Descreva o processo de investimento.

Processo de tomada de decisão:

O procedimento de aprovação das operações ocorre da seguinte forma:

A) A área de Análise realiza o estudo descrito abaixo e emite um parecer técnico:

A metodologia empregada consiste na utilização de uma abordagem top down (avaliação macroeconômica) fazendo uso da análise quantitativa, para monitorar o risco de mercado, e da análise fundamentalista (bottom-up), para definir e controlar o risco de crédito. Através do emprego de uma disciplinada administração de risco, a estratégia adotada consiste no ajuste da duration e da exposição dos ativos das carteiras aos mercados dentro dos limites de risco e créditos estabelecidos para cada perfil.

B) O estudo com parecer técnico é submetido à aprovação do Comitê Executivo da BRAM, que deliberará pela aprovação ou não de limite para a operação.

Constituição do Portfolio:

A elaboração de ordens segue as seguintes diretrizes:

- As ordens devem contemplar as estratégias aprovadas em comitê de investimento;
- Observação dos fundos elegíveis às estratégias de acordo com sua política de investimento;
- Critério de distribuição proporcional considerando:

As políticas de investimento dos portfólios;

O Patrimônio Líquido;

Os limites de risco (mercado, liquidez e crédito)

- As ordens de compra e venda de ativos financeiros devem sempre ser expedidas com a identificação precisa do fundo de investimento em nome do qual elas devem ser executadas;
- Infraestrutura para a execução de ordens de acordo com a complexidade de produtos, estratégias e volume financeiro sob gestão:

Equipe dedicada ao processo;

Sistemas para executar, controlar e analisar o mercado em tempo hábil.

Áreas Participantes e Responsabilidades

- Gestão de Recursos – Portfolio Managers

A área responsável pela elaboração das diversas estratégias para os fundos de investimento e carteiras administradas. Cada mesa tem uma expertise específica para geri-la seguindo a política de investimento e respeitando o(s) limite(s) de risco, bem como as restrições legais.

Esta área envia para a área de Execução (Traders) as ordens de compra ou venda de ativos para cada fundo e carteira sob sua gestão com a distribuição definida.

- Mesa - Traders

Área segregada da gestão de recursos. Esta área é responsável pela execução das ordens de compra e venda enviadas pelos Portfólios Managers (gestores de recursos).

- Superintendência de Risco e Suporte Quantitativo

A Área de Risco é independente em relação às áreas de negócio com infraestrutura adequada para identificar, avaliar, controlar e monitorar a exposição aos riscos.

São responsabilidades da área:

Zelar pela equidade da distribuição;

Analisar os parâmetros de execução;

Realizar a gestão do risco operacional do processo;

Enquadramento dos fundos

7.4 Como é controlado o prazo médio dos títulos de fundos de longo prazo, para fins de sua classificação tributária?

A Bram utiliza a metodologia da Receita Federal para controlar o prazo médio dos títulos de fundos de longo prazo.

Descreva os critérios adotados para distribuição do envio de ordens entre as corretoras

7.5 aprovadas, incluindo o limite de concentração de volume de operações por corretora, se houver.

A BRAM possui norma que define a distribuição de ordens. Além disso, a BRAM possui governança para contratação e monitoramento de corretoras.

7.6 Como são avaliados ativos no exterior, quando aplicável? Descrever como é realizado o controle e o processo de acompanhamento.

A Bram possui dois meios de avaliar os ativos no exterior. Existe a gestão de ativos brasileiros e latinos para investidores brasileiros e a gestão de ativos no exterior para investidores brasileiros.

8. Distribuição –

A gestora realiza distribuição dos fundos sob sua responsabilidade? Se sim, descreva os procedimentos adotados referentes aos processos de:

- I. verificação dos produtos ao perfil do cliente (Suitability);

A BRAM realiza distribuição de alguns dos fundos por ela geridos para clientes institucionais e fundos exclusivos. Segue o processo de suitability do Banco Bradesco S.A.

- II. conheça seu cliente (KYC);

8.1 Para os clientes acima citados a BRAM possui procedimento de KYC que consiste em um questionário respondido pelos funcionários da área comercial da BRAM, responsáveis pelo contato com tais clientes.

- III. PLDFT; e

A BRAM possui uma área de Risco Regulatório que é responsável pela avaliação e monitoramento dos clientes para os quais ela distribui fundos, sob o ponto de vista de PLD.

- IV. cadastro de cliente.

A BRAM possui área de cadastro própria para os clientes institucionais acima citados.

8.2 A gestora terceiriza alguma atividade relacionada à distribuição? Se sim, descreva as atividades, bem como o nome e o CNPJ do(s) terceiro(s) contratado(s).

Não.

8.3 Como é feita a prospecção de clientes/distribuição de fundos? Detalhar o processo de captação realizado pela instituição. Exemplos: Indicação de clientes, prospecção. Qual o perfil dos clientes? (segmento e categoria do investidor). Exemplo: Varejo, Corporate, PJ, Investidor profissional, Qualificado?

A BRAM possui uma área Comercial que prospecta clientes institucionais. Os clientes podem ser correntistas ou não correntistas do Banco Bradesco.

8.4 Descreva a estrutura operacional da gestora, voltada para a atividade de distribuição, incluindo sistemas de controle de movimentação (aplicação e resgate), critérios para execução das ordens e registro das solicitações, bem como o seu arquivamento e forma de proteção.

A estrutura operacional de distribuição conta com 23 profissionais, e a natureza da sua distribuição de carteiras e fundos de investimentos são de clientes dos segmentos Corporate e Institucional. São utilizados alguns sistemas de informações como o ABS – Sistema Utilizado pela área comercial para a elaboração de relatórios gerenciais para clientes, AP – Sistema de apuração de Performance, utilizado pela área comercial para a elaboração de relatórios gerenciais para clientes, CRM utilizado para o acompanhamento do relacionamento com o cliente, e o YMF utilizado para a geração de informações de rentabilidade e carteiras de fundos.

9. Risco –

9.1 Descreva as principais mudanças na equipe de risco nos últimos 05 (cinco) anos.

Em 2017 a área foi reorganizada com a criação das células de Risco Regulatório e Risco Operacional.

9.2 Quais são os relatórios de riscos, com que frequência são gerados e o que contêm estes relatórios?

São disponibilizadas diariamente as posições de Risco de Mercado do Portfólio, através de relatórios padrões ou customizados contendo as principais informações de VaR, utilização de limite, duration e stress.

Os resultados são analisados pela área de risco, a qual gera observações e/ou solicitações quando os resultados estão acima dos parâmetros pré-definidos. Estes relatórios são encaminhados as áreas de gestão e comercial e para a Diretoria da BRAM.

9.3 Descreva como cada operação de crédito é analisada, aprovada e monitorada? Descreva a segregação entre as atividades.

A equipe de análise de investimento realiza um estudo com base de dados financeiros da empresa, conversas com a diretoria da mesma e dados macroeconômicos. Neste caso é feita uma análise de stress para verificar a capacidade da empresa de amortizar suas dívidas mesmo em um momento adverso.

O processo de análise e avaliação criteriosa segue as diretrizes abaixo:

- Aspectos fundamentalistas e aspectos qualitativos;
- Características tanto do emissor e do garantidor da operação;
- As características de controladores e grupo econômico, quando aplicado;
- O rating interno segundo metodologia interna;
- Metodologia de rating interno aprovado em Comitê de Crédito;
- A não preponderância de rating elaborado por agência especializada;
- A prévia dos documentos julgados necessários;
- Análise da estrutura, das características dos ativos subjacentes, indicadores e demais características relevantes quando se tratar de produto estruturado;
- Revisão dos ativos com periodicidade mínima de 1 ano;
- Elaboração de reportes periódicos.

O processo de aprovação dos ativos, bem como o volume dos ativos de crédito cabe ao Comitê de Gestão de Fundos e Carteiras Administradas da BRAM.

9.4 Como são analisadas as garantias das operações e quais os critérios utilizados (análise de formalização, execução, etc)? Há reavaliação periódica da qualidade do crédito e de suas garantias? Qual sua periodicidade?

Sim, há revalidação periódica diariamente através do sistema de enquadramento. São analisadas as garantias sempre que houver alguma alteração. O limite para operações de crédito variam de acordo com cada perfil de fundo.

9.5 As questões e riscos ASG – ambientais, sociais e de governança corporativa – são considerados na análise de risco de crédito? (Exemplos: perda de licença ambiental, corrupção, envolvimento em casos de trabalho escravo ou infantil, etc.).

Sim, a BRAM incorpora os critérios ambientais, sociais e de governança no processo de tomada de decisão.

9.6 A gestora, independentemente do critério de apreçamento, possui algum procedimento ou estratégia no caso da iminência ou ocorrência de eventos de inadimplência? Descreva.

Sim, a gestora realiza um acompanhamento de ativos inadimplentes. O acompanhamento é feito conjuntamente pelas equipes de gestão e pesquisa de crédito, com o apoio do departamento jurídico. Os casos são apresentados periodicamente nos comitês internos da BRAM para a atualização e discussão. O acompanhamento é feito com base nos demonstrativos contábeis divulgados pelo emissor, garantidor e controlador, projeção de fluxo de caixa atualizada à nova situação da companhia, cálculo do valor de liquidação de ativos, e avaliação da expectativa de venda e transferência do emissor a um novo controlador, dentre outros métodos que se façam necessários considerando a especificidade do ativo. Por meio dessa avaliação, as equipes encontram a melhor estimativa da expectativa de recuperação do ativo, e a equipe de gestão pode dar início à tentativa de negociação do ativo comparando o valor de marcação nas carteiras à expectativa de recuperação.

9.7 A instituição possui área de tecnologia da informação própria? Caso afirmativo, detalhar as atividades atuais, organograma e a qualificação dos profissionais.

Sim, a BRAM possui uma área de Tecnologia própria com as seguintes atribuições:

- Criar e gerenciar projetos de TI visando automação e melhoria de processos;
- Especificação de sistemas: participação e controle da agenda de reuniões entre os participantes/entrevistados, validação de protótipos, validação de documentos de especificação;
- Acompanhamento dos Projetos: testes, homologação, implantação e manutenção de sistemas;
- Realização de estudos e pesquisas de novas soluções e tecnologias;
- Desenvolvimento de novas ferramentas para agilizar os diversos processos da BRAM;
- Criação e homologação de relatórios automatizados para outras áreas da BRAM.
- Manutenção aos sistemas desenvolvidos internamente;
- Gerenciar a estrutura tecnológica;
- Requisição de compras de equipamentos de informática;
- Gestão e manutenção dos acessos lógicos dos funcionários aos sistemas/rotinas/rede;

9.8 Descreva os procedimentos de verificação de ordens executadas e de checagem das posições das carteiras.

A confirmação das ordens com a contraparte é feita pela área de Trading que especifica os comitentes (fundos e carteiras administradas) e enviam ao Middle Office a distribuição para o boletamento nos sistemas dos controladores/custodiantes.

9.9 Existe sistema de gravação de ligações telefônicas? Em caso positivo, qual a política de escuta das gravações?

- administrativo: Atendido por equipamentos Cisco e a Gravação de voz e efetuada através do Software Verint (Versão 11) com retenção de 11 anos e as gravações são arquivadas em Storage no Data Center localizado em Curitiba.
- Mesas Financeiras: Atendido por equipamentos BT e a Gravação de voz e efetuada através do Software Nice (Versão 4.1) com retenção de 7 anos e as gravações são arquivadas em Storage no Data Center localizado em Curitiba.

Todas as pesquisas são feitas através de URL de cada sistema, somente através de usuários que tem direito de acesso e escuta das gravações.

9.10 Descreva os procedimentos de back-up e redundância de informações, desktops e servidores (para back-up, cite especificamente a periodicidade, local e prazo de armazenamento).

As atividades de backup são realizadas seguindo as normas internas de segurança da informação, baseadas no ITIL e COBIT. A retenção de dados é definida por uma “política de backup” para garantir a integridade dos dados armazenados considerando os aspectos de execução dos processos efetuados por profissionais técnicos autorizados, do armazenamento realizado em locais seguros com controle de acesso físico e lógico, dos quesitos legais das entidades interna e externa e das necessidades do gestor da informação. São gravadas duas cópias de segurança em processos automatizados, não sendo efetuado transporte físico de mídias. A segunda cópia é armazenada em site distinto onde a primeira foi gerada, mantendo o mesmo nível de segurança da localidade original.

As mídias de backup são regularmente testadas durante o tempo de sua vigência e o processo de descarte de mídias está regulamentado conforme normas ambientais vigentes.

O processo de proteção aos dados garante a confidencialidade, integridade e disponibilização da informação de acordo com seu nível de criticidade."

Obs.: A programação/periodicidade do backup é específica por cada servidor e sua retenção estabelecida pelo gestor conforme necessidade do negócio.

9.11 Descreva a política de controle de acesso ao Data Center (físico e lógico)

Acesso Físico: Os acessos ao Data Center são realizados mediante autenticação por biometria vascular (acessos restritos) e por crachá. Para acessos de terceiros, a identificação é feita por documento com foto nas portarias e acesso aos ambientes por meio de crachá de visitante, já com liberação de acesso autorizada. O sistema de entrada passa por barreira de catraca que impede o uso de carona e portas de contenção dupla que isolam o entrante entre as portas não havendo abertura das portas interna e externa simultaneamente. Todo o ambiente de entrada e áreas internas do Datacenter são monitorados por câmaras de vídeo.

Acesso Lógico: Todo o ambiente do datacenter fica em redes segregadas dos demais ambientes sendo que cada acesso é concedido individualmente para o serviço específico que precisa ser instalado. Mesmo a operação do Datacenter fica em ambiente segregado do restante da organização não permitindo conectividade com redes/portas não autorizadas. O acesso externo de parceiros e clientes é feito através de links dedicados ou internet sempre com estruturas de proteção periférica através de diversas camadas sendo que os acessos são todos liberados pontualmente conforme necessidade e avaliação de segurança.

9.12 Descreva o parque tecnológico atual da instituição. Citar no-breaks, capacidade dos servidores, links de internet e telefonia etc.

A Infraestrutura Tecnológica da instituição é atualizada e conta com um Data Center (Centro de Tecnologia da Informação), localizado na Cidade de Deus, Osasco – SP, construído para abrigar o ambiente tecnológico do banco e dotado de requisitos e equipamentos com capacidade para suportar os serviços oferecidos pelo Banco.

Os dados são continuamente replicados em um Centro de Processamento (site secundário), localizado em Alphaville, Barueri - SP, onde estão instalados equipamentos capacitados para assumir as atividades dos principais sistemas, em caso de impedimento do CTI. Todos os canais de atendimento contam com serviços de telecomunicações que alcançam qualquer um dos dois centros de processamento. Em caso de interrupção de fornecimento da energia elétrica pública, ambos os centros têm autonomia para 72 horas ininterruptas. Após este período inicial, os centros de tecnologia podem continuar funcionando indefinidamente, dependendo apenas do reabastecimento de combustível que alimenta os geradores responsáveis pelo fornecimento de energia elétrica.

9.13 A gestora possui filtro de e-mail, firewall e sistemas de antivírus?

Sim.

9.14 São realizados testes periódicos para verificação de segurança e integridade de sistemas?
Com que frequência?

Referente à segurança dos sistemas, são realizadas semestralmente as revisões de acessos e pelo menos uma vez ao ano os testes periódicos para garantir a efetividade da estrutura, dos processos e procedimentos de contingência.

10. Compliance e controles internos

10.1 A gestora adota procedimentos de monitoramento contínuo das regulamentações e autorregulamentação aplicáveis ao seu segmento de atuação com execução de ações preventivas e corretivas? Em caso positivo, descreva os procedimentos adotados.

Sim, Bram possui a área de Risco Regulatório e Governança que presta atendimento aos reguladores e autorreguladores, além disso ela monitora os questionários de Rating, elabora normas e procedimentos, realiza treinamentos regulatórios e estabelece o controle de certificações.

10.2 Descreva os procedimentos adotados pela gestora para controlar a faixa de preços dos ativos e valores mobiliários negociados para os fundos de investimento sob sua gestão. O controle realizado para controlar a faixa de preços dos ativos de valores mobiliários negociados para os fundos de investimentos sob gestão é feito por meio de ferramentas que operam títulos públicos e crédito privado com base nos intervalos referenciais de preços divulgados pela anbima.

10.3 Descreva o processo para adesão ao Código de Ética e Conduta, bem como suas atualizações, pelas profissionais que trabalham na gestora.

A Bram conta com o sistema EDM, que é um sistema no qual é possível realizar o gerenciamento de diferentes tipos de documentos usando programas de computador e armazenamento no qual seus profissionais devem ler e assinar um temo confirmando a leitura.

10.4 Descreva como é realizado o monitoramento da política de investimentos pessoais.

A BRAM possui “Norma de Investimentos Pessoais”, que tem como objetivo estabelecer regras de negociações com títulos e valores mobiliários, realizadas pelos funcionários da BRAM – Bradesco Asset Management S.A. DTVM e funcionários da Organização Bradesco que exerçam suas atividades em suas dependências, visando evitar conflito de interesses entre investimentos pessoais de colaboradores e os investimentos dos fundos sob gestão da BRAM.

A adesão às regras contidas na norma ocorre por meio de assinatura do respectivo termo de adesão, no ato de sua contratação ou transferência. As atualizações ou alterações da Norma serão encaminhadas via e-mail corporativo a todas as pessoas abrangidas por esta norma.

O monitoramento das operações de funcionários é realizado pela área de risco da BRAM, responsável pela aprovação das operações e pela fiscalização deste processo.

10.5 Existe fundo ou outro instrumento de investimento exclusivo para sócios e executivos da gestora?

Sim.

10.6 Descreva os procedimentos de monitoramento implementados para prevenção e detecção de práticas ilícitas de trading (ex: front running, insider trading, spoofing etc.).

Sim. A Bram possui sistema específico de monitoramento de práticas abusivas tais como spoofing, layering e front running.

10.7 Descreva os procedimentos adotados para PLDFT no processo de seleção e alocação e monitoramento na negociação de ativos.

Para monitoramento do PLD Ativo a BRAM utiliza a ferramentas internas e contratadas para elaborar relatório de análise de emissores, que é utilizado no processo de análise e decisão de investimento.

10.8 Caso a gestora desenvolva outras atividades, descreva sua política de chinese wall, informando como se dá a proteção de informações entre departamentos e os potenciais conflitos de interesse advindos das diferentes atividades.

As atividades da BRAM estão totalmente protegidas por chinese wall visto que ela é uma empresa de administração de recursos independente, unicamente focada na administração de recursos de terceiros e na distribuição dos fundos por ela geridos.

Como segurança para o Investidor, a BRAM possui diversas formas de preservar os interesses dos investidores:

- Chinese Wall

O cliente em primeiro lugar. A separação entre os recursos e interesses do administrador (de um lado) e os recursos e interesses dos investidores (do outro) assegura que não haja conflito de

interesses entre a gestão de recursos dos investidores pela BRAM e a gestão de recursos proprietários do Bradesco.

- Marcação dos Ativos pelo Valor Justo

Assegurando o tratamento equitativo dos cotistas, com objetivo de evitar a transferência de riquezas entre eles.

- Política de Distribuição de Ordens

Todos os fundos e carteiras são tratados de maneira equitativa no momento da distribuição de uma operação, pois os comitentes são estabelecidos antes da operação ser executada – isso protege o cotista de arbitrariedades na alocação das ordens.

- Gestão de acordo com a Política de Investimento

A política de investimento é o guia por meio do qual o investidor escolhe um fundo. A aderência da composição de carteira à política de investimento é assegurada pela área de Risco Operacional.

10.9 Descreva as regras e procedimentos de monitoramento das operações realizadas fora de plataformas eletrônicas de negociação, enfatizando estabelecimento de preços e fontes de referência utilizadas.

A área de Risco Operacional valida os preços praticados nas negociações dos operadores de carteira, a seguir alguns procedimentos adotados:

1. Validação de PU e Taxa - calcula o preço unitário encontrando a taxa mencionada e vice-versa (BlankSys – Renda Fixa);
2. Verificação tela de cotação da Bloomberg ou ANDIMA e, sempre que possível, busca de três ranges cuja operação esteja incluída;

Os operadores arquivam suas telas de cotações.

10.10 Como é verificado a adesão dos limites de risco, limites legais ou regulamentares das posições dos fundos sob gestão da gestora? A gestora utiliza algum agente externo? (Ex.: consultoria)

Sim. Além da área de Risco da BRAM que monitora e controla os limites dos fundos, contamos com o departamento de Ação e Custódia do Banco Bradesco. Ele é responsável por notificar aos órgãos reguladores quaisquer desenquadramentos ocorridos, evitando assim conflitos de interesse.

10.11 Descreva como são tratados os conflitos de interesse resultantes da participação ou atuação dos sócios ou executivos em outros negócios, bem como de sua eventual participação em conselhos fiscais e de administração.

A BRAM possui norma que estabelece as diretrizes para identificação, gerenciamento e mitigação de potenciais ou efetivos conflitos de interesse que possam existir no exercício da atividade de gestão de recursos de terceiros com a finalidade de preservar e proteger os interesses dos clientes e assegurar a independência da atividade de gestão. Adicionalmente estabeleceu regras e procedimentos relativos a segregação física, lógica e de funções das atividades realizadas na BRAM.

10.12 A gestora recebe comissões/remuneração (rebate) pela alocação em ativos e valores financeiros? Quais as regras?

Sim. Caso a gestora receba comissão/remuneração (rebate) será avaliado cada caso concreto e será definido em contrato pelas partes todas as regras que deverão ser seguidas.

11. Jurídico –

11.1 Descreva como são tratadas as questões jurídicas e legais da gestora (departamento jurídico próprio ou consultoria de terceiros).

A BRAM não possui um departamento jurídico próprio, os profissionais de direito que atendem a BRAM estão alocados no Jurídico do Banco Bradesco de forma a evitar conflitos de interesse.

12. Anexos ou endereço eletrônico

	Anexo ou link
12.1 Resumo profissional dos responsáveis pelas áreas e equipe de gestão	X
12.2 Código de ética e conduta	bradescoasset.com.br/BRAM/static_files/portal/files/Governanca/Politica%20BRAM/2019/Codigo_de_Etica.pdf
12.3 Manual/Política de Exercício de Direito de Voto (Proxy Voting)	bradescoasset.com.br/BRAM/static_files/portal/Files/Governanca/Norma_de_Exercicio_de_Direito_de_Voto.pdf
12.4 Relatório de Rating	X
12.5 Manual/Política de Liquidez	X
12.6 Manual/Política de Suitability (caso a gestora realize distribuição de cotas dos fundos geridos)	-

12.7	Formulário de referência	<i>bradescoasset.com.br/BRAM/ static_files/portal/files/ Governanca/Políticas%20 BRAM/2019/Formulario_de _Referencia_versao_7_marco 19.pdf</i>	
12.8	Manual/Política de controles internos e compliance		X
12.9	Manual/Política de gestão de risco	<i>bradescoasset.com.br/BRAM/ static_files/portal/files/ Governanca/Políticas% 20BRAM/2019/Gestao_de _Risco.pdf</i>	
12.10	Manual/Política de investimentos pessoais	<i>bradescoasset.com.br/BRAM/ static_files/portal/files/ Governanca/Políticas% 20BRAM/2019/Investimentos_ Pessoais.pdf</i>	
12.11	Manual/Política de rateio e divisão de ordens entre as carteiras de valores mobiliários	<i>bradescoasset.com.br/BRAM /static_files/portal/files /Governanca/Políticas %20BRAM/2019/Rateio _de_Divisao_de_Ordens.pdf</i>	
12.12	Manual/Política de segurança de informação		X
12.13	Manual/Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro		X
12.14	Manual/Política de KYC		X
12.15	Manual/Política que tratem da troca de informações entre a atividade de distribuição realizada pela gestora e os administradores fiduciários		-
12.16	Manual/Política de Responsabilidade Socioambiental		X
12.17	Manual/Política de seleção e contratação de terceiros		X
12.18	Lista das corretoras aprovadas (se houver)	A lista de corretoras aprovadas está a disposição na sede da gestora.	



São Paulo, 30 de Outubro de 2019

<i>Regbromini</i>	<i>Ricardo Augusto Mizukawa</i>
BRAM REGULATÓRIO	RICARDO AUGUSTO MIZUKAWA – SUPERINTENDENTE EXECUTIVO <i>mizukawa</i> MARIA ISABEL CRUZ DE PAULA MATTOS – SUPERINTENDENTE COMERCIAL
BRAM REGULATÓRIO	
11-3847-9083	11-3847-9083
BRAM@BRAM.BRADESCO.COM.BR	BRAM@BRAM.BRADESCO.COM.BR

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização -

1.1 Nome do fundo

BRDESCO INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA IMA-B 5

1.2 CNPJ

20.216.216/0001-04

1.3 Data de início

08/08/2014

1.4 Classificação ANBIMA

Renda Fixa Duração Alta Grau de Investimento

1.5 Código ANBIMA

374131

1.6 O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não

1.7 Classificação tributária (CP/LP/Ações)

Longo Prazo

1.8 Descreva o público-alvo.

O FUNDO destina-se a Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar, regimes próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, clientes Corporate e/ou Fundos de Investimento e Carteiras Administradas.

1.9 O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?

O Fundo atende as vedações específicas para atendimento ao público alvo

1.10 Conta corrente (banco, agência, nº) –

Banco:Bradesco

Agência:2856-8

C/C: 005.083-0

1.11 Conta CETIP (nº) - Comercial

2023100-0

1.12 Administração (indique contato para informações).

BANCO BRADESCO S.A

1.13 Custódia (indique contato para informações).

Banco Bradesco S.A.

1.14 Auditoria externa –

Price

Caso se aplique, informar:

Escriturador

Custodiante

Consultor Especializado

Assessor Jurídico

Co-gestor

Distribuidor

Outros

Banco Bradesco S.A.

Banco Bradesco S.A.

Não se aplica

Não se aplica

Não se aplica

Banco Bradesco S.A.

-

1.15

1.16 Cotização: abertura ou fechamento?

Fechamento

Regras para aplicação e resgate:

Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)

Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.

D+0

Não possui

Resgate D+1

1.17

Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)

Liquidação D+1

Horário movimentação : 14:00

Aplicação inicial mínima

Aplicação máxima por cotista

Aplicação adicional mínima

Resgate mínimo

R\$ 50.000,00

-

R\$ 5.000,00

-

1.18 Taxa de Entrada (upfront fee)

Não possui.

1.19 Taxa de Saída (redemption fee)

Não possui.

1.20 Taxa de administração

0,20%



1.21 Taxa de administração máxima

Não possui.

1.22 Taxa de custódia máxima

A título de taxa máxima de custódia, o percentual anual de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor de seu patrimônio líquido.

Taxa de Performance

% (Percentual)

Não possui

1.23 Benchmark

IMA-B 5

Frequência

-

Linha-d'água (sim ou não)

-

Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)

-

1.24 Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.

As despesas que poderão ser pagas estão dispostas no artigo 12 do regulamento do fundo, são elas:

I - taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO; II - despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação vigente; III - despesas com correspondências de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos Cotistas; IV - honorários e despesas do Auditor Independente; V - emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO; VI - honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso; VII - parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções; VIII - despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto decorrente de ativos financeiros do FUNDO, se for o caso; IX - despesas com liquidação, registro, e custódia de operações com títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais; X - despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de valores mobiliários, se for o caso; XI - taxa de administração e taxa de performance, quando previstas neste Regulamento; XII - os montantes devidos a fundos investidores na hipótese de acordo de remuneração com base na taxa de administração e/ou performance, observado o disposto na legislação vigente; e XIII - honorários e despesas relacionadas à atividade de formador de mercado.

1.25 Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).

Não.

2. Perfil -

2.1 Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.

O FUNDO tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade que busque superar a variação do IMA-B 5, por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados domésticos de taxa de juros pós-fixadas e pré-fixadas, e índices de preço, excluindo estratégias que impliquem risco de moeda estrangeira ou de renda variável. A rentabilidade do FUNDO variará conforme o comportamento da variação dos preços dos ativos financeiros e modalidades operacionais em carteira, sendo também impactada pelos custos e despesas do FUNDO e pela taxa de administração de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano.

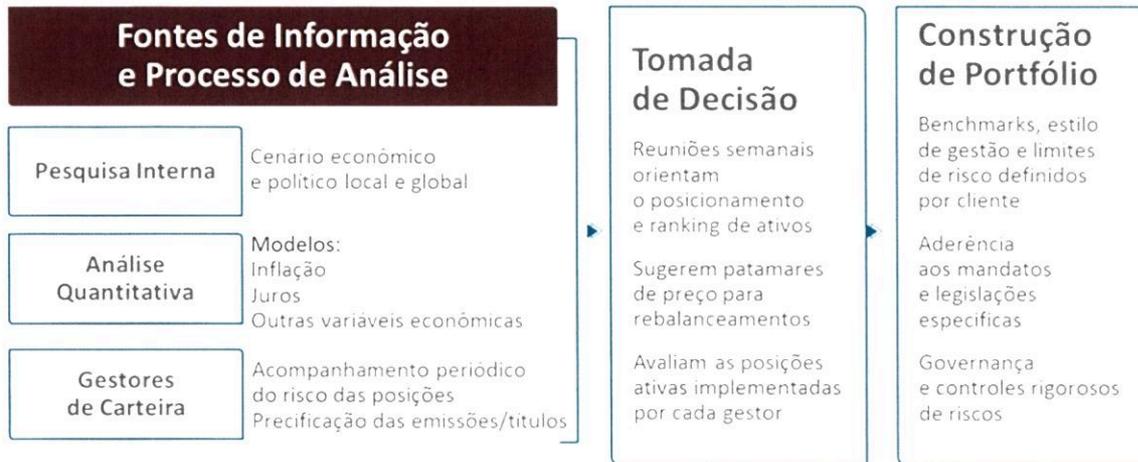
2.2 Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.

Como regra geral, as políticas de investimentos foram “preservadas” nas suas diretrizes básicas, mesmo após o início da vigência da Instruções CVM 555 (fundos) e CVM 554 (alterou a ICVM 539 – “Suitability”), dado que esta última também trouxe “impactos” no público alvo e consequentemente em alguns limites de investimento definidos em alguns fundos.

Entretanto, algumas alterações trazidas pela nova norma foram realizadas nos tópicos mencionados (somente para alguns dos fundos aqui mencionados), sendo que basicamente elas podem ser resumidas em 2 itens:

- a) Eventual ajuste no Público Alvo do fundo, em função da Condição do Investidor atualizada pela norma (Qualificado e Profissional – ICVM 554/539);
- b) Ampliação de limites de investimentos (desde que já previstos nas respectivas políticas de investimento dos regulamentos até então vigentes) para algumas classes de ativos (Ex. Investimentos no Exterior de 20% para 40%, mas apenas para os fundos que já permitiam este tipo de ativo).

2.3 Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.



2.4

Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos. –



3. Equipe de gestão do fundo

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

Head de Renda Fixa: Marcelo Toledo

Gestor responsável pelo fundo:

Claudio Serra e Eduardo Bertoluci

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

Em abril/2018, o Sr. Ricardo Pereira de Almeida foi nomeado Diretor Superintendente da BRAM;

4. Estratégias e carteiras –

- 4.1** Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

Os testes de Estresse são feitos com nosso cenário de mercado. Seu resultado serve como parâmetro para verificação de aderência ao limite de risco dos nossos fundos. O cenário é baseado em eventos históricos.

- 4.2** O fundo pode realizar operações de day trade?
O fundo veda operações de day trade.

5. Uso de derivativos

Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:			
5.1	Proteção de carteira ou de posição	SIM (X)	NÃO ()
	Mudança de remuneração/indexador	SIM (X)	NÃO ()
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM ()	NÃO (X)
	Alavancagem	SIM ()	NÃO (X)
Mercados em que são utilizados derivativos:			
5.2	Juros	SIM (X)	NÃO ()
	Câmbio	SIM ()	NÃO (X)
	Ações	SIM ()	NÃO (X)
	Commodities	SIM ()	NÃO (X)
	Em Bolsas:		
	Com garantia	SIM (X)	NÃO ()
	Sem garantia	SIM ()	NÃO (X)
	Em Balcão		
Com garantia	SIM (X)	NÃO ()	
Sem garantia	SIM ()	NÃO (X)	

- 5.3** Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado?
Não se aplica.

6. Compra de cotas de fundos de investimento

- 6.1** De fundos de terceiros? | SIM () NÃO (X)
- 6.2** De fundos da gestora? | SIM (X) NÃO ()

7. Informações adicionais

7.1 PL atual.
R\$ 722.271.156,93

7.2 PL médio em 12 (doze) meses.
R\$ 621.458.151,54

7.3 PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.
R\$ 13.693.509.129,51

7.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?

O fundo não possui limitação de captação ou estratégia, visto que utiliza-se de mercado líquido para montagem de suas operações.

7.5 Número de cotistas.
105

7.6 Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?

Não possui.

7.7 Descreva as regras de concentração de passivo.

Média, este fundo possui média concentração de passivo, visto que os cinco maiores cotistas detém 56,71% do patrimônio.

7.8 Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.
56,71%

7.9 Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?

Não houve nenhuma mudança.

7.10 A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?

Não.

8. Gestão de risco -

8.1 Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.

Não se aplica.

8.2 Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.

A liquidez dos fundos é acompanhada por meio do Índice de Liquidez, sendo este elaborado através da avaliação de liquidez dos ativos e da análise do comportamento do passivo do fundo. A análise de passivo é elaborada com análises de concentração e comportamento dos cotistas, já a de ativos se dá com a análise dos emissores e também de negociação dos ativos no mercado

8.3 Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.

Não se aplica.

8.4 Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?

Não se aplica.

8.5 Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?

As principais medidas utilizadas para monitoramento e controle de risco são:

As principais medidas utilizadas para monitoramento e controle de risco são:

VaR: paramétrico com 95% de intervalo de confiança e EWMA 0,94;

BVaR: valor em risco relativo a um benchmark referencial de mercado;

Tracking Error ex post: desvio padrão da diferença entre os retornos do portfólio e do benchmark;

Stress Testing: simulação de choques nas carteiras dos portfólios em cenários próprios e BM&F (vide questão 4.1);

Turn Over: observação do percentual de giro dos portfólios em determinadas janelas de tempo;

Custo de transação: observação dos custos de negociação dos portfólios em determinadas janelas de tempo;

8.6 Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais? (**RISCO**)

Além dos limites específicos indicados pelos clientes em suas políticas de investimentos, são observadas as medidas de VaR, Stress, principal fator de risco e duration.

8.7 Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5

Procedimentos de Controle de Limites de Risco

O objetivo do controle de limites é auxiliar a gestão das carteiras nas suas decisões de investimento em relação ao valor de risco de mercado das posições assumidas. Para isto, o mecanismo adotado é a utilização de uma estrutura de 3 níveis de limites gerenciais de risco da seguinte forma:

1º Limite de Gestão corresponde ao limite do indicador de risco de referência (Ex: VaR, BVaR, EQM, TE, etc) em situações consideradas normais de mercado. É o limite de risco de referência para a aquisição de ativos que aumenta o risco da carteira. Acima deste, o gestor não deve adquirir ativos que aumentem o risco da carteira.

- Superou o limite: A gestão registra a sua decisão de ações seguintes. Exemplo: Se o risco aumentar para "x" reduzirei as posições para voltar ao patamar "y" de risco.

2º Limite de Volatilidade corresponde ao limite do indicador de risco de referência (Ex: VaR, BVaR, etc) em que o aumento do valor de risco da carteira é causado pelo aumento da volatilidade dos ativos, sem que houvesse a aquisição de ativos na posição da carteira desde o rompimento do 1º limite.

- Superou o limite: A área de risco solicita a redução de posições ou a gestão registra novas decisões de ações futuras em relação às suas posições (o que inclui assumir a responsabilidade pelas consequências ligadas ao resgate de cotistas).

3º Limite de Rompimento corresponde ao limite máximo do indicador de risco de referência (Ex: VaR, BVaR, etc) que o cliente suporta e no qual pode vir a causar o resgate de recursos.

- Superou o limite: A área de risco comunica a direção pela necessidade de redução de posição para adequar o risco da carteira.

8.8 Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?

BVaR 0,7% a.d.

8.9 De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?

Os limites são apurados pelo sistema Mitra e pelos relatórios realizados pela área de risco.

8.10 Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.

Não se aplica

Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos:	
3 meses?	0,005%
8.11 6 meses?	0,010%
12 meses?	0,012%
24 meses?	0,013%

8.12 Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?

Não se aplica.

8.13 Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B³ ou o próprio)?

Não se aplica.

8.14 Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?

Não há limite de Stress.

8.15	3 (três) meses?	2,083%
	6 (seis) meses?	2,022%
	12 (doze) meses?	2,043%
	24 (vinte e quatro) meses?	1,937%

8.16 Comente o último stop loss relevante do fundo.
Nao se aplica.

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	Variação próxima ao Benchmark	Não se aplica
Maior/17 – Jun/17	Crise do governo Temer	Variação próxima ao Benchmark	Não se aplica

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo –

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	27/04/2018- 14/06/2018	N/A	3,34%	Comportamento de acordo com a estratégia do fundo	30 DU
2	16/05/2017- 18/05/2017	N/A	2,93%	Comportamento de acordo com a estratégia do fundo	39 DU
3	08/11/2016- 14/11/2016	N/A	---	Comportamento de acordo com a estratégia do fundo	12 DU

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1 Atribuição: | Contribuição:

Ativo	Contribuição Nominal	Rentabilidade Acima do Bench
Compromissada	2,58%	0,06%
FIDC	0,05%	0,00%
Pré	0,38%	-0,03%
Títulos Privados IPCA	0,65%	-0,02%
Títulos Públicos CDI/SELIC	0,07%	0,00%
Títulos Públicos IPCA	80,88%	-0,23%
Despesas	-0,28%	-2,21%
Total	84,33%	-2,42%

11.2 Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).

A estratégia do fundo não é alterada

11.3 O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?

Não.

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1 Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

A carteira diária com a composição detalhada é disponibilizada mensalmente com data base no mês anterior.

12.2 Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos? Para clientes institucionais e RPPS é realizado calls mensais com cenário econômico e estratégias de investimentos.

12.3 Por quais canais o fundo é distribuído?

Para os canais de distribuição do fundo, por favor, contate a área de atendimento na questão 13.3

12.4 Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?

(i) 94,36%; (ii) 3,94%; (iii) 0,53%; (iv) 0,45%; (v) 0,27%.

13. Atendimento aos cotistas

13.1 Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?

Os relatórios são fornecidos conforme regulamentação em vigor: a divulgação das cotas é feita diariamente por e-mail e na CVM, os extratos são cadastrados para envio diretamente da custódia por e-mail e a carteira mensal é disponibilizada na CVM e pode ser enviada pela equipe responsável pela distribuição.

Os relatórios podem ser adaptados às necessidades dos clientes de acordo com a disponibilidade do sistema.

Seguem abaixo alguns exemplos dos materiais disponibilizados mensalmente:

- Relatórios de Gestão: Produzido com os comentários da própria equipe de investimentos da Bradesco Asset Management, os relatórios mensais apresentam a visão sobre o cenário macroeconômico, as perspectivas de mercado e as performances dos fundos de investimentos e seus benchmarks.
- Conference Call Mensal: Exclusivo para clientes Institucionais, essa apresentação mensal é conduzida pelo economista-chefe, diretores de investimentos e Portfolio Specialist com o objetivo de abordar o cenário econômico atual e as estratégias para os próximos meses.
- Relatórios de Macroeconomia: Relatórios detalhados e exclusivos do cenário Econômico mundial, local e estratégias de investimentos produzidas pelo time de macroeconomia da Bradesco Asset Management, como:
- Informe Econômico: Informe semanal como o objetivo de apresentar os principais acontecimentos econômicos e seus impactos nos investimentos.
- Foco Econômico: Relatório mensal que contém uma avaliação concisa do cenário econômico no período correspondente.
- Síntese Mensal: Síntese divulgada mensalmente e aborda o cenário econômico na atualidade, contando com uma análise mais aprofundada da economia nas principais regiões ao redor do mundo.
- Tópico Econômico (Nacional E Internacional): Seu conteúdo discute temas relevantes do foro econômico no curto prazo, tendo como objetivo esboçar um cenário prospectivo da economia local e internacional.

13.2 Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?

ANBIMA, Bloomberg, CVM, site do banco Bradesco. As atualizações dependem da disponibilidade de cada entidade responsável.

13.3 Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?

A BRAM possui uma área de atendimento denominada Client Service, onde todas as solicitações da Fundação serão centralizadas e atendidas. O acesso é feito por meio do telefone (11) 2178-6700 e por e-mail, das 08h às 18h

Para clientes RPPS o atendimento é feito pela equipe de Investimentos (11) 2178-6540 e por e-mail, das 08h às 17h

14. Investimento no exterior -

14.1 Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.

Não se aplica.

14.2 Quais os riscos envolvidos?

Não se aplica.

14.3 Quais são os mercados em que o fundo opera?

Não se aplica.

14.4 Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?

Não se aplica.

14.5 Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros).

Administrador Fiduciário

Custodiante

Auditor

RTA

Prime Brokers

NAV Calculator

Domicílio do fundo

Taxa de administração

Código ISIN do fundo

Moeda do domicílio fundo no exterior

Outros prestadores de serviço, dos

investimentos no exterior, caso exista.

Não se aplica.

14.6 Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.

Não se aplica.

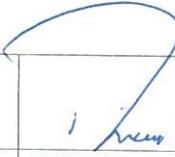
14.7 Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.

Não se aplica.

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	x
15.2	Formulário de informações complementares	x
15.3	Última lâmina de informações essenciais	x
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	x

[São Paulo, 14 de outubro de 2019]

	
BRAM REGULATÓRIO	RICARDO AUGUSTO MIZUKAWA – SUPERINTENDENTE EXECUTIVO  MARIA ISABEL CRUZ DE PAULA MATTOS – SUPERINTENDENTE COMERCIAL
BRAM REGULATÓRIO	
11-3847-9083	11-3847-9083

Associação Brasileira das Entidades
dos Mercados Financeiro e de Capitais



BRAM@BRAM.BRADESCO.COM.BR	BRAM@BRAM.BRADESCO.COM.BR

ANEXO I – FUNDOS DE INVESTIMENTO

1. Alterações desde a última atualização -

1.1 Nome do fundo

Bradesco Fundo de Investimento em Ações Dividendos

1.2 CNPJ

06.916.384/0001-73

1.3 Data de início

09/09/2004

1.4 Classificação ANBIMA

Ações Dividendos

1.5 Código ANBIMA

131180

1.6 O fundo já sofreu alteração com perda de histórico de informação do mesmo?

Não.

1.7 Classificação tributária (CP/LP/Ações)

Renda Variável

1.8 Descreva o público-alvo.

O fundo destina-se a investidores em geral que possuam tolerância às oscilações e riscos da bolsa de valores.

1.9 O regulamento prevê, explicitamente, adequação a alguma legislação específica aplicável ao cotista, p. ex., Resolução do CMN?

Não.

1.10 Conta corrente (banco, agência, nº) –

Banco 237 / Agência 0285-6 /C/c 014795-8

1.11 Conta CETIP (nº) -

5863800-8

1.12 Administração (indique contato para informações).

BEM DTVM

1.13 Custódia (indique contato para informações).

Banco Bradesco S.A.

1.14 Auditoria externa –

KPMG

Caso se aplique, informar:

Escriturador	Não se aplica
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
1.15 Consultor Especializado	Não se aplica
Assessor Jurídico	Não se aplica
Co-gestor	Não se aplica
Distribuidor	Banco Bradesco S.A.
Outros	-

1.16 Cotização: abertura ou fechamento?

Fechamento

Regras para aplicação e resgate:

Aplicação (datas, horários, cotização e liquidação)
Carência/Tempo mínimo para permanência (lock-up period) e eventuais penalidades para resgates antes do término desse período.

D+1

Não possui

Resgate D+1

1.17 Resgate (datas, horários, cotização e liquidação)

Liquidação D+3

Aplicação inicial mínima
Aplicação máxima por cotista
Aplicação adicional mínima
Resgate mínimo

Horário movimentação : 16:30

R\$ 30.000.000,00

-

-

-

1.18 Taxa de Entrada (upfront fee)

Não possui.

1.19 Taxa de Saída (redemption fee)

Não possui.

1.20 Taxa de administração

1,50%

1.21 Taxa de administração máxima

Não possui.

1.22 Taxa de custódia máxima

A título de taxa máxima de custódia, o percentual anual de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor de seu patrimônio líquido.

1.23 Taxa de Performance

% (Percentual)

| Não possui

Benchmark	Ibovespa
Frequência	-
Linha-d'água (sim ou não)	-
Método de cálculo (ativo/passivo/ajuste)	-

1.24 Despesas do fundo pagas ao grupo econômico do administrador (e da gestora, se este for diferente) excluindo-se as taxas de Administração e de Performance.

As despesas que poderão ser pagas estão dispostas no artigo 12 do regulamento do fundo, são elas:

I - Taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do FUNDO;

II - Despesas com o registro de documentos em cartório, impressão, expedição e publicação de relatórios e informações periódicas previstas na regulamentação vigente;

III - despesas com correspondência de interesse do FUNDO, inclusive comunicações aos Cotistas;

IV - honorários E despesas do Auditor Independente;

V - emolumentos e comissões pagas por operações do FUNDO;

VI - Honorários de advogado, custas e despesas processuais correlatas, incorridas em razão de defesa dos interesses do FUNDO, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação imputada ao FUNDO, se for o caso;

VII - parcela de prejuízos não coberta por apólices de seguro e não decorrente diretamente de culpa ou dolo dos prestadores dos serviços de administração no exercício de suas respectivas funções;

VIII - despesas relacionadas, direta ou indiretamente, ao exercício de direito de voto do FUNDO pelo ADMINISTRADOR ou por seus representantes legalmente constituídos, em assembleias gerais das companhias nas quais o FUNDO detenha participação, se for o caso; IX - despesas com liquidação, registro e custódia de títulos e valores mobiliários, ativos financeiros e modalidades operacionais;

X - Despesas com fechamento de câmbio, vinculadas às suas operações ou com certificados ou recibos de depósito de ativos financeiros, se for o caso;

1.25 Há acordo de remuneração com cláusula de reversão de rebate para o fundo? (pagamento e/ou recebimento).

Não.

2. Perfil -

- 2.1** Descreva o fundo no que tange à estratégia, ao objetivo de rentabilidade e à política de investimento.

O fundo busca rentabilidade que supere o Ibovespa, através da alocação em ações de empresas de pequeno e médio porte que não estejam incluídas entre as 25 maiores participações do IBRX. É uma alternativa para a diversificação das aplicações, pois oferece a possibilidade de atingir retornos mais expressivos no longo prazo em função dos maiores riscos assumidos.

- 2.2** Descreva as alterações significativas na estratégia ou na política de investimento no histórico do fundo.

Não houveram mudanças no histórico do fundo.

- 2.3** Descreva o processo decisório de investimento deste fundo de investimento.

PROCESSO DE INVESTIMENTO RENDA VARIÁVEL

Fontes Externas (Channel Check)	Análise Qualitativa	Análise Quantitativa	Construção do Portfólio	Disciplina de Investimento
<p>Extensa rede de relacionamento com stakeholders</p> <p>Fornecedores, clientes, acionistas e management</p>	<p>Top Down</p> <p>Cenário macroeconômico e seus impactos em cada empresa/setor</p> <p>Exposição de cada setor/empresa aos ciclos econômicos</p> <p>Bottom Up</p> <p>Abordagem holística do balanço (integração entre análise de renda variável e crédito)</p>	<p>Screening Proprietário</p> <p>Combina fatores de qualidade e momentum</p>	<p>Scorecard Combinado e Dinâmico</p> <p>A classificação das empresas nos fatores acima orienta a alocação nos portfólios, considerando restrições de liquidez do ativo</p> <p>Aderência aos mandatos, mensuração e controle rigoroso de riscos por estratégia</p>	<p>Reduz a influência de ruídos de curto prazo</p> <p>Pensamento probabilístico: análise de cenários e seus impactos no portfólio</p> <p>Margem de Segurança</p> <p>Acompanhamento do <i>performance attribution</i> setorial para controle de perdas e manutenção de posições vencedoras</p>

- 2.4** Cite as premiações, ratings e rankings dos últimos 05 anos. –

45. | ▶



3. Equipe de gestão do fundo -

3.1 Cite os profissionais envolvidos na gestão

Diretores Responsáveis pela Gestão:

Ricardo Almeida

Gestor responsável pelo fundo:

Milton Cabral e José Baltieri

3.2 Cite o histórico de alterações significativas na equipe nos últimos 05 anos.

Em abril/2018, o Sr. Ricardo Pereira de Almeida foi nomeado Diretor Superintendente da BRAM;

4. Estratégias e carteiras –

4.1 Descreva as regras, procedimentos e limites específicos de gestão para o fundo, em cenários de stress.

Os testes de Estresse são feitos com nosso cenário de mercado. Seu resultado serve como parâmetro para verificação de aderência ao limite de risco dos nossos fundos. O cenário é baseado em eventos históricos.

4.2 O fundo pode realizar operações de day trade?

O fundo veda operações de day trade.

5. Uso de derivativos

	Com que objetivo(s) são utilizados derivativos:	
5.1	Proteção de carteira ou de posição	SIM (x) NÃO ()
	Mudança de remuneração/indexador	SIM (x) NÃO ()
	Estratégias combinadas (floors, caps, collars, spreads, straddles, box, financiamentos com termo etc.)	SIM (x) NÃO ()
	Alavancagem	SIM () NÃO (x)

	Mercados em que são utilizados derivativos:	
5.2	Juros	SIM () NÃO (x)
	Câmbio	SIM () NÃO (x)
	Ações	SIM (X) NÃO ()
	Commodities	SIM () NÃO (x)
	Em Bolsas:	
	Com garantia	SIM (x) NÃO ()
	Sem garantia	SIM (x) NÃO ()
	Em Balcão	
	Com garantia	SIM (x) NÃO ()
	Sem garantia	SIM (x) NÃO ()

5.3 Qual a abordagem da gestora no investimento em ativos de crédito privado?
Não se aplica.

6. Compra de cotas de fundos de investimento

6.1	De fundos de terceiros?	SIM () NÃO (x)
6.2	De fundos da gestora?	SIM () NÃO (x)

7. Informações adicionais

7.1 PL atual.
R\$ 2.856.691.740,79

7.2 PL médio em 12 (doze) meses.

R\$ 2.140.468.708,96

7.3 PL atual da mesma estratégia sob gestão da gestora.

R\$ 3.167.368.218,01

7.4 Qual a capacidade máxima estimada de captação de recursos do fundo e de sua estratégia? Quais são os critérios de definição?

-

7.5 Número de cotistas.

2.611

7.6 Qual percentual do passivo do fundo representa aplicações da gestora, controladores, coligadas, subsidiárias, de seus sócios e principais executivos?

-

7.7 Descreva as regras de concentração de passivo.

Alta, tendo em vista que o fundo possui apenas 2 cotistas

7.8 Percentuais detidos pelos dez maiores cotistas.

39,23%

7.9 Houve alguma mudança de prestadores de serviços de administração fiduciária e/ou de custódia nos últimos 05 anos da operação do fundo? Quando?

Não houve nenhuma mudança de prestadores de serviços.

7.10 A última demonstração financeira foi emitida com obteve algum parecer modificado (com ressalva, com abstenção de opinião, ênfase, parecer adverso opinião) pelo auditor independente?

Não.

8. Gestão de risco -

8.1 Descreva as regras de exposição a risco de crédito específicas do fundo.

Não se aplica.

8.2 Descreva as regras de liquidez para ativos específicas do fundo.

A liquidez dos fundos é acompanhada por meio do Índice de Liquidez, sendo este elaborado através da avaliação de liquidez dos ativos e da análise do comportamento do passivo do fundo. A análise de passivo é elaborada com análises de concentração e comportamento dos cotistas, já a de ativos se dá com a análise dos emissores e também de negociação dos ativos no mercado.

8.3 Caso o Fundo opere derivativos sem garantia, descreva como é realizado o controle.

Não se aplica.

8.4 Se houver na carteira do fundo, ativos/derivativos ilíquidos/exóticos, como a gestora realiza o acompanhamento?

Não se aplica.

8.5 Qual(is) a(s) metodologia(s) de controle de risco utilizada(s) (por ex.: VaR, Tracking Error e Expected Shortfall)?

As principais medidas utilizadas para a gestão de risco são:

VaR: paramétrico com 95% de intervalo de confiança e EWMA 0,94;

BVaR: valor em risco relativo a um benchmark referencial de mercado;

Tracking Error ex post: desvio padrão da diferença entre os retornos do portfólio e do benchmark;

Stress Testing: simulação de choques nas carteiras dos portfólios em cenários próprios e BM&F (vide questão 4.1);

Turn Over: observação do percentual de giro dos portfólios em determinadas janelas de tempo;

Custo de transação: observação dos custos de negociação dos portfólios em determinadas janelas de tempo;

8.6 Existem limites adicionais àqueles que constam no regulamento/regulação (por ex: concentração por setor, emissor, contraparte, tipo de risco)? Quais? **(RISCO)**

8.7 Descreva o processo decisório utilizado em caso de violação dos limites citados no item 8.5

Procedimentos de Controle de Limites de Risco

O objetivo do controle de limites é auxiliar a gestão das carteiras nas suas decisões de investimento em relação ao valor de risco de mercado das posições assumidas. Para isto, o mecanismo adotado é a utilização de uma estrutura de 3 níveis de limites gerenciais de risco da seguinte forma:

1º Limite de Gestão corresponde ao limite do indicador de risco de referência (Ex: VaR, BVaR, EQM, TE, etc) em situações consideradas normais de mercado. É o limite de risco de referência para a aquisição de

ativos que aumenta o risco da carteira. Acima deste, o gestor não deve adquirir ativos que aumentem o risco da carteira.

- Superou o limite: A gestão registra a sua decisão de ações seguintes. Exemplo: Se o risco aumentar para "x" reduzirei as posições para voltar ao patamar "y" de risco.

2º Limite de Volatilidade corresponde ao limite do indicador de risco de referência (Ex: VaR, BVaR, etc) em que o aumento do valor de risco da carteira é causado pelo aumento da volatilidade dos ativos, sem que houvesse a aquisição de ativos na posição da carteira desde o rompimento do 1º limite.

- Superou o limite: A área de risco solicita a redução de posições ou a gestão registra novas decisões de ações futuras em relação às suas posições (o que inclui assumir a responsabilidade pelas consequências ligadas ao resgate de cotistas).

3º Limite de Rompimento corresponde ao limite máximo do indicador de risco de referência (Ex: VaR, BVaR, etc) que o cliente suporta e no qual pode vir a causar o resgate de recursos.

- Superou o limite: A área de risco comunica a direção pela necessidade de redução de posição para adequar o risco da carteira.

8.8 Qual o limite da(s) metodologia(s) citada no item 8.5?

8.9 De que forma é apurado o consumo dos limites dados pela(s) metodologia(s) citada(s) no item 8.5?

Utiliza-se o Mitra – Luz Engenharia Financeira - como sistema de gestão de risco de mercado e crédito. Diariamente são apuradas todas as medidas citadas no item 8.5 além de outras análises, como duration, principal fator de risco, concentração de ativos, etc.

8.10 Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite da(s) metodologia(s) citadas no item 8.5 foi excedido, por qual motivo e qual o máximo atingido? Comente.

Não se aplica

Qual o VaR/B-VaR/TE médio do Fundo nos últimos:

8.11	3 meses?	0,32%
	6 meses?	0,34%
	12 meses?	0,35%
	24 meses?	0,34%

8.12 Qual a alavancagem nocional máxima (exposição bruta) atingida pelo fundo e em qual(is) ativo(s) nos últimos 24 (vinte e quatro) meses?

Não se aplica.

8.13 Qual o limite para perdas em cenário de stress? Como são definidos os cenários (ex. Utiliza o cenário elaborado pela B³ ou o próprio)?

Não se aplica.

8.14 Considerando o período dos últimos 24 (vinte e quatro) meses, quando o limite de stress foi excedido e por quê?

Não há limite de Stress.

8.15 3 (três) meses? | 0,10%

6 (seis) meses?	0,09%
12 (doze) meses?	0,09%
24 (vinte e quatro) meses?	0,08%

8.16 Comente o último stop loss relevante do fundo.
Não.

9. Comportamento do fundo em crises

Período*	Evento	Comportamento (variação do fundo)	Explicação
Mai/06	Crise das Bolsas norte-americanas	Não se aplica	Não se aplica
Jul – Ago/07	Crise das hipotecas	Não se aplica	Não se aplica
Out/08 – Mar/09	Crise no Sistema Financeiro norte-americano	Rent: -6,97% Ibovespa: -17,39% Benchmark: 10,42%	Idem
Jan/10 – Jun/10	Crise de endividamento dos PIGS	Rentab: -7,00% Ibovespa: -11,16% Benchmark: 4,16%	Idem
Abril/11 – Set/11	Segunda crise da dívida na Europa	Não se aplica	Não se aplica
Abril/15 – Ago/16	Crise política / recessão no Brasil	Não se aplica	Não se aplica

* Para o período solicitado deve ser informado o comportamento (variação do fundo) de acordo com o mês fechado (ex. 01/01 a 31/01).

10. Três períodos de maior perda do fundo –

	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para recuperação
1	28/05/2008- 27/10/2008	N/A	49,64%	Comportamento de acordo com a estratégia do fundo	359
2	02/09/2014- 20/01/2016	N/A	34,92%	Comportamento de acordo com a estratégia do fundo	197
3	09/05/2006- 14/06/2006	N/A	19,98	Comportamento de acordo com a estratégia do fundo	99

11. Atribuição de performance do fundo nos últimos 5 (cinco) anos

11.1

Atribuição:

Alocação Setorial	%
Alimentos e Agronegócio	0,74
Bancos	-0,79
Bebidas	0,20
Bens de Capital	-0,06
Consumo	-0,49
Educação	-0,25
Imóveis	0,12
Mineração e Siderurgia	-0,81
Papel e Celulose	-0,18
Petróleo e Petroquímicos	-0,65
Saúde	-0,36
Serviços Financeiros	0,18
Serviços Públicos	-0,29
Shoppings e Properties	0,13
Telecom e Tecnologia	-0,54
Transportes e Concessões	-0,77
Varejo	-0,19

Contribuição:

Seletividade Intrasetorial	%
Alimentos e Agronegócio	-0,06
Bancos	0,29
Bebidas	0,00
Bens de Capital	0,06
Consumo	0,54
Educação	0,29
Imóveis	-0,15
Mineração e Siderurgia	0,56
Papel e Celulose	-0,22
Petróleo e Petroquímicos	0,71
Saúde	0,69
Serviços Financeiros	2,10
Serviços Públicos	1,37
Shoppings e Properties	-0,10
Telecom e Tecnologia	1,01
Transportes e Concessões	-0,26
Varejo	0,49

Total	-4,03	Total	7,33
-------	-------	-------	------

11.2 Comente as mudanças em estratégias em razão de fluxo de recursos (aplicações ou resgates).

A estratégia do fundo não é alterada.

11.3 O fundo já esteve fechado temporariamente para aplicação por deliberação da gestora, do administrador fiduciário ou órgão regulador? Quando? Por quê?

Não.

12. Relacionamento com distribuidores/alocadores

12.1 Com que grau de detalhamento e com que frequência a carteira pode ser disponibilizada para distribuidores/alocadores?

A carteira diária com a composição detalhada é disponibilizada mensalmente com data base no mês anterior.

12.2 Com que frequência é possível realizar conference calls com a gestora dos fundos? Para clientes institucionais e RPPS é realizado calls mensais com cenário econômico e estratégias de investimentos.

12.3 Por quais canais o fundo é distribuído?

Para os canais de distribuição do fundo, por favor, contate a área de atendimento na questão 13.3

12.4 Considerando o montante total de ativos sob gestão, qual o percentual detido pelos cinco maiores distribuidores ou alocadores, individualmente?

(i) 94,36%; (ii) 3,94%; (iii) 0,53%; (iv) 0,45%; (v) 0,27%.

13. Atendimento aos cotistas

13.1 Quais os relatórios disponíveis aos cotistas do fundo? Fornecer detalhes. Qual sua periodicidade? Com que defasagem?

Os relatórios são fornecidos conforme regulamentação em vigor: a divulgação das cotas é feita diariamente por e-mail e na CVM, os extratos são cadastrados para envio diretamente da custódia por e-mail e a carteira mensal é disponibilizada na CVM e pode ser enviada pela equipe responsável pela distribuição.

Os relatórios podem ser adaptados às necessidades dos clientes de acordo com a disponibilidade do sistema.

Seguem abaixo alguns exemplos dos materiais disponibilizados mensalmente:

- Relatórios de Gestão: Produzido com os comentários da própria equipe de investimentos da Bradesco Asset Management, os relatórios mensais apresentam a visão sobre o cenário macroeconômico, as perspectivas de mercado e as performances dos fundos de investimentos e seus benchmarks.
- Conference Call Mensal: Exclusivo para clientes Institucionais, essa apresentação mensal é conduzida pelo economista-chefe, diretores de investimentos e Portfolio Specialist com o objetivo de abordar o cenário econômico atual e as estratégias para os próximos meses.
- Relatórios de Macroeconomia: Relatórios detalhados e exclusivos do cenário Econômico mundial, local e estratégias de investimentos produzidas pelo time de macroeconomia da Bradesco Asset Management, como:
- Informe Econômico: Informe semanal como o objetivo de apresentar os principais acontecimentos econômicos e seus impactos nos investimentos.
- Foco Econômico: Relatório mensal que contém uma avaliação concisa do cenário econômico no período correspondente.
- Síntese Mensal: Síntese divulgada mensalmente e aborda o cenário econômico na atualidade, contando com uma análise mais aprofundada da economia nas principais regiões ao redor do mundo.
- Tópico Econômico (Nacional E Internacional): Seu conteúdo discute temas relevantes do foro econômico no curto prazo, tendo como objetivo esboçar um cenário prospectivo da economia local e internacional.

13.2 Qual (is) é (são) o(s) veículo(s) disponível(is) para acessar informações sobre o Fundo e com qual frequência seu conteúdo é atualizado?

ANBIMA, Bloomberg, CVM, sites do Banco Bradesco. As atualizações dependem da disponibilidade de cada entidade responsável

13.3 Existe algum canal de atendimento dedicado ao cotista? De que forma pode ser acessado e qual o horário para atendimento?

A BRAM possui uma área de atendimento denominada Client Service, onde todas as solicitações da Fundação serão centralizadas e atendidas. O acesso é feito por meio do telefone (11) 2178-6700 e por e-mail, das 08h às 18h.

Para clientes RPPS o atendimento é feito pela equipe de Investimentos (11) 2178-6540 e por e-mail, das 08h às 17h.

14. Investimento no exterior -

- 14.1** Qual o produto (tipo de ativo ou fundo investido) e sua estrutura, incluindo os veículos utilizados (se houver)? Descreva a estratégia, os principais ativos e instrumentos utilizados.

Não se aplica.

- 14.2** Quais os riscos envolvidos?

Não se aplica.

- 14.3** Quais são os mercados em que o fundo opera?

Não se aplica.

- 14.4** Em relação ao veículo local, o fundo utiliza estratégias para proteção cambial?

Não se aplica.

Caso o fundo de investimento local tenha por objetivo o investimento em único fundo de investimento ou veículo no exterior (fundo espelho), enumerar os prestadores de serviços e demais informações dos fundo de investimento ou veículo no exterior (administrador, custodiante, RTA, prime broker, entre outros).

14.5 Administrador Fiduciário	Não se aplica.
Custodiante	Não se aplica.
Auditor	Não se aplica.
RTA	Não se aplica.
Prime Brokers	Não se aplica.
NAV Calculator	Não se aplica.
Domicílio do fundo	Não se aplica.
Taxa de administração	Não se aplica.
Código ISIN do fundo	Não se aplica.
Moeda do domicílio fundo no exterior	Não se aplica.
Outros prestadores de serviço, dos investimentos no exterior, caso exista.	Não se aplica.

- 14.6** Caso o investimento no exterior possua subclasses, favor descrever os riscos de contaminação entre elas.

Não se aplica.

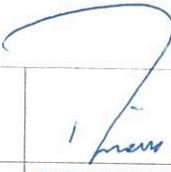
- 14.7** Caso a gestora tenha influência direta/indireta na gestão do fundo no exterior, descreva como foi constituída a diretoria do fundo.

Não se aplica.

15. Anexos (quando aplicável)

15	Anexos (quando aplicável)	Marcar Anexos ou link para acesso ao documento
15.1	Regulamento	x
15.2	Formulário de informações complementares	x
15.3	Última lâmina de informações essenciais	x
15.4	Relatório de Gestão e/ou materiais de divulgação	x

São Paulo, 30 de Outubro de 2019

	
BRAM REGULATÓRIO	RICARDO AUGUSTO MIZUKAWA – SUPERINTENDENTE EXECUTIVO
	
	MARIA ISABEL CRUZ DE PAULA MATTOS – SUPERINTENDENTE COMERCIAL
BRAM REGULATÓRIO	
11-3847-9083	11-3847-9083
BRAM@BRAM.BRADESCO.COM.BR	BRAM@BRAM.BRADESCO.COM.BR

Bradesco FI Ações Dividendos

OUTUBRO DE 2019

OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo busca rentabilidade que supere as variações do Ibovespa através da alocação em ações de empresas com consistente potencial de pagamento de dividendos. É uma alternativa para a diversificação das aplicações, pois oferece a possibilidade de atingir retornos mais expressivos no longo prazo em função dos maiores riscos assumidos.

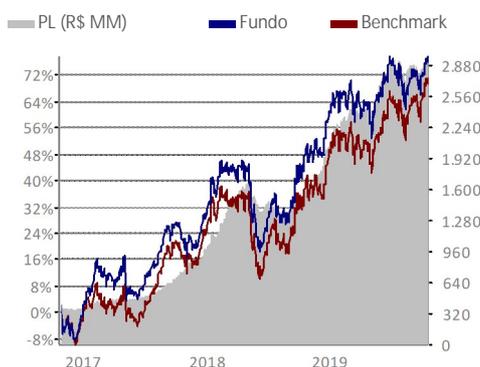
PÚBLICO-ALVO

O fundo destina-se a investidores em geral que possuam tolerância às oscilações e riscos da bolsa de valores.

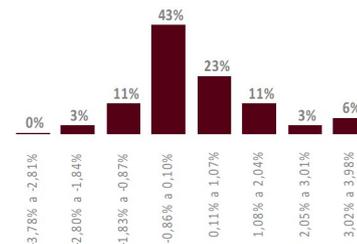
CARACTERÍSTICAS

Classificação de Risco									
0,5	1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0
Aplicação inicial R\$ 30.000.000,00	Liquidez								
Permanência mínima	Cotização								
-	Aplicações								
Aplicações adicionais	Resgates								
-	Liquidação								
Conceito global	Horário de movimentação								
Não	16:30								
Taxa de administração	Tipo Anbima								
1,50%	Ações Dividendos								
Taxa de performance	Código Anbima								
Não há	131180								
Tributação (I.R.)	Código ISIN								
Renda Variável	BRBDADCTF004								
Data de início	Administrador								
13/set/2004	BEM DTVM								
CNPJ	Gestor								
06.916.384/0001-73	Bradesco Asset Management S.A.								
Benchmark	DTVM								
IBOVESPA									

EVOLUÇÃO DO PL E RENTABILIDADE ACUMULADA (36 meses)

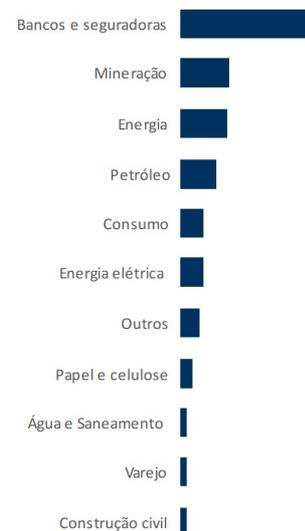


HISTOGRAMA



O histograma mostra a distribuição da rentabilidade nominal comparada com o benchmark que o fundo obteve nos últimos 36 meses, dividida em oito janelas iguais, sendo o valor máximo e o mínimo, respectivamente, o maior e o menor valor apurado nesse período.

COMPOSIÇÃO SETORIAL DO FUNDO



2019

2018

	RETORNO DO FUNDO (%)	DISTÂNCIA DO BENCHMARK (PONTOS PERCENTUAIS)	RETORNO DO FUNDO (%)	DISTÂNCIA DO BENCHMARK (PONTOS PERCENTUAIS)
Jan	8,34	-2,48	11,32	0,18
Fev	-0,76	1,10	1,65	1,13
Mar	-0,48	-0,30	1,70	1,69
Abr	0,39	-0,59	0,41	-0,47
Mai	0,68	-0,02	-10,90	-0,02
Jun	3,81	-0,25	-5,36	-0,16
Jul	-0,05	-0,88	8,54	-0,33
Ago	-1,48	-0,82	-2,77	0,44
Set	2,78	-0,79	3,47	-0,01
Out	1,49	-0,87	10,45	0,26
Nov	-	-	2,85	0,47
Dez	-	-	0,25	2,06

ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA

ANÁLISE / PERÍODO	6 M	12 M	24 M	36 M	2019	2018	2017	2016	2015	DESDE INÍCIO
Retorno do fundo (%)	7,35	18,91	43,34	71,71	15,32	21,17	30,88	32,46	-11,24	1.048,7
Retorno do benchmark (%)	11,28	22,64	44,29	65,15	22,00	15,03	26,86	38,94	-13,31	391,6
Distância do benchmark (p.p.)	-3,93	-3,74	-0,95	6,57	-6,68	6,14	4,02	-6,48	2,08	657,0
Melhor mês (retorno %)	3,8	8,3	11,3	11,3	8,3	11,3	10,4	12,7	8,0	16,5
Melhor mês (data)	jun-19	jan-19	jan-18	jan-18	jan-19	jan-18	jan-17	mar-16	fev-15	jan-06
Pior mês (retorno %)	-1,5	-1,5	-10,9	-10,9	-1,5	-10,9	-5,3	-7,1	-7,2	-17,0
Pior mês (data)	ago-19	ago-19	mai-18	mai-18	ago-19	mai-18	mai-17	mai-16	ago-15	out-08
Nº meses acima do benchmark	0	3	9	16	1	7	7	3	7	100
Nº meses abaixo do benchmark	6	9	15	20	9	5	5	9	5	82
Nº meses positivos	4	8	16	23	6	9	8	7	4	112
Nº meses negativos	2	4	8	13	4	3	4	5	8	70
Volatilidade fundo ano (%)	16,88	17,78	19,03	19,32	17,74	20,11	18,28	22,79	16,27	20,08
Tracking Error (%)	0,20	0,20	0,22	0,25	0,20	0,24	0,28	0,57	0,62	0,80
Sharpe (%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido médio (R\$ milhões)	2.796,4	2.489,5	1.910,2	1.440,1	2.621,4	1.491,7	580,5	328,8	397,6	606,4

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Material de divulgação produzido pela Bradesco Asset Management S.A. DTVM. LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. Os documentos podem ser encontrados em www.bradesco.com.br. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Descrição do Tipo Anbima disponível no Formulário de Informações Complementares. Fundos de investimento não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

Institucional RF IMA-B 5+

OUTUBRO DE 2019

OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo busca rentabilidade que supere as variações do IMA-B 5+ por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados domésticos de taxa de juros pós-fixadas e prefixadas e índices de preço.

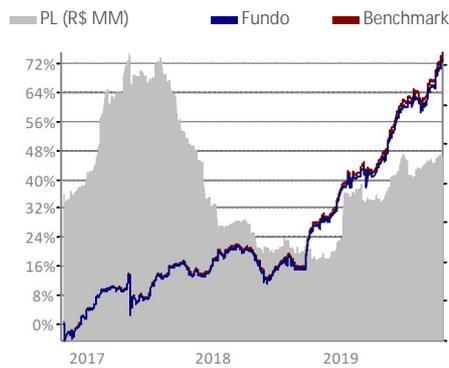
PÚBLICO-ALVO

O fundo destina-se a Entidades Abertas e Fechadas de Previdência Complementar, aos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios e clientes do Bradesco Corporate.

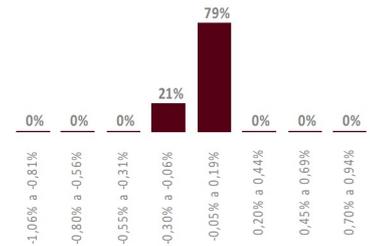
CARACTERÍSTICAS

Classificação de Risco										
0,5	1,0	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5	4,0	4,5	5,0	
Aplicação inicial R\$ 50.000,00	Liquidez									
Permanência mínima R\$ 5.000,00	Cotização									Fechamento
Aplicações adicionais R\$ 5.000,00	Aplicações									D+0
Conceito global	Resgates									D+1
Sim	Liquidação									D+1
Taxa de administração 0,20%	Horário de movimentação									
Taxa de performance Não há	15:00									
Tributação (I.R.) Longo Prazo	Tipo Anbima									
Data de início 30/jun/2011	Renda Fixa Duração Alta Grau de Investimento									
CNPJ 13.400.077/0001-09	Código Anbima									
Benchmark IMA-B 5+	277355									
	Código ISIN									
	BRBRI6CTF001									
	Administrador									
	Banco Bradesco S.A.									
	Gestor									
	Bradesco Asset Management S.A.									
	DTVM									

EVOLUÇÃO DO PL E RENTABILIDADE ACUMULADA (36 meses)

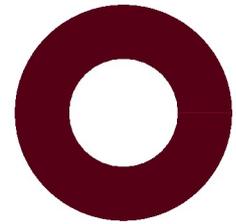


HISTOGRAMA



O histograma mostra a distribuição da rentabilidade nominal comparada com o benchmark que o fundo obteve nos últimos 36 meses, dividida em oito janelas iguais, sendo o valor máximo e o mínimo, respectivamente, o maior e o menor valor apurado nesse período.

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA



■ Títulos Públicos (99,89%) ■ Outros (-0,02%)
■ Compromissada (0,13%)

A composição da carteira apresentada acima inclui todos os ativos do fundo, inclusive os ativos do fundo investido BRAM FI RF IMA-B 5+.

2019

2018

	RETORNO DO FUNDO (%)	DISTÂNCIA DO BENCHMARK (PONTOS PERCENTUAIS)	RETORNO DO FUNDO (%)	DISTÂNCIA DO BENCHMARK (PONTOS PERCENTUAIS)
Jan	6,59	-0,02	4,88	-0,07
Fev	0,52	-0,03	0,53	-0,03
Mar	0,38	-0,05	0,36	-0,03
Abr	1,74	-0,05	-0,65	-0,02
Mai	5,17	-0,03	-4,68	-0,03
Jun	5,04	-0,02	-0,97	0,11
Jul	1,45	-0,06	3,12	-0,02
Ago	-0,81	-0,04	-0,56	-0,04
Set	3,69	-0,03	-1,05	-0,02
Out	4,69	0,03	10,50	-0,17
Nov	-	-	1,52	-0,01
Dez	-	-	1,85	-0,02

ANÁLISE DE CONSISTÊNCIA

ANÁLISE / PERÍODO	6 M	12 M	24 M	36 M	2019	2018	2017	2016	2015	DESDE INÍCIO
Retorno do fundo (%)	20,68	36,54	50,90	73,37	32,05	15,04	12,39	30,44	5,19	236,70
Retorno do benchmark (%)	20,86	37,00	51,90	75,09	32,45	15,41	12,75	31,04	5,71	249,02
Distância do benchmark (p.p.)	-0,18	-0,46	-1,00	-1,72	-0,40	-0,36	-0,36	-0,60	-0,52	-12,32
Melhor mês (retorno %)	5,17	6,59	10,50	10,50	6,59	10,50	5,10	8,25	3,67	10,50
Melhor mês (data)	mai-19	jan-19	out-18	out-18	jan-19	out-18	fev-17	mar-16	jan-15	out-18
Pior mês (retorno %)	-0,81	-0,81	-4,68	-4,68	-0,81	-4,68	-1,81	-2,13	-4,64	-6,08
Pior mês (data)	ago-19	ago-19	mai-18	mai-18	ago-19	mai-18	mai-17	nov-16	ago-15	mai-13
Nº meses acima do benchmark	1	1	2	5	1	1	2	3	3	27
Nº meses abaixo do benchmark	5	11	22	31	9	11	10	9	9	73
Nº meses positivos	5	11	17	24	9	7	7	10	7	69
Nº meses negativos	1	1	7	12	1	5	5	2	5	31
Volatilidade fundo ano (%)	6,20	6,86	7,43	9,62	7,11	7,84	12,21	10,52	12,98	11,00
Tracking Error (%)	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,03
Sharpe (%)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido médio (R\$ milhões)	353,9	305,4	265,7	330,9	331,3	200,3	464,6	210,2	79,6	218,6

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Material de divulgação produzido pela Bradesco Asset Management S.A. DTVM. LEIA O FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES, A LÂMINA DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS E O REGULAMENTO ANTES DE INVESTIR. Os documentos podem ser encontrados em www.bradesco.com.br. Rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura. A rentabilidade divulgada não é líquida de impostos. Descrição do Tipo Anbima disponível no Formulário de Informações Complementares. Fundos de investimento não contam com garantia do Administrador, do Gestor, de qualquer mecanismo de seguro ou Fundo Garantidor de Crédito - FGC.

Fone Fácil Bradesco: 4002 0022 / 0800 570 0022 | SAC – Alô Bradesco: 0800 704 8383 | SAC – Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800 722 0099
Ouvidoria: 0800 727 9933 | bram@bram.bradesco.com.br | Assessoria de Investimento: capitais e regiões metropolitanas: 4020 1414 | Demais localidades: 0800 704 1414 | Em dias úteis, das 8h às 20h – horário de Brasília.



Investimentos Igeprev <investimentos.igeprev.to@gmail.com>

ENTREGA DE CREDENCIAMENTO - TOCANTINS PARTE 02/17 - BRAM - Bradesco Asset Management S.A

1 mensagem

SIMONE PENHA CHERRUTTI <simone.cherrutti@bradesco.com.br>

8 de novembro de 2019 17:06

Para: "INVESTIMENTOS.IGEPREV.TO@GMAIL.COM" <INVESTIMENTOS.IGEPREV.TO@gmail.com>

Cc: EDMAR FERNANDES SILVA <edmar.silva@bradesco.com.br>, JEFFERSON JORGE GARCIA <jefferson.garcia@bradesco.com.br>, CARLOS EDUARDO COSTA XAVIER <carlos.xavier@bradesco.com.br>, FERNANDO PROVIDELLI DOS SANTOS <fernandop.santos@bradesco.com.br>, MARIA DAS GRACAS SATIRO DIAS BAGGIO <graca.baggio@bradesco.com.br>, CAROLINA GONZAGA SILVA <carolina.gonzaga@bram.bradesco.com.br>, CLAYTON ANACLETO DOS ANJOS <clayton.anjos@bradesco.com.br>, "3664 - AV. JK UPALMAS - Gerencia" <3664.gerencia@bradesco.com.br>, OSIEL LIMA SILVA <osiel.silva@bradesco.com.br>, LAIS DE SOUSA CESAR CAMPOS <lais.campos@bradesco.com.br>, SERGIO ANTONIO MORENO <sergio.moreno@bradesco.com.br>

Prezados, boa tarde!!!

Conforme solicitado, segue anexo documentos para credenciamento da **BRAM – Bradesco Asset Management S.A** como gestora de Fundos destinados à RPPS.

Devido a capacidade, os documentos serão encaminhados em mais de um e-mail.

Pedimos a gentileza acusar o recebimento desta mensagem e seus anexos.

BRAM – Bradesco Asset Management S.A. – Gestor - CNPJ: 62.375.134/0001-44

- [Declaração Anexo I](#)

Esclarecimento: no item 6 – Não se aplica para o Gestor - BRAM é apenas Gestora de Fundos e não faz recolhimento de tributos/impostos, portanto, não emite Cartas de Imunidade Tributária.

- [Certidão de Funcionamento – BACEN](#)
- [Procuração \(Ricardo Augusto Mizukawa nº 2 / Andirá Cristina Cassoli Zabin Bonini nº 7\) e cópia RG](#)
- [CNPJ](#)
- [CND Federal](#)
- [CND Estadual](#)
- [CND Municipal](#)
- [Certidão FGTS](#)
- [CND Trabalhista](#)
- [Certidão de Falência](#)
- [Balanco Patrimonial dos \(três \) últimos exercícios](#)

11/11/2019

Gmail - ENTREGA DE CREDENCIAMENTO - TOCANTINS PARTE 02/17 - BRAM - Bradesco Asset Management S.A

- Demonstrativos constando os índices de liquidez corrente, índices de liquidez geral e índices de solvência geral ou índice de Basileia;
- Comprovação de filiação à ANBIMA.
- Relatório de Classificação de Risco (Rating's) atualizado e vigente.
- TAC – BRAM

Irei enviar por fundo:

Questionário Padrão *Due Diligence*, “Seção 1 – Informações sobre a Empresa” **OU** TAC Administrador e Gestor.

Questionário Padrão *Due Diligence*, “Seção 2 – Informações sobre o Fundo de Investimento” **OU** TAC de Fundos.

Questionário Padrão *Due Diligence*, “Seção 3 – Resumos Profissionais”.

Lâmina do Fundo. **Resp: irei encaminhar juntos com os fundos**

Esclarecimentos:

Estamos encaminhando o NOVO FORMULÁRIO (em outro e-mail) que é um Questionário único que entrou em vigor à partir de 11.01.2019, portanto, **não existe mais os QDD's seção I, II e III.**

O referidos formulários não se aplicam ao Administrador somente ao Gestor de Fundos “BRAM Bradesco Asset Management S/A DTVM”;

A BEM DTVM Ltda. é administradora fiduciária dos fundos na qual a BRAM faz gestão !!!

Atenciosamente.

Simone Penha Cherrutti

Bradesco | Investimentos

Tel.: +55 (11) 2178-4372

Av. Paulista, 1450, 6º andar, Lado Itapeva - São Paulo, SP, 01310-917

simone.cherrutti@bradesco.com.br

Classificação: Externo

"O acesso ao conteúdo desta mensagem está autorizado, exclusivamente, para os destinatários contidos nesta mensagem. A necessidade de reprodução desta mensagem a pessoas não enquadradas deve ser autorizada pelo gestor da informação, para identificá-lo contate o remetente."

**AVISO LEGAL**

...Esta mensagem é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente privilegiada. Se você não for destinatário desta mensagem, desde já fica notificado de abster-se a divulgar, copiar, distribuir, examinar ou, de qualquer forma, utilizar a informação contida nesta mensagem, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este E-Mail, promovendo, desde logo, a eliminação do seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle. Fica desprovida de eficácia e validade a mensagem que contiver vínculos obrigacionais, expedida por quem não detenha poderes de representação.

LEGAL ADVICE

...This message is exclusively destined for the people to whom it is directed, and it can bear private and/or legally exceptional information. If you are not addressee of this message, since now you are advised to not release, copy, distribute, check or, otherwise, use the information contained in this message, because it is illegal. If you received this message by mistake, we ask you to return this email, making possible, as soon as possible, the elimination of its contents of your database, registrations or controls system. The message that bears any mandatory links, issued by someone who has no representation powers, shall be null or void.

18 anexos

-  **image002.png**
1K
-  **Declaração credenciamento TO.pdf**
683K
-  **CERTIDÃO FUNC BACEN JULHO 2019.pdf**
62K
-  **PROC - 1900722379.pdf**
791K
-  **CNH Mizukawa.pdf**
52K
-  **CNPJ BRAM.pdf**
77K
-  **2.1.5 - CND Federal - Val 24.03.2020.pdf**
99K
-  **2.1.6 - CND Estadual - Val 21.11.2019.pdf**
254K
-  **2.1.7 CND Municipal Val 10.12.2019.pdf**
83K
-  **2.1.3 - Certidão FGTS - Val 30.11.2019.pdf**
82K
-  **2.1.9 - CND Trabalhista - Val 06.12.2019.pdf**
85K
-  **BALANÇO BRAM DTVM 2018.PDF**
648K
-  **2.4.1 - BALANÇO BRAM DTVM 2016.pdf**
659K
-  **2.4.1 BALANÇO BRAM DTVM2017.pdf**
243K
-  **2.4.2 - Índice de Liquidez BRAM - 2018.pdf**
122K
-  **Declaração vinculo BRAM - FIEE ATUALIZ 2019.pdf**
86K
-  **TAC GESTOR.docx**
41K
-  **ANDIRA CRISTINA CASSOLI ZABIN BONINI.DOCX**
340K



Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO Documento Nº 2019/24839/029317

Certifico que, nesta data, foram desentranhadas as folhas **157 a 164**, conforme justificativa: **PARA CORREÇÃO DO DOCUMENTO E POSTERIOR REINSERÇÃO.**

Em, **22/11/2019 15:19:45.**

MEIRE GOMES DA LUZ
OPERADOR DE MICROCOMPUTADOR



SGD nº 2019/24839/029317

PARECER DINVEST Nº 008/2019

CREDENCIAMENTO DE GESTOR

NOME:	BRAM – BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM
CNPJ nº	62.375.134/0001-44
OBJETIVO:	Credenciamento
PROCESSO Nº	2019/24830/003434

Análise da Documentação

A partir da análise dos documentos apresentados pelo gestor e consulta às instituições reguladoras a Diretoria de Investimentos do Igeprev-TO (DINVEST), conclui os seguintes pontos quanto à Instituição:

1- Apresentado Questionário Due Diligence – QDD em substituições do Termo de Análise de Credenciado?

Sim. Anexo ao processo de credenciamento às fls. 93-151. Totalmente preenchido e com informações suficientes.

2- Informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:

Conforme Certidão do Banco Central do Brasil, às fls. 46, a Instituição está autorizada a prestar serviços de gestor de carteiras, autorizada a praticar todas as operações permitidas às instituições da espécie.

Possui registro na CVM conforme Credenciamento para Administrador de Carteira, processo CVM nº RJ93/1515, e Ato Declaratório CVM nº 2669, de 06 de dezembro de 1993 e no BACEN.

É associada à ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Membros Financeiro e de Capitais) e AMEC (Associação de Investidores no Mercado de Capitais).

Em consulta de processos ao site da CVM foram encontrados processos abaixo referentes a 2019.

Processos Eletrônicos		
Número	Interessados	Assunto
19957.000776/2019-77	BRAM - Bradesco Asset Management SA. DTVM BRADESCO H FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO CREDIT SELECTION	Supervisão: CONSULTA



Documento foi assinado digitalmente por REYNALDO FERREIRA DE MELO em 27/11/2019 16:48:23.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 4C4626130074CA3F.



3- Regularidade Fiscal e Previdenciária

Regularidade Fiscal verificada a partir de certidões anexas ao processo de credenciamento, a saber:

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, fls. 69;

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, fls. 70;

Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários da Fazenda do Município de São Paulo, fls. 71;

Certificado de Regularidade do FGTS – CRF emitido pela Caixa Econômica Federal, fls. 72;

Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas emitida pelo Poder Judiciário – Justiça do Trabalho, fls. 73.

Certidão Estadual de Distribuições Cíveis Negativa de Pedidos de Falência, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais, fls. 74.

4- Estrutura da Instituição

A BRAM é a empresa do conglomerado Bradesco, especializada na gestão de fundos de investimentos. O conglomerado Bradesco possui outras empresas para prestação de outros serviços, como por exemplo: A BEM DTVM e o Banco Bradesco S.A. tem como atividade a administração fiduciária. A distribuição dos fundos é feita pela Corretora Bradesco S.A. CTVM é Ágora CTVM S.A. as atividades de Consultoria, controladoria e Custódia são realizadas pelo Banco Bradesco S.A. Assim, a BRAM garante a segregação total de suas atividades em relação às demais empresas do grupo.

Sobre o quadro societário da empresa, na folha 98 tem um organograma com a estrutura da empresa, mas a qualidade de imagem não ficou legível para colocar neste parecer.

Em abril/2018, o Sr. Ricardo Pereira de Almeida foi nomeado Diretor Superintendente da BRAM;

Em janeiro/2019, a Sra. Denise Pavarina apresentou pedido de renúncia ao cargo de Diretor Gerente;

Em janeiro/2019, o Sr. Renato Ejnisman foi eleito como Diretor Gerente da BRAM;

Em janeiro/2019, o Sr. Marcelo de Araújo Noronha passou a compor a Diretoria Executiva da BRAM, como Diretor Vice-Presidente, pois o Sr. André Rodrigues Cano passou a assumir outros departamentos do Banco Bradesco.





ESTRUTURA BRADESCO ASSET MANAGEMENT



Todas as informações quanto a Estrutura e demais informações pertinentes a Instituição constam no Questionário *Due Diligence* - QDD como, por exemplo, Organograma, Comitês entre outros.

5- Qualificação do corpo técnico

Sobre os recursos humanos a remuneração dos profissionais é baseada em salário fixo acrescida de bônus por desempenho tomando como base a pesquisa de mercado para o segmento de Assets. A pesquisa é realizada “anualmente” pelo Departamento de Recursos Humanos da Organização. O Bônus pago é atrelado a um valor alvo por funcionário e o funcionário pode receber desde 50% do seu valor alvo a no máximo 150% do valor alvo, dependendo do desempenho atingido pelo conjunto de metas.

A organização Bradesco adota a política de reter e valorizar os profissionais da casa, os quais passam por diversas posições de forma crescente. Para isso, oferece diversos benefícios a seus funcionários, treinamento e incentivo na realização de curso e MBA.

A BRAM segue o programa de treinamento da Organização Bradesco e, adicionalmente possui programa de treinamento regulatório. A área de Risco Regulatório monitora as certificações de seus profissionais.

Demais informações pertinentes a Instituição constam no Questionário *Due Diligence* – QDD.

6- Histórico e experiência de atuação

A BRAM oferece uma ampla família de produtos. Além de Fundos de Investimento em Renda Fixa e Ações, faz a gestão de fundos diferenciados, como *Long & Short*, *Small Caps*, Crédito Privado, Fundos Estruturados (FII, FIDC e FIP),





entre outros. Esses produtos diversificados têm como objetivo responder às novas oportunidades no mercado de capitais brasileiro.

Profissionais especializados atendem as demandas específicas de cada perfil de investidor, embasados em pesquisas independentes e acompanhamento do cenário econômico. Além disso, a BRAM desenvolve produtos para gestão do caixa de empresas, faz parcerias para distribuição de fundos por ela geridos e oferece suporte aos segmentos do Banco Bradesco, com todas as informações sobre fundos de investimento, para pessoas físicas ou jurídicas.

BRAM: presença reconhecida em gestão de recursos.

- Em 2012, a BRAM recebeu a reclassificação ao Rating MQ1, a nota mais alta em qualidade de gestão segundo rigorosa critérios de avaliação da Agência Moody's
- Foi pioneira no segmento ao obter o certificado de sistema da qualidade ISO 9001 pela Fundação Vanzolini, mantido desde então com avaliações anuais

Demais informações pertinentes a Instituição constam no Questionário *Due Diligence* – QDD.

7- Principais categorias de ativos e fundos

Como os ativos sob gestão estão divididos conforme as seguintes categorias de fundos de investimento?			
Tipo	Nº	Exclusivos	% Total
Renda Fixa	375	118	24,65%
Multimercado	476	197	31,30%
Cambial	13	0	0,85%
Ações	162	11	10,65
FIDC	22	0	1,45%
FIP	0	0	0,00%
FIEE	0	0	0,00%
Fundo de Índice (ETF)	11	1	0,72%
Outras Categorias	357	0	23,47%

8- Volume de recursos sob administração/gestão

Ano	Patrimônio sob gestão (posição final do período) Números em milhões	Número de Pessoas que trabalham na Gestora	Número de portfólio/fundos sob gestão
2014	R\$ 348.547,30	117	967
2015	R\$ 395.816,50	114	1.148
2016	R\$ 609.667,22	157	1.467
2017	R\$ 666.652,72	178	1.403
2018	R\$ 673.209,16	183	1.497
2019	R\$ 653.601,93	195	1.521





9- Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/gestão:

Fundos Indicados para avaliação: FI FIC IMA-B 5 e FIA DIVIDENDOS, são os que estão na carteira.

A análise dos fundos tem como fonte o informado no QDD – Anexo I, bem como a comparação da rentabilidade atual dos fundos nos sites indicados.

• Fundo Bradesco Institucional Fundo em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa IMA-B 5 – CNPJ nº 20.216.216/0001-04

O fundo tem por objetivo proporcionar aos seus cotistas rentabilidade que busque superar a variação do IMA-B 5, por meio das oportunidades oferecidas pelos mercados domésticos de taxa de juros pós-fixadas e pré-fixadas, e índices de preço, excluindo estratégias que impliquem risco de moeda estrangeira ou de renda variável. A rentabilidade do Fundo variará conforme o comportamento de variação dos preços dos ativos financeiros e modalidades operacionais em carteira, sendo também impactada pelos custos e despesas do Fundo e pela taxa de administração de 0,20% a.a.

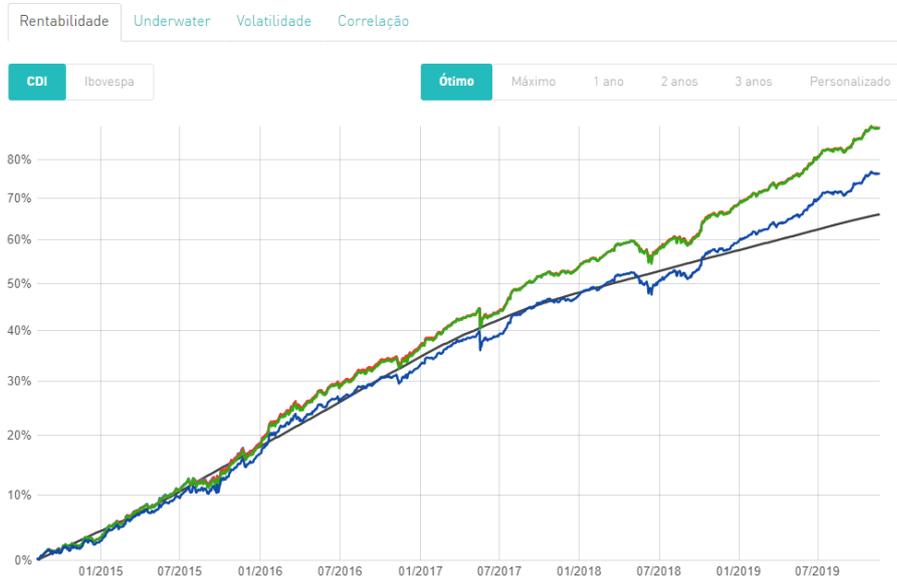
Administrador: Banco Bradesco S.A.		
Classe: Fundo de Renda Fixa	Patrimônio Líquido: 831.069.848,83	Cotistas: 117
Existência: de 08/08/2014 a 19/11/2019	Rentabilidade absoluta: 88,36%	Rentabilidade relativa: 133,67%
Consistência: 81,19%	Sharpe (risco/retorno): 0,86	Risco: 3,07%

Comparação de Rentabilidade:

Na comparação de fundos com o mesmo benchmark o fundo apresenta bons resultados de rentabilidade nos últimos 12 meses, comparado aos cinco fundos relacionados abaixo, apresenta resultados satisfatórios.

■ CDI	Rentab. absoluta: 66,10%	Rentab. relativa: 100,00%	Consistência: N/A	Sharpe (risco/retorno): N/A	Risco: N/A
■ FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RENDA FIXA LONGO PRAZO	Rentab. absoluta: 88,40%	Rentab. relativa: 133,74%	Consistência: 81,45%	Sharpe (risco/retorno): 0,91	Risco: 2,91%
■ BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	Rentab. absoluta: 88,54%	Rentab. relativa: 133,96%	Consistência: 81,91%	Sharpe (risco/retorno): 0,92	Risco: 2,90%
■ BRADESCO INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA IMA-B 5	Rentab. absoluta: 88,36%	Rentab. relativa: 133,67%	Consistência: 81,19%	Sharpe (risco/retorno): 0,86	Risco: 3,07%
■ ITAÚ RENDA FIXA IMA-B 5 - FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	Rentab. absoluta: 76,24%	Rentab. relativa: 115,34%	Consistência: 68,55%	Sharpe (risco/retorno): 0,43	Risco: 2,88%





Fonte: [https://verios.com.br/comparação de fundos](https://verios.com.br/comparação-de-fundos) acesso em 22/11/2019.

• Fundo: Bradesco Fundo de Investimento em Ações Dividendos – CNPJ nº 06.916.384/0001-73

O fundo busca rentabilidade que supere o Ibovespa, através da alocação em ações de empresas de pequeno e médio porte que não estejam incluídas entre as 25 maiores participações do IBRX. É uma alternativa para a diversificação das aplicações, pois oferece a possibilidade de atingir retornos mais expressivos no longo prazo, em função dos maiores riscos assumidos.

Administrador: BEM DTVM LTDA.		
Classe: Fundo de Ações	Patrimônio Líquido: 2.829.692.360,95	Cotistas: 2.536
Existência: de 09/09/2004 a 19/11/2019	Rentabilidade absoluta: 707,91%	Rentabilidade relativa: 187,19%
Consistência: 63,35%	Sharpe (risco/retorno): 0,20	Risco: 20,15%

Comparação de Rentabilidade:

Fundo	Rentab. absoluta	Rentab. relativa	Consistência	Sharpe (risco/retorno)	Risco
IBOVESPA	20,44%	0,00 p.p.	N/A	N/A	18,58%
BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES DIVIDENDOS	15,61%	-4,83 p.p.	N/A	-0,28	17,52%
BB TOP AÇÕES DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO	22,40%	1,96 p.p.	N/A	0,12	16,78%
CAIXA VINCI VALOR DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	35,79%	15,36 p.p.	N/A	0,97	15,86%
FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES CAIXA VALOR DIVIDENDOS RPPS	33,47%	13,03 p.p.	N/A	0,82	15,87%

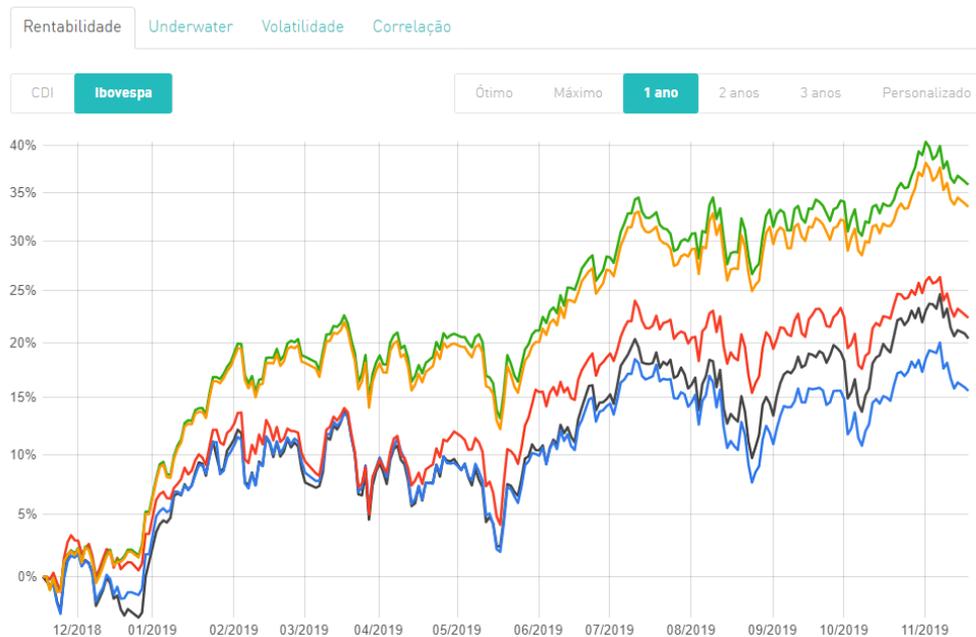
Documento foi assinado digitalmente por REYNALDO FERREIRA DE MELO em 27/11/2019 16:48:23.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no site <https://sgd.to.gov.br/verificador>, informando o código verificador: 4C4626130074CA3F.





Na comparação de fundos com o mesmo benchmark o fundo apresenta o pior resultado de rentabilidade nos últimos 12 meses, comparado aos quatro fundos relacionados com maior rentabilidade conforme o cenário atual, não apresenta resultados satisfatórios.



Vale destacar que uma aplicação no fundo deveria ser avaliada com mais rigor pelo comitê de investimentos.

10- Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão

A instituição apresenta *Rating's* de risco conforme folhas 83-92 do processo. O *Rating Fitch* classificou a BRAM como sendo excelente, baseando-se em uma análise do processo de investimentos, *Recursos* de Investimento, *Gestão de Risco* e *Companhia & Atendimento* a clientes. O *rating* da S&P classificou a BRAM como AMPI (Muito Forte) atribuída as praticas de administração de recursos de terceiros da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. A *Moody's* classificou como MQI (excelente), de acordo com a Política de Investimentos e o Edital de Credenciamento.

11- Critério de análise pré-estabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS

O principal parâmetro definido pelo instituto é a Política Anual de Investimentos, vinculada a Resolução nº 3.922/2010 e suas alterações, e, as demais normas legais que regulam os investimentos.





A Subsecretaria da Previdência divulgou lista de fundos vedados para aplicação pelos RPPS, bem como listou as instituições financeiras elegíveis a receber recursos dos RPPS.

12- Conclusão da análise

Trata-se de Credenciamento de Gestor de Fundos de Investimentos. Após análise da documentação apresentada pela instituição, e tendo como fator relevante a necessidade de credenciamento para acompanhamento dos fundos, a DINVEST sugere o deferimento do pedido, conforme Edital de Credenciamento nº 01/2019 de 25 de outubro de 2019.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 dias do mês de novembro do ano de 2019.

(Documento Assinado Eletronicamente)
JÚLIO CÉSAR MEDEIROS LIMA
Gerente de Controle e Análise de Risco

(Documento Assinado Eletronicamente)
REYNALDO FERREIRA DE MELO
Diretor de Investimentos





SGD nº 2019/24839/029973

PROCESSO Nº: 2019/24830/003434
INTERESSADO: BRAM – ASSET MANAGEMENT S.A. DTVM
CNPJ nº: 62.375.134/0001-44
ASSUNTO: Credenciamento

DESPACHO Nº 023/2019/DINVEST

Conforme as exigências da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, que define normas complementares previstas na Resolução CMN nº 3.922, de 25 de novembro de 2010 e suas alterações, para credenciamento de administrador, gestor, distribuidor e fundos de investimento, e ainda, conforme o Edital de Credenciamento nº 001/2019 de 25/10/2019, publicado no *site* do Instituto, a documentação analisada da Instituição atende às normas legais vigentes.

Encaminhem-se os autos ao Comitê de Investimentos para análise e deliberação.

DIRETORIA DE INVESTIMENTOS, aos 28 dias do mês de novembro de 2019.

(assinado eletronicamente)
REYNALDO FERREIRA DE MELO
Diretor de Investimentos





Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO Processo N° 2019/24830/003434

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST
Enviado por MEIRE GOMES DA LUZ
Data 28/11/2019 10:01

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade CI
Aos cuidados de WANDERSON GOMES SOUSA

Despacho

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
Despacho PARA ANÁLISE E DELIBERAÇÃO



Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE DESENTRANHAMENTO Documento N° 2020/24839/008326

Certifico que, nesta data, foi desentranhada a folha **175**, conforme justificativa:
retificação no documento

Em, **30/03/2020 13:41:12.**

WANDERSON GOMES SOUSA
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO



Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO Processo N° 2019/24830/003434

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade CI
Enviado por WANDERSON GOMES SOUSA
Data 30/03/2020 11:40

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST
Aos cuidados de MEIRE GOMES DA LUZ

Despacho

Motivo ENCAMINHAMENTO
Despacho ATA REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS



Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO Processo N° 2019/24830/003434

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST
Enviado por MEIRE GOMES DA LUZ
Data 30/03/2020 11:50

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade CI
Aos cuidados de WANDERSON GOMES SOUSA

Despacho

Motivo ANÁLISE E RETORNO
Despacho CORREÇÃO DA ATA



ATA DA 9ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - 2019

- I. DATA E HORA:** 04 de dezembro de 2019, às 10h.
- II. LOCAL:** Sala de Reuniões do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS.
- III. PRESENÇA: Membros do Comitê:** Milene Martins Ramos, Economista e Coordenadora do Comitê de Investimentos; Elenora Antônia de Carvalho, Assistente Administrativa, Odirce Soares do Nascimento, Assistente Administrativo e Júlio César Medeiros Lima, Gerente de Controle e Análise de Risco. **Convidado:** Reynaldo Ferreira de Melo, Diretor de Investimentos.
- IV. ORDEM DO DIA:** 1) *Credenciamento Caixa Econômica Federal, Bradesco, BRAM e BEM.* 2) *Política de Investimentos para 2020.*
- V. PARECER DO COMITÊ:** (1): *Credenciamento Caixa Econômica Federal e Bradesco:* A reunião teve início com a apresentação do processo nº 2018/24830/002711, que trata de processo de credenciamento da Caixa Econômica Federal, com os Fundos Caixa F1 Brasil Gestão Estratégica, Caixa Fic Ações Valor RPPS e Caixa Fic Ações Valor Dividendos RPPS. Na sequência houve a apresentação dos processos nº 2019/24830/003434 2019/24830/003435 e 2019/24830/003436, que tratam respectivamente de processo de credenciamento das instituições BRAM Bradesco Asset Management S.A, Banco Bradesco S.A e BEM DTVM LTDA, com os Fundos Bradesco Fia Dividendos e Bradesco Institucional FIC FI RF IMA-B 5. Após análise dos processos o Comitê deliberou pela aprovação do credenciamento das instituições. (2): *Política de Investimentos para 2020:* Na sequência o Comitê discutiu a Política de Investimentos para o ano de 2020. Após análise e discussão, o Comitê deliberou pela aprovação da Política, devendo a mesma ser encaminhada para apreciação e aprovação do Conselho de Administração do Instituto.
- VI. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a reunião do Comitê de Investimentos foi encerrada, sendo esta Ata transcrita, lida, aprovada e assinada por todos os presentes.


Milene Martins Ramos
 Coordenadora do Comitê de Investimentos


Júlio César Medeiros Lima
 Gerente de Controle e Análise de Risco


Elenora Antônia de Carvalho
 Assistente Administrativa
Odirce Soares do Nascimento



Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO Processo N° 2019/24830/003434

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade CI
Enviado por WANDERSON GOMES SOUSA
Data 30/03/2020 13:46

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST
Aos cuidados de MEIRE GOMES DA LUZ

Despacho

Motivo ENCAMINHAMENTO
Despacho ATA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA COMITÊ
DE INVESTIMENTOS



SGD: 2020/24839/008433

DESPACHO Nº 0919/2020/GABPRES

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições e consoante o disposto no Edital de Credenciamento nº 001/2019, de 25 de Outubro de 2019, publicado no *site* do Instituto,

CONSIDERANDO o disposto no **Parecer DINVEST nº 008/2019 de 22/11/2019, constante no Processo nº 2019/24830/003434 do BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM,** que atesta a regularidade da documentação apresentada pelos interessados em se tornar aptos ao credenciamento;

CONSIDERANDO o disposto na **Ata da 9ª Reunião do Comitê de Investimentos** de 04 de dezembro de 2019, que aprovou o credenciamento de novos fundos, que estão em conformidade com a Política de Investimentos de 2019 do Instituto;

RESOLVE:

HOMOLOGAR o credenciamento do **BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM,** como **Gestor de Fundos de Investimentos.**

GABINETE DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO TOCANTINS, aos 31 dias do mês de março de 2020.

(assinado eletronicamente)

SHARLLES FERNANDO BEZERRA LIMA

Presidente





Governo do Estado do Tocantins

TERMO DE TRAMITAÇÃO Documento Nº 2020/24839/008433

Origem

Órgão IGEPREV
Unidade GABPRES
Enviado por MEIRE GOMES DA LUZ
Data 31/03/2020 12:05

Destino

Órgão IGEPREV
Unidade DINVEST
Aos cuidados de MEIRE GOMES DA LUZ

Despacho

Motivo ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS
Despacho ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS